

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE – UNIPLAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
MESTRADO ACADÊMICO

ADRIANA MURARA SILVA

**EDUCAÇÃO E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA PARA O
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL EM URUPEMA, SC**

LAGES (SC) - 2018

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE – UNIPLAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
MESTRADO ACADÊMICO

**EDUCAÇÃO E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA PARA O
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL EM URUPEMA, SC**

Dissertação apresentada para obtenção do título
de Mestre no Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade do Planalto
Catarinense - UNIPLAC.

Orientador: Profº. Drº. Geraldo Augusto
Locks

FOLHA DE APROVAÇÃO

À comunidade de Urupema, pois contribuiu de maneira relevante à elaboração deste trabalho e acredita no desenvolvimento em prol da qualidade de vida.

Agradeço aos meus pais, Maria e Pedro, as minhas tias, Mari e Tuti, ao meu amor Pitt e ao meu orientador Geraldo que jamais deixaram de incentivar, que junto comigo compartilharam os momentos de estudos e me ajudam em mais uma conquista da vida.

RESUMO

Esta dissertação tem o objetivo de refletir acerca das percepções de representantes da sociedade civil e política de Urupema, Santa Catarina, um município essencialmente rural com economia agropecuária em fase de mudanças ante a possibilidade de se desenvolver turisticamente. Procura-se identificar o conhecimento e valorização do patrimônio comunitário, práticas turísticas atuais sustentáveis e insustentáveis, envolvimento da população e do poder público local com a política pública do turismo e projeto de futuro. Concomitantemente sugere-se a proposição do Turismo de Base Comunitária, contrapondo-se ao modelo turístico convencional, pois este o Turismo de Base Comunitária assenta-se nos princípios e valores da economia solidária: auto-gestão, propriedade dos meios de produção, geração de trabalho e renda, distribuição equitativa dos resultados do trabalho, cuidado do meio ambiente e responsabilidade com o entorno social. A pesquisa é qualitativa e se utiliza da técnica do Grupo de Discussão e da Análise de Conteúdo. O Grupo de Discussão mostra-se adequado pelo caráter coletivo do método que possibilita a representação social e suas interações cotidianas na análise dos dados obtidos, o que contrasta com narrativas produzidas em entrevistas individuais. Um roteiro de perguntas semiestruturado foi utilizado como disparador de percepções dos participantes dos Grupos de Discussão. Os referenciais teóricos para analisar as categorias que emergiram – O Patrimônio Comunitário, Turismo (In) Sustentável, Políticas Públicas e o Estado Indutor - são de autores que debatem diferentes paradigmas de turismo, territorialidade, desenvolvimento local, economia solidária e educação. A pesquisa revelou discursos e práticas contraditórias no que tange a concepção de turismo, valorização do patrimônio comunitário e o papel do Estado local. Outrossim, afirmou a relevância do *ethos* cultural expresso em atitudes de hospitalidade, acolhimento, solidariedade e cooperação vivenciados pela população local. Nesta perspectiva a dissertação propõe o Turismo de Base Comunitária por seus valores serem concernentes à identidade socioeconômica local. Finalmente, a educação formal e não formal em suas diferentes pedagogias é pensada como um corolário indispensável no fomento e consolidação desta proposta.

Palavras-chave: Educação, Desenvolvimento Territorial. Município de Urupema, (SC). Turismo de Base Comunitária.

ABSTRACT

This master thesis aims to reflect on the perceptions of representatives of the civil and political society of Urupema, Santa Catarina, an essentially rural municipality with agricultural and livestock economy in the phase of changes facing the possibility of the tourism development. It seeks to identify knowledge and valuation of community assets, current (in) sustainable tourism practices, involvement of the population and local public power with public tourism policy and future project. Concomitantly, it is suggested that community-based tourism be proposed, as opposed to the conventional tourism model, since the former is based on the principles and values of solidarity economy: self-management, ownership of the means of production, generation of work and income, equitable distribution of work results, care of the environment and responsibility to the social environment. The research is qualitative and uses the technique of Discussion Group and Content Analysis. The Discussion Group is appropriate because of the collective nature of the method that allows social representation and its daily interactions in the analysis of the data obtained, which contrasts with speeches produced in individual interviews. A semi-structured questionnaire was used as a trigger for participants' perceptions of the Discussion Groups. The theoretical references to analyze the categories that emerged - Community Heritage, Sustainable Tourism, Public Policies and the Inductive State – are from authors who debate different paradigms of tourism, territoriality, local development, solidarity economy and education. The research revealed contradictory discourses and practices regarding the conception of tourism, valorization of community patrimony, role of the local State among others. It also affirmed the relevance of the cultural *ethos* expressed in the attitudes of hospitality, hosting, solidarity and cooperation experienced by the local population. In this perspective, this paper proposed the Community Based Tourism because its values are related to the local socioeconomic identity. Finally, formal and non-formal education in their different pedagogies is thought as an indispensable corollary in the promotion and consolidation of this proposal.

Keywords: Education, Territorial Development. Municipality of Urupema, (SC). Community Based Tourism.

LISTA DE SIGLAS

ADR – Agência de Desenvolvimento Regional

APP – Áreas de Preservação Permanente

EJA – Educação para Jovens e Adultos

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

EES - Empreendimentos Econômicos Solidários

FITS – Fórum Internacional de Turismo Solidário

GEDETER – Grupo de Pesquisa Educação e Desenvolvimento Territorial: Políticas e Práticas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano

IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

ITS – Instituto de Tecnologia Social

IVS – Índice de Vulnerabilidade Social

LP2 – Linha de Pesquisa Dois

MEC – Ministério da Educação

MTur – Ministério do Turismo

OMT – Organização Mundial do Turismo

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PROEJA – Programa de Educação de Jovens e Adultos

PRONINC - Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares

PRT – Programa de Regionalização do Turismo

RTS - Rede de Tecnologia Social

SANTUR – Santa Catarina Turismo S/A

SC – Santa Catarina

SETEC – Secretária de Educação Profissional e Tecnológica

TCLE - Termo de consentimento livre e esclarecido

TBC – Turismo de Base Comunitária

TURISOL – Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário

UNIPLAC – Universidade do Planalto Catarinense

UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí

LISTA DE APÊNDICE

1. Termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE
2. Convite do Grupo de Discussão
3. Questionário aplicado na Fase Perfil dos Sujeitos da Pesquisa
4. Roteiro semiestruturado aplicado na Fase Diagnóstico da Pesquisa
5. Roteiro semiestruturado aplicado na Fase de Resultados da Pesquisa

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa da Serra Catarinense

Figura 2: Mapa das localidades de Urupema

Figura 3: Paisagem dos campos de cima da serra

Figura 4: Árvore de Araucária em destaque a pinha e a gralha azul

Figura 5: Cachoeira do Rio Caixão

Figura 6: Curicaca ave símbolo do município de Urupema

Figura 7: Bando de papagaio-charão

Figura 8: Praça Manoel Pinto de Arruda e Igreja Matriz Sant'Ana

Figura 9: Portal do município de Urupema, SC

Figura 10: Morro do Campo Novo coberto de geada

Figura 11: Vegetação do Morro do Campo Novo coberta de geada

Figura 12: Turfeiras no Morro do Campo Novo

Figura 13: Cachoeira que Congela

Figura 14: Morro do Campo Novo

Figura 15: Estrada de acesso ao Morro do Campo Novo e a Cachoeira que Congela

Figura 16: Mirante construído no topo do Morro do Campo Novo

Figura 17: Taipa

Figura 18: Gastronomia da região (queijo serrano, rosca de coalhada e feijão tropeiro)

Figura 19: Gastronomia da região (café com mistura ou café de duas mãos)

Figura 20: Gastronomia da região (doce de gila)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Atlas dos municípios que mais conservaram a Mata Atlântica em hectares no Estado de Santa Catarina

Tabela 2: Estrutura fundiária

Tabela 3: Deficiências da oferta de turismo comunitário

Tabela 4: Relação da cadeia produtiva do turismo com as oportunidades do Turismo de Base Comunitária

Tabela 5: Comparativo entre a Inovação Tecnológica e a Inovação Social

Tabela 6: Mudança de paradigma de desenvolvimento comunitário baseado em deficiências para baseado em potenciais e recursos locais

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Localidade de residência dos participantes dos Grupos de Discussão

Gráfico 2: Auto avaliação sobre o grau de articulação comunitária dos participantes dos Grupos de Discussão

SUMÁRIO

Introdução	15
1. Capítulo: História, Território e Turismo	24
1.1 Origem	24
1.2 Aspectos Geográficos, Ambientais e Socioeconômicos	26
1.3 Turismo	39
2. Capítulo: O Turismo de Base Comunitária	51
3. Capítulo: Procedimentos metodológicos da pesquisa	64
4. Capítulo: Resultados e análise dos dados da pesquisa.....	70
4.1 Patrimônio Comunitário	71
4.2 Turismo (In) Sustentável	77
4.3 A sociedade política e o Estado indutor	85
5. Capítulo: Educação e Turismo de Base Comunitária	89
Considerações finais	96
Referências	100
Apêndices	106

INTRODUÇÃO

Esta dissertação está vinculada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC). O Programa tem sua Área de Concentração definida no campo da Educação, Cultura e Políticas Públicas. A investigação vincula-se à Linha de Pesquisa Dois (LP2), cujo foco é Educação, Processos Socioculturais e Sustentabilidade, englobando tematizações como: processos socioeducativos formais e não formais; movimentos sociais; educação ambiental; cultura e políticas públicas; identidade, gênero e etnia; desenvolvimento territorial sustentável e qualidade de vida.

A pesquisa está inserida no Grupo de Pesquisa Educação e Desenvolvimento Territorial: Políticas e Práticas (GEDETER) na linha de pesquisa Educação e Economia Solidária. Esta linha de pesquisa se materializa nas ações e experiências educativas da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Planalto Catarinense (ITCP UNIPLAC), que tem seus eixos de trabalho na incubação de empreendimentos econômicos solidários (grupos informais nas áreas de costura, panificação, agricultura familiar¹, cooperativas de trabalho de catadores de materiais recicláveis); construção de políticas públicas de economia solidária e o fortalecimento de feiras municipais de economia solidária. Com esta pesquisa amplia-se o campo de estudo, pesquisa e extensão ao trazer o turismo sustentado nos valores e princípios da economia solidária.

A investigação desse trabalho foca o turismo no município rural de Urupema, Santa Catarina, a partir da percepção dos atores locais. Entende-se o município de Urupema como um território, este resulta das relações estabelecidas pelos sujeitos ou indivíduos que vivem num espaço físico. Portanto, são as pessoas que fazem o território através de suas relações sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais, nas palavras de Locks “o território é constituído pelo conjunto das relações existentes entre indivíduos na identificação de seus problemas, dilemas, contradições presentes na vida social e também na busca de suas soluções [...] o território é a casa onde vivemos, trabalhamos e fazemos a nossa história” (2010, p. 07).

A literatura existente sobre o turismo aborda seu grande potencial enquanto setor econômico, gerador de divisas capaz de conceber oportunidades de trabalho e renda e de contribuir para a redução das desigualdades regionais e sociais. Muito se reflete acerca de seu

¹ Pela legislação brasileira enquadra-se na categoria de agricultura familiar: aqueles que possuem até 4 módulos fiscais de terra; utilize preponderantemente mão de obra familiar, unicidade entre gerência e trabalho; parcela de renda oriunda da atividade na terra (BRASIL, Lei Federal nº 11.326/21/07/2006). Sob essa categoria enquadram-se, pequenos e médios agricultores, colonos, silvicultores, extrativistas, aquicultores, pescadores artesanais, povos indígenas, comunidades quilombolas e outros povos tradicionais.

efeito multiplicador e dinamizador da economia, provocando o crescimento de diversos setores que não estão diretamente ligados à atividade turística, como nos destaca Dias:

Quando um turista injeta fundos na economia de um destino turístico, ocorre um efeito econômico que é muito maior que a quantia gasta inicialmente. Em primeiro lugar ocorre uma multiplicação da renda, pois as despesas do turismo se transformam em renda para a população local, direta ou indiretamente. Em segundo lugar, ocorre uma multiplicação de empregos, gerada pelo aumento dos gastos. Em terceiro lugar, há uma multiplicação de transações, pois o dinheiro muda de mãos várias vezes durante um ano, gerando impostos sobre as vendas, arrecadado pelo governo. Em quarto lugar, há também uma multiplicação do capital, pois, com o crescimento do volume de negócios, há necessidade de construção de mais infraestrutura e equipamento (2011, p.88).

Assim, muitos estudiosos veem a estruturação de destinos turísticos como indutor do desenvolvimento local, gerador de inclusão social. Além dos fatores positivos econômicos apontados, são também reconhecidos como fatores positivos do turismo a preservação cultural e ambiental visto que o turismo depende desses fatores como atrativos para existir. O mesmo autor prossegue:

[...] o turismo, diferentemente da indústria de transformação, não necessita extrair da natureza os recursos de que utiliza para serem consumidos pelos turistas, pois estes se deslocam para consumi-los, existe a perspectiva real de que a atividade turística seja a melhor forma de se obter recursos para a preservação do meio ambiente natural. Isto é possível porque os recursos naturais só mantêm seu atrativo quando permanecem o menos alterados possíveis, preservando sua autenticidade natural (2011, p. 99).

Semelhantemente, o resgate e a preservação cultural são incentivados pelo turismo que, por sua natureza social e cultural, revela em seu processo uma interação contínua entre comunidades diferentes que ocupam espaços distintos socialmente construídos e que, por apresentarem essa diversidade, se tornam atraentes e motivadoras para o conhecimento do outro e aproveitamento do turismo. Ainda nas palavras do mesmo autor: “a atividade turística tem essa particularidade, reforçar e muitas vezes renovar culturas que se sentiam marginalizadas do processo econômico e que, com o turismo, passam a ter a chance de, mantendo suas características particulares” (DIAS, 2011, p. 125).

Acrescenta-se, ainda, que quando uma região se desenvolve instigada pelo turismo ocasiona um aumento do capital fixo, oriundo tanto do setor privado quanto do setor público. Esses investimentos apresentam-se em obras públicas, acessos, comunicação, transporte, serviços complementares em alimentos e bebidas, comércio, recreação e lazer. Ou seja, evidenciam-se uma gama de infraestruturas, equipamentos e serviços que melhoram a condição turística da localidade.

Em diversas situações essas melhorias estendem-se às comunidades residentes as quais também desfrutam desses serviços e equipamentos que se encontram em função do turismo. Porém, em outras situações, quando não ocorre a extensão das melhorias locais, pode despertar sentimentos de não pertencimento tendo seus lugares apropriados pelos visitantes, de tal forma

que provoca na população local um sentimento de perda do lugar, isto é, o território se desterritorializa por ser considerado um bem de consumo para os que vêm de fora, gerando segregações dos espaços antes pertencentes à comunidade. Em outras palavras, quando um espaço é apropriado pelo turismo o que pode ocorrer é o direcionamento das atividades para o atendimento dos que vêm de fora alterando a configuração lógica de se fazer melhorias em função dos residentes de uma localidade.

Um trabalho desenvolvido por Haesbaert (2006) traz diferentes abordagens a respeito da pluralidade dos territórios e das desterritorialidades no mundo moderno. Tais abordagens apontam para uma complexa dinâmica geográfica, econômica, social e cultural em que um novo processo brota da mescla entre distintos fatores para dar origem a outro fenômeno, a reterritorialização a qual evolui para o que o autor denominará, na conclusão do trabalho, como multiterritorialização. Ou seja, onde existe desterritorialização há também, enquanto decurso de mão dupla, uma reterritorialização. Estes conceitos confrontados com a atividade turística traduzem o significado de desterritorialização como o surgimento de uma terceira realidade social, cultural e econômica construída: a localidade receptiva modificada pelo turismo. Nas palavras de Haesbaert:

[...] não haveria desterritorialização apenas pelo fato de que ela é “o outro lado” da territorialização, seu “outro” dialeticamente conjugado. Sob condições de “pós-modernidade”, o que surge não é o domínio de um segundo elemento – a desterritorialização sobre a territorialização, mas a afirmação de um terceiro (que na verdade não exclui de forma alguma os outros dois), a que estamos chamando multiterritorialidade ou, para manter a coerência e enfatizar a ideia de processo, de permanente movimento e devir, “multiterritorialização”. Talvez pudéssemos dizer que ela é a condensação, a mais bem-acabada, de um processo que representa a territorialização através da própria desterritorialização (2006, p. 365-366).

Assim, a expressão desterritorialização tem uma dimensão simbólica em que o território é visto como um produto da apropriação subjetiva de uma demanda turística em relação ao espaço vivido por uma comunidade receptora. Essa apropriação está vinculada, por exemplo, à cultura ou a espaços de pertencimento, porém sem a troca de uma cultura por outra ou o desaparecimento de um espaço, mas a hibridização cultural ou novas mediações espaciais que podem debilitar o reconhecimento de identidades ou lugares antes claramente definidos. Haesbaert refere-se também à possibilidade de haver uma desterritorialização sem o deslocamento físico, assemelhando-se com a desterritorialização que vivenciam os residentes de uma localidade turística: “Muitos grupos sociais podem estar “desterritorializados” sem deslocamento físico, sem níveis de mobilidade espacial pronunciados, bastando para isto que vivenciem uma precarização das suas condições básicas de vida e/ou a negação de sua expressão simbólico-cultural (2006, p. 251)”.

Retornando à literatura especializada sobre o turismo, igualmente ao serem apontados os fatores positivos da atividade existe também um consenso sobre os fatores negativos que o crescimento do turismo não sustentável provoca em suas interações e modificações. No modelo de desenvolvimento do turismo exógeno, as comunidades residentes dos locais consumidos pelo turismo são vistas como objetos do processo, não havendo um respeito pelos seus desejos, território, cultura e inclusão social. Suprimindo os residentes do processo decisório e mesmo de seu ingresso na cadeia produtiva, não usufruem dos benefícios econômicos e sociais que o turismo pode gerar, sofrendo com suas consequências.

Neste sentido, Ruschmann (1997) destaca a existência de cinco estágios relativos ao sentimento de decepção gerado entre as populações receptoras de turistas. Inicialmente, vem a euforia ou entusiasmo pela possibilidade de receber turistas já que a atividade aponta para o crescimento da renda dos moradores. Em seguida, o estudo aponta que após o período de entusiasmo, seguem situações de apatia (segunda fase), irritação (terceira fase), antagonismo (quarta fase) e conscientização (quinta e última fase). A quinta fase tem relação com as experiências negativas dos períodos anteriores e que, de certa forma, geraram a conscientização. Nas palavras da autora caracteriza-se o quarto nível:

Os moradores já não disfarçam sua irritação e responsabilizam os turistas por todos os seus males, e pelos problemas da localidade, tais como aumento de impostos, de criminalidade, de desajustes da juventude etc. [...] agora, terá de conviver com o fato de que seu ecossistema jamais voltará a ser o que era antes do advento do turismo (1997, p. 47).

Além de desilusão, o planejamento e gestão da atividade turística exógena ocasionam danos econômicos, ambientais e socioculturais. Entre os mais evidentes encontram-se a degradação ambiental e paisagística, o aumento de preços nos produtos de consumo, a geração de subempregos e empregos sazonais, seguido do abandono de postos tradicionais de trabalho, segregação sócio-espacial e de concentração de renda.

Analizando essa realidade provocada pela ânsia de obter vantagens da atividade turística, algumas questões devem ser consideradas: Quem são os verdadeiros beneficiários do incremento do setor turístico? Como pensar o desenvolvimento do turismo pela ótica da sustentabilidade? Qual a relação, espaços e modalidades de educação a serem fortalecidos ou implementados tendo em vista o desenvolvimento de um turismo com sustentabilidade que busca qualidade de vida para as gerações receptoras presentes e futuras?

Destas reflexões e questionamentos, acerca dos fatores positivos e negativos, da inclusão e exclusão de residentes oriundos dos processos de turistificação² é que nasceu o

² O processo de turistificação tem início com o planejamento turístico, que visa preparar o encontro entre visitantes e visitados de forma harmoniza. A hospitalidade não ocorre de forma natural é preciso que se criem condições e

problema que foi pesquisado e abordado nesta dissertação: Diante das possibilidades do desenvolvimento do turismo no meio rural no município de Urupema o que pensam os moradores locais acerca dessa atividade?

A base empírica que oferece respaldo a estas reflexões e questionamentos se constituiu pela observação realizada pela pesquisadora enquanto docente das disciplinas de Turismo e Hotelaria do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)³ no município de Urupema e de sua formação como Bacharel em Turismo e Hotelaria, no ano de 2000, pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) e sua posição crítica quanto ao crescimento da atividade turística fora dos padrões de sustentabilidade.

Realizando trabalhos pedagógicos em sala de aula e de extensão no município de Urupema, situações são observadas, como a falta de perspectivas de trabalho e a vontade de mudança para centros mais urbanizados no meio da juventude, a crescente vinda de empreendedores do turismo - externos à comunidade.

Uma prática similarmente observada entre os moradores do município é o não tabelamento dos preços ofertados, buscando obter a vantagem financeira de turistas e moradores. Sem a consciência que esta prática provoca um efeito “bumerangue” na alta dos preços dos bens de consumo no município, alguns aumentos já são considerados, como no comércio de roupas e de alimentos, aluguéis de imóveis, e aquisição de terra. Este cenário esboça um dos efeitos negativos mais relevantes socialmente. Com a súbita valorização nos preços das terras, o produtor rural vê uma falsa oportunidade econômica e se desfaz da terra, vendendo quase sempre para investidores externos. Este fato é gerador de uma cadeia de problemas sociais com a vinda do produtor para centros urbanos, sem qualificação para colocar-se no mercado de trabalho e sem condições de readquirir a terra que possuía.

Outra questão a ser ponderada e de relevância turística, diz respeito à sazonalidade da atividade, caracterizada pela demanda de produtos turísticos em um determinado período de tempo motivado por diversos fatores. No município de Urupema a motivação encontra-se no clima frio e na possibilidade de neve. Do ponto de vista do desenvolvimento sustentável do turismo, a sazonalidade deve ser evitada pela ociosidade que provoca no mercado. Nele a sazonalidade vem sendo incentivada pela mídia que transforma notícias climáticas em

regras de convivência que permitam que as trocas sociais, tanto no interior da sociedade como entre visitantes e visitados, sejam satisfatórias para todos. (N. do A.)

³ O Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC é uma instituição pública federal vinculada ao Ministério da Educação - MEC por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC (BRASIL. Lei Federal nº 11.892/29/12/2008). Tem sede e foro em Florianópolis, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

acontecimentos que estimulam o consumo em torno do frio. E a interface positiva em divulgar o município em nível nacional torna-se negativa pois colabora com o aumento da sazonalidade turística no município.

A conexão e influência entre a mídia, o turismo e o consumo pôde ser fortemente percebida no mês de junho de 2016 quando uma massa de ar polar atingiu o estado de Santa Catarina. A notícia, pela mídia local e nacional, gerou uma divulgação e um movimento migratório de turistas em massa para o município.⁴

A divulgação gratuita do município nacionalmente é entendida como eficiente ferramenta na concretização das escolhas de consumo pelos turistas. Contudo, o turismo em massa caracteriza-se pelo grande volume de pessoas que viajam em grupos ou individualmente para os mesmos lugares, nas mesmas épocas do ano, e vem sendo considerado predatório e colonizador (krippendorf, 1989), agravando os pontos negativos da atividade turística salientados anteriormente. A questão seria, então, que o desenvolvimento local ou regional do turismo se constitui em uma alternativa viável econômica e socialmente para se enfrentar desafios e encontrar caminhos. Contudo, esta dinâmica precisa ser pensada, articulada e praticada nos princípios da sustentabilidade com o envolvimento dos residentes num processo de turistificação endógena.

Entende-se por turismo endógeno o processo no qual a comunidade local é o ator fundamental entre os inseridos e contemplados pela atividade turística. São os princípios da sustentabilidade aplicados no desenvolvimento do turismo, ponderados pelo Ministério do Turismo (MTur) no Programa de Regionalização do Turismo (PRT) como um modelo que considera “a autenticidade cultural, a inclusão social, a conservação do meio ambiente, a qualidade dos serviços e a capacidade de gestão local como condições fundamentais para a viabilidade da atividade turística a longo prazo” (BRASIL, 2007, p. 22). Pode-se entender que a exclusão da comunidade local no desenvolvimento do turismo é um elemento capaz de provocar danos ambientais, sociais, econômicos e culturais, principalmente quando a exclusão se dá por agentes vindos de fora da comunidade, como investidores, turistas ou, ainda, instituições públicas ou privadas que querem dizer como a comunidade deve agir e se portar frente ao turismo.

Pesquisadores do *Institute for Policy Research*, da *Northwestern University*, em Chicago, concluíram que para construir uma base socioeconômica favorável ao desenvolvimento é preciso se trabalhar o capital social e compreender a realidade comunitária

⁴ Acesso em 22/10/2016: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/06/sabado-tem-temperatura-de-7c-e-sensacao-termica-de-30c-em-sc.html>

baseado em potencialidades e recursos locais, construindo, assim, as estratégias para o desenvolvimento humano, social e econômico de uma região. Neumann, um dos pesquisadores do Instituto, afirma que:

Nas comunidades em que governos e entidades privadas desenvolviam projetos e serviços sociais baseados nas deficiências e necessidades locais, a tendência era de aumento nas carências e de crescente dependência das famílias do apoio de instituições governamentais e não-governamentais para garantir sua sobrevivência. Ao contrário, quando as comunidades eram incentivadas a contribuir com o que tinham de melhor, seus líderes, energia, conhecimento, habilidades e sonhos, os trabalhos de desenvolvimento local tinham resultados muito mais efetivos e duradouros, pois a comunidade fortalecia-se e tornava-se agente de sua própria transformação (2004, p. 15 - 16).

Abordar o turismo por uma perspectiva mais ampla e complexa do que simples e exclusivamente uma atividade econômica, mas pela relação entre turismo e desenvolvimento local, tendo a educação, a pesquisa e a extensão como aliadas do processo, é o que está intrínseco na proposta desta investigação. Igualmente está o intuito de refletir sobre as expressões locais e seus anseios, sobre a dinâmica de inclusão ou exclusão de dadas comunidades locais nos processos de desenvolvimento do turismo em municípios com características rurais. Além disso, analisar o Turismo de Base Comunitária (TBC) como proposição estratégica para o desenvolvimento local sustentável e refletir sobre a realidade social identificada envolta com o papel da educação no que diz respeito ao incentivo às práticas de processos coletivos e sustentáveis voltadas para o desenvolvimento da atividade do turismo que contemplem a melhoria das condições de vida da população receptora.

A pesquisa tem busca identificar, por meio das percepções dos atores locais, a capacidade e o protagonismo comunitário através do reconhecimento de potencialidades, habilidades e do espírito que se imprime no lugar, essenciais para a descoberta e direcionamento do desenvolvimento local. Entende-se a percepção como única para cada sujeito e originada a partir da cultura, das relações interpessoais e da experiência pessoal. Assim, duas pessoas, diante do mesmo fato real, podem ter percepções distintas conforme suas vivências e valores particulares.

A percepção é entendida como uma ação do senso comum, sem intenção sensorial. Ela tem na experiência a principal fonte de produção do conhecimento que é um processo biopsicossocial. [...] O conhecimento do senso comum apoia-se nas interpretações pessoais e subjetivas e é localmente situado. É um conhecimento concebido a partir da percepção que o sujeito tem sobre seu entorno. [...] o conjunto de normas, valores e práticas sociais incidirão sobre a tomada de decisões deste sujeito que percebe o ambiente onde está inserido (LIMA, 2007, p. 47-48).

Ao identificar a percepção dos sujeitos locais, pode-se analisar as questões acerca dos processos de turistificação levantadas neste trabalho. Pretende-se também, com a investigação, perceber desejos, sentimentos de pertencimento, expectativas, temores e posturas proativas acerca do processo de desenvolvimento endógenos no município. Em outras palavras, o

objetivo geral desta pesquisa é compreender a percepção dos atores locais - representantes da sociedade civil e política - acerca das potencialidades, modalidades e metodologias do turismo no meio rural que vêm se fundando e as possíveis de serem desenvolvidas no município de Urupema relacionadas ao TBC e o papel da educação. Ele se desdobra nos seguintes objetivos específicos: a) contextualizar o modelo de desenvolvimento socioeconômico historicamente existente no município; b) analisar a proposta do TBC como uma estratégia integrada às outras atividades econômicas existentes no município; c) identificar as percepções de atores locais representantes da sociedade política e civil acerca do processo de turistificação no município; d) refletir sobre o papel da educação tendo por base os processos coletivos e sustentáveis.

Trata-se de uma investigação de abordagem qualitativa. Para a coleta de dados nesta investigação foi usada a técnica de Grupos de Discussão dentro da sociologia crítica, pela perspectiva de Flick (2009), que se mostra adequada pelo caráter coletivo do método que possibilita a representação social e suas interações cotidianas na análise dos dados obtidos, contrastando com as narrativas produzidas em entrevistas individuais.

O universo da pesquisa é o município de Urupema (Santa Catarina) onde, com economia essencialmente agropecuária, o turismo vem se destacando como uma nova fonte de renda diversificando e incrementando a economia atual. Em função do trabalho da pesquisadora como docente do IFSC e o consequente convívio com educandos e moradores, é percebida a vontade em desenvolver a atividade turística no município, o que motiva esta investigação.

O IFSC tem por missão, como se identifica em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), “promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural”⁵. Assim, desde sua origem, essa instituição busca, junto ao território de sua abrangência, constituir e desenvolver cursos de formação profissional, atividades de extensão e pesquisa que dialoguem e respondam aos interesses e necessidades da população e que, por sua vez, proporcionem o desenvolvimento justo e sustentável. Desse modo, esta pesquisa busca aderência à missão do Instituto Federal articulada com os anseios dos agentes locais promotores de desenvolvimento.

Os sujeitos da pesquisa encontrados no campo empírico são atores representantes da sociedade política e sociedade civil organizada ou não, tais como: membros representantes da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), Prefeitura

⁵ Disponível em: <http://www.ifsc.edu.br/menu-institucional/missao>. Acesso em: 26.09.2016

Municipal, Sindicato Rural, Conselho de Turismo e Grupos do município. Em suma, sujeitos ativos e envolvidos com a atividade turística, demais atividades econômicas, com poder de decisão política, representatividade social e, principalmente, sujeitos formadores de opinião no município.

Após essa introdução, no primeiro capítulo apresenta-se uma descrição geral do universo da pesquisa, caracterizando-se o município de Urupema, origem, configuração geográfica, formação social, cultural, política, econômica, com atenção particular para suas potencialidades turísticas. Fornece-se informações necessárias a uma compreensão da realidade local, desafios e potencialidades.

O segundo capítulo traz a fundamentação teórica sobre as temáticas da pesquisa: Turismo de Massa, Turismo Sustentável, Desenvolvimento Local, Economia Solidária, Inovação social e Turismo de Base Comunitária seus desafios e possibilidades. O terceiro capítulo trata da metodologia utilizada na pesquisa e seus elementos, apresentando suas técnicas e instrumentos, justificando a utilização no processo. O quarto capítulo traz a síntese da elaboração teórica e das falas com as análises dos dados obtidos no campo empírico e alcançados ao fim da pesquisa. O quinto capítulo apresenta reflexões a respeito do papel da educação frente as possibilidades do desenvolvimento territorial sustentável que o TBC pode gerar tendo em vista as inflexões atuais e futuras do município de Urupema. Na sequência, tem-se as considerações finais da pesquisa.

Esta investigação tem a perspectiva de apontar caminhos para o direcionamento do trabalho desenvolvido pela pesquisadora nas áreas de educação e futuros projetos de extensão e pesquisa junto ao município de Urupema. Assim, espera-se que os resultados da investigação proporcionem maior esclarecimento sobre o pensamento e a vontade da comunidade em relação ao turismo, bem como alternativas mais igualitárias para o seu desenvolvimento. Que possa contribuir para a construção de novos conhecimentos, qualidade de vida, resolução norteadora dos problemas comuns de uma localidade rural em fase de implantação do turismo receptivo – a curto, médio ou longo prazos.

1. HISTÓRIA, TERRITÓRIO E TURISMO

HINO DO MUNICÍPIO

Urupema terra hospitaleira
Estou pronto para te defender
Em respeito a tua bandeira
É preciso lutar e crescer.

Araucária o símbolo serrano,
O inverno nos traz muito frio
Cobre os campos de geada e neve
A cascata em gelo se viu

Erva mate planta nativa
Junto às matas desta região
Curicaca sentinela ativa
Gralha Azul planta o pinhão

Terra santa o que se planta se colhe
Desde o fruto que vem deste chão
A cultura folclore e crenças
De um povo que a ti deu as mãos

A chamada antiga Sant'ana
O vento Nordeste sentiu
No estado catarinense
Pedacinho do nosso Brasil

Neste capítulo procura-se descrever a origem e a constituição do município, sua população, aspectos geográficos, ambientais; caracterizar espaços turísticos dando ênfase para o patrimônio humano, ambiental, histórico e cultural. Busca-se também contextualizar o modelo de desenvolvimento socioeconômico historicamente existente no município.

1.1 Origem

Inicialmente a região onde se localiza o município, assim como grande parte da região Sul do país, tinha como habitantes os *Kaingang* e *Xokleng* populações indígenas que, por meio da determinação do Governo Imperial, foram expulsas ou exterminadas, processo conhecido como 'limpeza do terreno' que objetivou a demarcação, ocupação e exploração territorial. Quando o índio era visto pelo colonizador da época como 'selvagem', significava vê-lo como um obstáculo ao progresso e à segurança do colonizador de origem paulista descendente de portugueses que sentia a necessidade de exterminá-los, criando na época uma profissão para essa tarefa: os bugreiros.

Quando os bugreiros eram chamados por colonos, pelos administradores das colônias ou pelo governo para realizarem expedições de afugentamento do selvagem, eles se preparavam verdadeiramente para uma expedição de guerra. Eduardo Hoernhan, em relatório apresentado ao Serviço de Proteção aos Índios, assim os descreve: "Infinitas precauções tomam, pois é preciso surpreender os índios nos seus ranchos quando

entregues ao sono. Não levam cães. Seguem a picada dos índios, descobrem os ranchos e, sem conversarem, sem fumarem, aguardam a hora propícia. É quando o dia está para nascer que dão o assalto. O primeiro cuidado é cortar as cordas dos arcos. Depois praticam o morticínio. Compreende-se que os índios, acordados a tiros e a facão, nem procuram defender-se e toda heroicidade dos assaltantes consiste em cortar carnes inerte de homens acobardados pela surpresa (SANTOS, 1973, p. 83).

Antes da vinda dos colonizadores a região foi percorrida por alguns desconhecidos desbravadores. Somente com a implantação do Caminho das Tropas, em 1731, e o estabelecimento do ciclo do tropeirismo é que passaram a ser frequentes as viagens de tropeiros pelo interior, desde Viamão, passando pelos Campos de Lages, até Sorocaba. Tropeiros, mascates, caboclos roceiros, agregados e fazendeiros, aos poucos, implantaram fazendas para criação de gado que abasteciam os mercados do Sudeste.

Ao longo do Caminho das Tropas surgiram sedes de fazendas, pousos, cemitérios, igrejas, vilas, povoados e bodegões, como novos espaços de interações sociais, de trocas de bens, de informações e mercadorias. Construíram-se, desta forma, as diferentes identidades culturais e étnicas da população de Serra Catarinense, com índios, brancos, negros, caboclos e eurodescendentes que se fixaram mais ao norte do estado (LOCKS; VARELA; MOREIRA; SARTORI, 2006, p. 16).

O Caminho das Tropas teve uma função política fundamental na integração do Sul ao restante do Brasil; o tropeirismo, importância econômica em função do ciclo colonial da economia escravista mineira e determinante força social e cultural da região Sul. Assim, num processo lento, a região foi ocupada ao longo de dois séculos. A formação dos latifúndios, segundo Locks (1998), está vinculada ao regime de sesmarias e à pecuária extensiva, dado o tamanho territorial, os Campos de Lages foram gradativamente se desmembrando e sendo divididos. Ainda segundo Locks (2016a, p. 119): “estes dados revelam que, por dois séculos e meio, a área dos Campos de Lages foi repartida em poucas e grandes posses. Cada distrito, hoje municípios, desmembrados do extenso município de Lages”.

E assim, afunilando para a localidade estudada, segundo Lisboa⁶ (1991), sobre a origem do município de Urupema, primeiramente conhecida como Povoado de Sant’Ana, Manoel Pereira de Medeiros dava origem ao Povoado em 1918. A família Pereira de Medeiros veio em uma expedição proveniente dos Açores para povoar o litoral de Santa Catarina, possivelmente após 1711, ano em que a Coroa Portuguesa adquiriu do Marquês de Cascais (Álvaro Pires de Castro e Sousa) as terras doadas em 1534 por D. João XI a Pero Lopes de Souza. Essas terras eram chamadas de ‘Terras de Sant’Ana’ por pertencerem à Capitania Hereditária de Santana. A família Pereira de Medeiros teria se localizado na região de Palhoça e Aririú, onde ainda hoje existem muitos descendentes. Posteriormente, muitos deles vieram se fixar na região Serrana

⁶ Antônio Rodrigues Lisboa, nasceu em São Joaquim – SC, em 1896. Foi professor e autor do livro: Memórias de um Século que conta a história da origem de Urupema e algumas peculiaridades culturais.

de Santa Catarina, tornando-se troncos de família, principalmente em São Joaquim e onde hoje é Urupema.

Cinco anos mais tarde, pela Lei Municipal nº 170, de 27 de outubro de 1923, foi criado o Distrito de Sant’Ana, então pertencente ao município de São Joaquim, que teve sua instalação oficializada em 14 de julho de 1924. Pelo Decreto Federal nº 86, de 31 de março de 1938, o Distrito foi elevado à categoria de Vila.

Em relação à mudança do nome de Sant’Ana para Urupema, ainda que não se tenha encontrado um documento oficial que o determinasse, presume-se que tenha sido uma determinação dos Correios e Telégrafos para mudança do nome a fim de evitar a coincidência de nomenclatura com uma localidade do Rio Grande do Sul. Seria resultante do Decreto Lei Nº 5.901, de 21 de outubro de 1943, do então Presidente da República Getúlio Vargas, que trazia em seu texto determinações sobre a repetição de topônimos de Cidades e Vilas, que mantinha o nome naquela localidade que existisse a mais tempo e recomendando a adoção de nomes indígenas ou outros com propriedade local. Urupema é um termo de origem indígena que significa “peneira”, nome que atribuíam a um cesto feito de palha e utilizado pelos índios na pesca.

Assim, a partir de 12 de janeiro de 1944 já foram encontrados registros públicos com nome de Vila de Urupema, ao invés de Vila de Sant’Ana. Finalmente, como município, Urupema teve sua emancipação pela Lei Estadual nº 1105, de 04 de janeiro de 1988, e instalação oficial em 01 de junho de 1989.

1.2 Aspectos Geográficos, Ambientais e Socioeconômicos

A população de Urupema é de 2.492 pessoas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), distribuídas em 350.037 metros quadrados, resultando em 7,09 habitantes por quilômetro quadrado. Aproximadamente metade da população reside na área rural e a outra metade na área urbana.

Formado inicialmente por grupos étnicos indígena, do branco paulista/luso colonizador e do caboclo. Posteriormente com a exploração da madeira outras etnias, como os descendentes de italianos e alemães, compõem a diversidade étnica da região:

A chegada do colonizador paulista, descendente de português, em meados de século XVIII, já traz consigo afro-brasileiros na condição de escravos, compondo três grupos étnicos. O descendente português em contato com o índio paulista ou da região, resultou na formação daquilo que seria o maior segmento étnico da região, denominado pela literatura geralmente por ‘caboclo’ ou ‘luso/brasileiro’ (LOCKS. 2016b, p. 28).

Urupema faz parte da Região Serrana Catarinense que é composta pelos seguintes municípios: Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Otacílio Costa, Paineira, Palmeira, Ponte Alta, Rio Rufino, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici e Urupema. Na figura 1 vemos, no destaque, o mapa dessa região. O município limita-se com os municípios de Rio Rufino, São Joaquim, Paineira e Urubici. O acesso ao município pode ser feito pela Rodovia das Araucárias – SC 370, por Paineira, ou pela SC 112, rodovia de maior altitude de Santa Catarina, por Rio Rufino. Possui uma área urbana (sede do município) e cinco comunidades rurais (Cedro, Cedrinho, Bossoroca, Marmeleiro e Rio dos Touros). Podemos observar, na figura 2, o mapa dessas localidades.



Figura 1 – Mapa da Serra Catarinense - Fonte: Almanaque Santur - 5ª Edição (sem ano)



Figura 2- Mapa das localidades de Urupema - Fonte: Penha Mapas – Edição 2012

O município possui uma altitude média na área urbana de 1.425 metros, sendo o ponto mais alto do município o Morro do Campo Novo, com 1.750 metros, considerada a segunda maior altitude do estado de Santa Catarina. O clima indicado em seu portal eletrônico⁷: “[...] pode ser considerado como chuvoso, com inverno e verão brandos, a temperatura média anual é de 14°C, podendo chegar, no inverno, até 14°C negativos na relva, sendo a detentora do título de “Cidade mais fria do Brasil”. O frio é o grande diferencial turístico da região que, inserida em um país tropical, atrai visitantes em busca de senti-lo e de presenciar a ocorrência de neve, geada ou sincelo.⁸ O número de geadas que ocorre em Urupema é elevado, concentrando-se no período de abril a setembro. As chuvas são bem distribuídas durante todo o ano, sendo no período de inverno os maiores níveis de precipitação.

O território de Urupema faz parte do bioma Mata Atlântica e apresenta formações campestres denominadas Campos de Altitude do Planalto das Araucárias ou Campos de Cima

⁷ <http://www.cidademaisfriadoBrasil.com.br/urupema.php> - Arquivo consultado em 03/11/2016.

⁸ Neve é a precipitação de cristais de gelo translúcidos e brancos formados pelo congelamento do vapor d'água que se encontra suspenso na atmosfera. Para que ocorra é necessária uma combinação de umidade e temperatura perto de -3°C. Geada é o orvalho congelado quando as temperaturas próximas ao solo estão muito baixas. A geada branca é aparente, mas também existe a chamada geada negra, que ocorre quando o vento está muito frio e congela o sulco que há dentro das árvores e dos vegetais, fazendo com que a planta fique preta e até morra. Sincelo compreende-se o congelamento natural de um forte nevoeiro ao tocar a superfície terrestre.

da Serra. A paisagem da região é composta por mosaicos de campos entremeados por florestas com araucárias (Floresta Ombrófila Mista), de deslumbrante beleza cênica.

A vegetação é representada por grandes extensões de campo, entremeados com a mata de araucária e turfeiras. As araucárias, cobertas por barba-de-pau (*Tillandsia usneoides*), encontram-se junto a coxilhas amareladas pela grande quantidade de capim-caninha (*Andropogon lateralis*), espécie dominante e característica da área (BOLDRINI, 2009, p. 42).



Figura 3 – Paisagem dos Campos de Cima da Serra - Fonte: Boldrini

A Floresta Ombrófila Mista, até a metade do século passado, cobria quase toda a área do planalto e oeste de Santa Catarina, entre altitudes de 500 e 1500 metros. (LEITE; KLEIN, 1990). A partir da década de quarenta, quando Lages inicia a exploração da madeira, é que a floresta de araucária se torna ameaçada, sobretudo pela diminuição da área, a introdução de espécies exóticas e a homogeneização de espécies na agricultura e nas monoculturas florestais.

Encontra-se na formação vegetal destas florestas, grande diversidade em espécies como Cedro (*Cedrela fissilis*), Canela (*Nectandra* spp. e *Ocotea* spp.), Xaxim (*Dicksonia sellowiana*), Goiabeira-serrana (*Acca sellowiana*), Araçá (*Psidium cattleianum*), Uvaia (*Eugenia pyriformis*), Araucária (*Araucaria angustifolia*), Erva-mate (*Ilex paraguariensis*), Bracatinga (*Mimosa scabrella*) entre outras, sendo as três últimas de maior importância econômica para a região.

A araucária é um marco paisagístico e cultural na região, quando jovem é uma árvore em forma de cone que com o passar do tempo torna-se uma árvore em forma de guarda-chuva,

sua semente, o pinhão, é coletada em extrativismo é consumida na culinária tradicional. A madeira foi muito utilizada para trabalhos de marcenaria e carpintaria, e o nó de pinho é utilizado como combustível e matéria prima de peças de artesanato.



Figura 4: Arvore de Araucária em destaque a Pinha e gralha azul - Fonte: Ricardo Almeida

A erva-mate foi propulsora de crescimento na história do Sul do Brasil, o hábito de tomar chimarrão e chá-mate faz parte dos costumes no Sul do Brasil e na última década ganhou maior impulso devido às qualidades fitoterápicas da erva-mate. Além de bebida, a erva-mate é usada na indústria de cosméticos, medicamentos, energéticos e gastronomia.

A Bracatinga é atacada pela cochonilha que expele o melato, um líquido açucarado que, procurado pelas abelhas, dá origem a um mel único, mais escuro e ligeiramente menos doce daquele de néctar floral. “Mel da bracatinga” é a denominação mais conhecida deste produto que alcançou o posto de mel brasileiro mais bem pago no exterior, com preço até 20% superior ao mel floral orgânico.

Estes produtos fazem parte da cultura alimentar do serrano e são considerados recursos em potencial pela atividade turística. Podendo se listar muitas outras potencialidades presentes na vegetação da região tais como ervas medicinais, frutas nativas, diversidade e beleza da flora, além do fato de estar em 9º lugar no ranking dos municípios que mais conserva suas matas por hectares, conforme observação na tabela 1.

Tabela 1: Atlas dos municípios que mais conservaram a Mata Atlântica em hectares no Estado de Santa Catarina

BRASIL / MUNICÍPIOS MAIS CONSERVADOS, EM HECTARES 2014/2015							
	Município	UF	Área Município (ha)	Área Município na Lei MA (ha)	% Município na Lei MA	Total Natural	% Total Natural
1ª	Tamboril do Piauí	PI	158.725	28.205	17,8%	27.049	95,9%
2ª	Guaribas	PI	311.819	184.960	59,3%	176.493	95,4%
3ª	Bom Jardim da Serra	SC	93.587	93.587	100,0%	86.749	92,7%
4ª	João Costa	PI	180.058	12.523	7,0%	11.472	91,6%
5ª	Santana de Pirapama	MG	125.583	37.573	29,9%	33.399	88,9%
6ª	Caracol	PI	161.091	96.312	59,8%	85.435	88,7%
7ª	Buenópolis	MG	159.988	46.878	29,3%	41.293	88,1%
8ª	Boa Esperança do Sul	SP	69.076	2.112	3,1%	1.851	87,6%
9ª	Unupema	SC	35.064	35.064	100,0%	30.328	86,5%
10ª	Pacatuba	CE	13.199	1.219	9,2%	1.053	86,3%

Fonte: Levantamento da Fundação SOS Mata Atlântica - ranking 2014/2015

Os recursos hídricos que cortam o município são expressivos, com diversas fontes de água e a nascente do importante rio Caveiras, que abastece a cidade de Lages. Ele desagua no rio Canoas que, juntando-se com o rio Pelotas, passa a formar a Bacia do rio Uruguai. Os principais rios que banham o município são o Lava Tudo, também desagua no rio Pelotas, e seus afluentes: os rios Caronas, Caixão, Lontras, Quebra-Dente, Divisa e Tapera, todos bem distribuídos na extensão territorial e com boa disponibilidade de água. A qualidade dos mananciais de água é boa, porém está sujeita à poluição por fertilizantes, defensivos sintéticos e dejetos animais.



Figura 5: Cachoeira do Rio Caixão – Fonte: Adriana Murara

Os Campos de Cima da Serra apresentam uma avifauna singular com 596 espécies listadas, das 1796 espécies registradas no território nacional. Nos campos de altitude vivem espécies como: Curicaca (*Theristicus caudatus*) pássaro símbolo do município, Tico-tico (*Zonotrichia capensis*), Seriema (*Cariama cristata*), Tecelão (*Cacicus chrysopterus*), Chopim-do-brejo (*Pseudoleistes guirahuro*), Canário-do-brejo (*Emberizoides ypiranganus*), veste-amarela (*Xanthopsar flavus*), entre outras. A região destaca-se pelo elevado número de aves sob risco de extinção que abriga, cujo *status* varia de regionalmente raras a ameaçadas em escala global, como a noivinha-de-rabo-preto (*Xolmis dominicanus*) e os papagaios globalmente ameaçados: papagaio-charão e papagaio-de-peito-roxo (*Amazonapretrei* e *Amazona vinacea*), que dependem diretamente do pinhão como recurso alimentar durante o inverno.



Figura 6: Curicaca ave símbolo do município de Urupema. Fonte: Bando de imagens da Internet

No município realiza-se anualmente o Festival do Papagaio-charão e do Papagaio-de-peito-roxo, o evento está em sua sexta edição e atrai observadores de aves que visitam Urupema para ver bandos de milhares de papagaios-charões e centenas de papagaios-do-peito-roxo. A observação de aves ou *birdwatching* está se tornando uma atividade comum em Urupema e seus praticantes se emocionam ao encontrar exuberantes espécies.



Figura 8: Bando de papagaio-charão Fonte: Dário Lins

Nos campos sulinos já foram registradas 102 espécies de mamíferos entre marsupiais, morcegos, primatas, xenartras e roedores. A região apresenta potencial para a conservação viabilizada por fatores como a baixa densidade demográfica, o potencial paisagístico e a elevada riqueza de sua biodiversidade. Aproximadamente 28% da área territorial de Urupema é formada por Áreas de Preservação Permanente (APP), segundo o Projeto Gestão Turística e Ambiental do município de Urupema, realizado em 2009.

A análise da paisagem, sob o aspecto visual, dos acessos ao município, tanto pelo município de Pains quanto pelo município de Rio Rufino, assinala-se favorável e vantajosa para a prática do turismo. A Rodovia das Araucárias, apresenta bom estado de conservação, um belo aspecto paisagístico e a característica de ser uma das mais altas rodovias do país. No perímetro urbano, já como resultado do turismo, o município apresenta-se bem cuidado, com vias públicas com urbanização adequada, presença de bueiro, calçada, pavimentação, meio-fio e ajardinamento, destaque para a beleza da Praça Central Manoel Pinto de Arruda, onde estão a Igreja Matriz Sant'Ana e a Gruta Nossa Senhora de Lourdes.

No perímetro rural as estradas estão em boas condições de uso e é comum perceber a presença de animais silvestres naturais da região. Dessa forma, o município apresenta, de maneira geral, uma paisagem com belezas naturais de grande potencial turístico em harmonia com a sede do município.



Figura 8: Praça Manoel Pinto de Arruda e Igreja Matriz Sant'Ana. Fonte: Adriana Murara

O município de Urupema, como o restante da região, passou pelo ciclo da exploração da madeira de araucária (1940-1970) e da erva-mate. Pode-se, de maneira geral, atrelar a ocupação de Urupema principalmente pelo interesse extrativista dos pinheirais de araucária:

[...] passamos a caracterizar o segundo período histórico do desenvolvimento socioeconômico regional. Ele inicia na década de 1940 com o declínio da pecuária e o prenúncio da extração da madeira de araucária no bojo de um projeto de Brasil urbano-industrial. Trata-se de um período singular, do ponto de vista do desenvolvimento econômico. A região oferece abundantes florestas de pinheirais. Tal atividade passa a integrar a região à economia nacional cumprindo uma importante função na divisão inter-regional do trabalho em âmbito de país (LOCKS, 2016b, p. 35).

Urupema tem como sua principal atividade econômica a agropecuária em que as propriedades familiares produzem principalmente a maçã devido às características climáticas favoráveis. Segundo Locks, trata-se de um fato meramente econômico, não vinculado à cultura da região. Que nas palavras deste autor:

O fato da região se configurar como produtora de maçã, não significa que a população tenha acesso à maçã. Além de baixo poder aquisitivo, não existe uma cultura do consumo de verduras e frutas. Isto serve para se repensar o desenvolvimento social e econômico. Ele não pode estar dissociado do cultural, ambiental e político (2016b, p. 37).

Além da lavoura permanente de maçã, destacam-se as lavouras temporárias de batata-inglesa, com 1.080 toneladas, e de milho, com 315 toneladas. A indústria tem participação irrelevante na economia do município. Chama atenção o quanto a administração pública participa em termos de emprego representando 39,6% dos empregos formais, sendo a principal

atividade desenvolvida pelo setor de serviços. Em 2015, o salário médio mensal era de 1.9 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 15.7%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 32.6% da população nessas condições (IBGE, 2015).

Locks (2016b p. 37) comenta sobre outras atividades econômicas da região, incluindo o turismo: “há outras potencialidades em desenvolvimento em alguns municípios como a produção de vinhos de altitude ou o turismo, mas ainda são incipientes, desconectadas de uma visão sistêmica, social, multissetorial e territorial planejada”.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), em 2010, foi de 0,699 e apresenta-se inferior à média do estado. O índice tem como base três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. Esse índice varia de 0 a 1 e quanto mais próximo de 1 maior o desenvolvimento humano (IBGE, 2010). Em relação ao Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)⁹, o município de Urupema apresenta IVS de 0,260, ocupando uma posição que indica ‘grande’ vulnerabilidade em relação aos outros municípios do estado. O percentual de pessoas em extrema pobreza é de 2,7%, são pessoas que vivem com renda per capita de até R\$ 70,00 por mês, considerando o ano de 2010 para análises. Inscrita no Cadastro Único em 2015 tem-se 48,02% da população; recebendo Bolsa Família, 26,39%. Na dinâmica populacional percebe-se uma evasão do meio rural com taxa de 0,17% ao ano no período de 2000 a 2010, confirmando o fenômeno do êxodo rural (SANTA CATARINA, 2016).

Importante para o contexto proposto nesta investigação é a estrutura fundiária com produção agropecuária presente no município, demonstrando que 68,83% das propriedades são de agricultura familiar, a maior parte de pequeno porte, com 29,88% deles detendo área de terra menor que 10 hectares. A tabela abaixo permite fazer um comparativo da estrutura fundiária da área de abrangência da Agência de Desenvolvimento Regional (ADR) de São Joaquim com estabelecimentos agropecuários e agricultura familiar. Observa-se que Urupema totaliza 385 estabelecimentos, sendo 265 de agricultura familiar e 120 não familiares.

⁹ Complementar ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o IVS traz dezesseis indicadores estruturados em três dimensões, a saber, infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho, permitindo um mapeamento singular da exclusão e da vulnerabilidade social para os 5.565 municípios brasileiros. Essas dimensões correspondem a conjuntos de ativos, recursos ou estruturas, cujo acesso, ausência ou insuficiência indicam que o padrão de vida das famílias encontra-se baixo, sugerindo, no limite, o não acesso e a não observância dos direitos sociais (IPEA, 2015).

Tabela 2: Estrutura fundiária

ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS ESTRUTURA FUNDIÁRIA (2006)				
	Total	Não familiar	Familiar	% Familiar
Santa Catarina	193.668	25.156	168.512	87,01
ADR de				
São Joaquim	5.506	1.715	3.791	68,85
Bom Jardim				
da Serra	818	330	488	59,66
Bom Retiro	625	213	412	65,92
Rio Rufino	356	51	305	85,67
São Joaquim	2.438	774	1.664	68,25
Urubici	884	227	657	74,32
Urupema	385	120	265	68,83

Fonte: ADR São Joaquim - 2016

O município conta com uma escola estadual, três escolas municipais e um Instituto Federal. Segundo o Censo educacional as escolas do município geraram no primeiro semestre de 2015: 351 matrículas no ensino fundamental, 73 no ensino médio e 64 no ensino pré-escolar. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 99,7 em 2010. Isso posicionava o município na posição 28 de 295 dentre as cidades do estado e na posição 152 de 5570 dentre as cidades do Brasil. (IBGE, 2015/1).

O IFSC *Câmpus* Urupema atua em dois eixos tecnológicos: recursos naturais e produção alimentícia, devido à importância do setor agropecuário para o município. Porém, o Instituto identifica no turismo grande potencialidade para a região, fato que justificou a solicitação de um código de vaga direcionado à contratação de um profissional de Turismo e Hotelaria nesse *Câmpus*. Os cursos ofertados no *Câmpus* são de Especialização (*Lato Sensu*) Manejo de Pomares de Macieira e Pereira; de Graduação Tecnologia em Alimentos e Viticultura e Enologia; PROEJA (Educação de Jovens e Adultos) Operador de Computador; PROEJA Turismo e Hotelaria; Cursos de Qualificação Profissional de: Atendimento ao Público; Condutor Ambiental na Regional de São Joaquim; Fitorreguladores para Frutíferas de Clima Temperado; Higiene e Manipulação de Alimentos; Informática I - Introdução à Informática; Informática II - Ferramentas de Escritório; Iniciação ao Turismo e Elaboração de Roteiros;

Manejo de Fruteiras de Clima Temperado; Pós-colheita de Frutas de Clima Temperado; Processamento de Leite e Derivados; Produtor de Bebidas Alcoólicas; e Curso Técnico Concomitante em Agricultura.

Entre equipamentos e serviços básicos, considerados de apoio ao turismo¹⁰, a população de Urupema conta com uma Agência dos Correios, duas agências bancárias, uma lotérica. A segurança municipal é feita pelo efetivo da Delegacia de Polícia Civil. A manutenção de veículos é atendida por dois postos de gasolina, oficinas mecânicas e borracharias. Os meios de transporte utilizados são ônibus e carros particulares, sendo o município atendido por uma única empresa rodoviária e com poucos horários de serviço. O aeroporto mais próximo é o Antônio Correia Pinto Macedo, localizado em Lages, distante 53,6 Km, via SC-114, que atualmente opera com uma empresa aérea fazendo o trajeto Lages/SC – Campinas/SP cujo percurso é de aproximadamente uma hora e 45 minutos, acontecendo de domingo à sexta-feira, com 70 lugares.

No que diz respeito à saúde, o município conta com um posto público que oferece atendimento ambulatorial com um médico em especialidades básicas e um odontologista, sendo a menor média do estado 0,40 para cada 1.000 habitantes (SANTA CATARINA, 2016). Uma das peculiaridades desse posto é o uso de fitoterápicos na prevenção e recuperação da saúde, com plantas que são cultivadas no horto municipal e manipuladas no próprio posto com distribuição gratuita à população.

A infraestrutura básica de saneamento conta com abastecimento de água tratada em 426 unidades, sendo 319 residenciais e apresenta 38.8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2008). A limpeza urbana é satisfatória e o manejo de resíduos sólidos é feito pela prefeitura que recolhe o lixo três vezes por semana na área urbana e uma vez a cada quinze dias na área rural. O caminhão utilizado na coleta tem compartimentos individuais para não misturar o que os moradores separaram. Após recolhido, o material é levado para o centro de triagem, os recicláveis são vendidos em Lages e o material orgânico é colocado em área específica para passar pelo processo de compostagem e mais tarde ser usado no horto municipal e em canteiros de vias públicas. O rejeito, que corresponde aproximadamente a 30% do lixo produzido no município, é descartado num aterro sanitário.

Como já mencionado a economia, essencialmente agropecuária, está concentrada no meio rural em pequenas propriedades. Porém, o turismo vem se destacando como uma nova

¹⁰ Infraestrutura e serviços básicos para o turismo são compreendidos como aqueles que de modo geral são de responsabilidade pública e constituem-se em estruturas fundamentais de suporte de vida, como: abastecimento de água e luz, hospital, segurança, acessos, esgoto, coleta de lixo (DIAS, 2011, p. 60).

fonte de divisas, sendo importante salientar que Urupema se encontra na fase chamada de “exploração” ou “nascimento” do turismo. Esses conceitos fazem parte da Teoria dos Ciclos de Vida, de Ruschmann (2006). Essa teoria sobre os Ciclos de Vida de um produto turístico vem demonstrando sua validade e utilização como instrumento de planejamento turístico. O modelo estabelece que um produto turístico passa pelas seguintes fases: investimento ou sem turismo, exploração ou nascimento, desenvolvimento ou crescimento, consolidação, saturação e declínio ou rejuvenescimento. Ruschmann descreve o Ciclo de Vida de um produto turístico e mostra as especificidades observadas em cada fase:

[...] na fase de exploração, a infraestrutura receptiva ainda não está completa e a demanda encontra-se em franco crescimento. A fase de desenvolvimento torna possível que se obtenha lucro a partir de um mercado forte e fiel. Na fase de consolidação, há o predomínio de empresas e serviços externos à localidade que ajudam a manter o produto competitivo. O ponto de saturação é constituído com o nível máximo quantitativo de demanda, a partir do qual começa a ocorrer o declínio da destinação na preferência dos turistas. Então, são necessárias ações para rejuvenescê-la (2006, p. 324).

É importante enfatizar que, na fase de exploração ou nascimento do turismo, fase em que se encontra o município de Urupema, as localidades apresentam algumas facilidades para os turistas, que são rapidamente ampliadas pela população local com o objetivo de auferir lucros. Nas fases seguintes, quando a atividade turística não é planejada e organizada, a participação e o controle dos equipamentos pela população local caem aceleradamente e dão lugar às facilidades criadas por organizações externas que acabam por dominar o contexto turístico das localidades. Após o apogeu quantitativo da demanda, as destinações começam a cair na preferência dos turistas e, na fase do declínio, o que resta para as localidades é o desgaste econômico, social e ambiental.

1.3 Turismo

A município de Urupema possui características naturais e culturais relevantes para a atividade turística. Apesar disso, diante do potencial que o município apresenta, o turismo receptivo ainda é pequeno ocorrendo apenas nos meses de frio em que as baixas temperaturas atraem os turistas. A grande maioria dos visitantes que se dirige ao município não permanece, ficando apenas algumas horas. Isso ocorre porque a infraestrutura turística e de apoio¹¹ é reduzida e são poucos os locais e atividades trabalhadas como atrativos turísticos.

¹¹ Classifica-se como infraestrutura turística e de apoio os meios de hospedagem, alimentação, entretenimentos, agências de turismo, centros de informação, guias e transportes turísticos, bem como o comércio em geral que passa a atender também os turistas (DIAS, 2011, p.60).



Figura 9: Porta do município de Urupema, SC. Fonte: Banco de imagens da Internet

Atualmente Urupema conta com aproximadamente 200 leitos em sua rede de hospedagem, que inclui hotéis urbanos, pousadas no meio rural, a modalidade de cama & café¹² e o Hotel Fazenda Barreiro; na gastronomia existem aproximadamente sete estabelecimentos para alimentação, entre padarias, pequenos restaurantes de buffet, lanchonetes e bares populares. O comércio limita-se a minimercados, casa de agropecuária, farmácias, loja de roupas e loja de materiais de construção.

A vinícola Urupema tem seus vinhedos e complexo turísticos localizados no interior de Urupema, a 14 quilômetros do centro, em uma altitude de 1.400 metros; na área central do município a vinícola conta com espaço para degustação e loja, a área de vinificação encontra-se na cidade de Lages.

Urupema apresenta grande diversidade ambiental que não são trabalhados como atrativos turísticos. Atualmente apenas dois atrativos são conhecidos e divulgados no município de Urupema: a Cachoeira que Congela e o Morro do Campo Novo, ambos localizados na sede do município, o que exclui todas as outras localidades do interior de participar e se beneficiar da atividade turística.

¹² Hospedagem em residência com no máximo três unidades habitacionais para uso turístico, com serviços de café da manhã e limpeza, na qual o possuidor do estabelecimento resida (MTur., 2010, p. 7).

O Morro do Campo Novo é conhecido pelos moradores e pela mídia como Morro das Antenas, porque é o local onde estão instaladas as antenas das empresas de comunicação do município. Ele é de propriedade particular, mas no momento o acesso é liberado à visitação em qualquer época do ano.



Figura10: Morro do Campo Novo coberto de geada. Fonte: Banco de imagens da Internet

O acesso ao topo do Morro pode ser feito pela estrada velha, de chão batido, ou pela SC-112, rodovia de acesso à cidade de Rio Rufino, estando distante 7 Km da praça do município. Quando há neve, geada ou sincelo a paisagem no topo do Morro do Campo Novo e os arbustos que estão nas encostas e proximidades ficam cobertos de branco, transformando o cenário em cartão postal muito procurado por turistas. Fora da época do frio, a vegetação passa despercebida por moradores e visitantes.



Figura 11: Vegetação do Morro do Campo Novo coberta de geada. Fonte: Banco de imagens da Internet

O topo do Morro do Campo Novo é composto por turfeiras¹³, uma vegetação que recebe o título de relíquia biológica, funcionam como que um verdadeiro museu de pólen de plantas que ali cresciam no passado.

O ambiente formado nestas turfeiras - camada inferior de solo orgânico, superior formando um denso 'tapete' de musgos e raízes de outras plantas e, grande porção deste tapete permanentemente encharcado – proporciona um meio ácido onde é difícil a decomposição de matéria orgânica. Motivo pelo qual são encontrados pólenes de plantas de diversas famílias ainda preservados nestas turfeiras. (GOMES, 2009, p. 77)

As turfeiras têm grande importância no abastecimento e conservação do Aquífero Guarani e na manutenção das nascentes dos rios da região (Canoas e Caveiras).

[...] turfeiras, que, além de serem relictos de vegetação, de constituírem fonte de recarga de muitos mananciais [...] as nascentes de importantes rios das vertentes atlântica e do interior do estado de Santa Catarina estão nestas áreas úmidas, destruí-las é pôr em risco a conservação dos recursos hídricos (GOMES, 2009, p. 77 - 78).

¹³ As turfeiras constituem um ambiente singular. São típicas de áreas de platôs, o aspecto mais indicativo desta formação é o desenvolvimento de grandes tapetes de briófitas do gênero *Sphagnum*, cobertos por *Polytrichum* cf. *juniperinum*. e líquens. Os platôs permanentemente encharcados com água onde se desenvolvem grandes populações de briófitas que guardam testemunhos da vegetação de pelo menos 10.000 anos (Gomes, 2009).



Figura 12: Turfeiras do Morro do Campo Novo. Fonte: André Murara

Assim, as turfeiras contribuem para o fornecimento e regulação da água, principalmente, durante períodos de elevada precipitação, aumenta a quantidade de água armazenada, sendo esta gradualmente liberada durante os períodos de baixa precipitação, intervindo no ciclo da água por via da regulação do fluxo. A própria Cachoeira que Congela, atrativo explorado pelo turismo do município de Urupema, é abastecida pelas águas das turfeiras. Devido à importância que o Morro do Campo Novo tem como atrativo turístico e principalmente como provedor de água para região, deveria receber atenção do poder público municipal e estadual para sua conservação. Como salientam Poggi e Borges:

A gestão adequada de recursos permite satisfazer necessidades econômicas e sociais, preservando a integridade cultural e ambiental das localidades. Nota-se, então, a importância da gestão dos recursos nessa atividade econômica que, como todas as outras, visa ao lucro para a própria sobrevivência. Para tanto, o conceito de viabilidade econômica deve ser previsto e acrescentado às limitações ecológicas e à equidade social (2010, p. 874).

Vários fatores colaboram para a destruição desta vegetação: observa-se a criação de gado que pisa livremente nas turfeiras; o aumento de visitantes nas épocas frias do ano; o livre trânsito de veículos por todo o terreno do topo e, a partir de 2016, com a inauguração da construção do Mirante do Morro do Campo Novo, a intensificação desse trânsito de carros e pessoas – além da própria existência do mirante, cuja construção não seguiu critérios de preservação ambiental.

A Cachoeira que Congela tem os mesmos acessos que levam ao topo do Morro do Campo Novo. Para se chegar à sua base a administração municipal construiu uma escadaria para auxiliar na subida, com o apoio de um corrimão, para diminuir o risco de acidentes. Mesmo com esta infraestrutura, a erosão no local é nítida aos olhos e reflete a falta de conservação ambiental, evidenciando o descaso do poder público.



Figura 13: Cachoeira que Congela. Fonte: André Murara

No acesso ao Morro do Campo Novo, em dias de frio intenso, formam-se estalactites de gelo¹⁴, chamadas de “velas” pelos moradores, consideradas obras de arte formadas de maneira natural. Um fato curioso é a tentativa de cópia desse fenômeno observada na cidade vizinha de São Joaquim em que se molham as árvores de noite para que os galhos congelem e formem esculturas.

O Morro do Campo Novo e a Cachoeira que Congela, quando ligados ao clima de baixa temperatura presente no município de Urupema, são considerados como atrativos de hierarquia número 2 para o turismo, segundo o método de avaliação de atrativo turístico usado pela Organização Mundial do Turismo (OMT) e pelo Ministério do Turismo. As hierarquias são

¹⁴ Estalactites são formações rochosas sedimentares que se originam no teto de uma gruta ou caverna, crescendo para baixo, em direção ao chão, pela deposição (precipitação) de carbonato de cálcio arrastado pela água que se goteja no teto. Apresentam muito frequentemente uma forma tubular ou cônica. No caso das estalactites de gelo ocorre o mesmo processo com o congelamento da água dando origem a colunas de gelo que se parecem com estalactites.

utilizadas para demonstrar o potencial de um atrativo turístico, que têm como objetivo auxiliar na avaliação da importância dos atrativos para inclusão em roteiros turísticos. A ordem quantitativa da hierarquia varia de 3 a 0, sendo o número 3 com potencial de atratividade mais elevado. As características da hierarquia número 2 para o turismo são: “Atrativos com aspectos excepcionais em um país, capazes de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes deste país ou estrangeiros, em conjunto com outros atrativos próximos a este” (BRASIL, 2007, p. 46). O que diferencia a hierarquia de nível 2 da de nível 3 (a mais alta) é que esta tem a capacidade de movimentar turistas estrangeiros sem depender de atrativos próximos.



Figura 14: Morro do Campo Novo. Fonte: Banco de imagens da Internet



Figura 15: Estrada de acesso ao Morro do Campo Novo e a Cachoeira que Congela. Fonte: Banco de imagens da Internet



Figura 16: Mirante construído no topo do Morro do Campo Novo. Fonte: Banco de imagens da Internet

Os atrativos, como já mencionados, encontram-se na sede do município e somam-se a eles a Cascata Tia Aurora e a Cachoeira do seu Nádi, ambas nas proximidades da sede, a dois e cinco quilômetros, respectivamente. Além desses atrativos tradicionalmente divulgados pela mídia e pelos moradores do município (Morro do Campo Novo e Cachoeira que Congela) existem outros recursos turísticos em todas as localidades rurais que ainda não estão inseridos como atrativos, elementos da oferta turística. Na comunidade do Cedro, distribuídas pelos rios da região, estão diversas cachoeiras como a da propriedade de Reinaldo Salame, Família Padilha e de Aldo Camargo, todas com potencial turístico. Na mesma comunidade, o Morro do Combate apresenta aspectos naturais e históricos. Na comunidade do Cedrinho um importante recurso turístico é o Despraiado e suas cachoeiras. Na comunidade do Rio dos Touros tem-se a Igreja da Mortandade, bem como importantes equipamentos turísticos e de preservação ambiental: a Reserva Papagaios de Altitude, o Berçário das Araucárias, a Pousada Faldum e a Eco Pousada Rio dos Touros.

Elementos culturais são fortes recursos para o desenvolvimento do turismo. Entende-se por cultura todas as ações por meio das quais os povos expressam suas formas de criar, fazer e viver, engloba tanto a linguagem com que as pessoas se comunicam, contam suas histórias, quanto à forma como constroem suas casas, preparam seus alimentos, rezam, fazem festas. Nas palavras de Arruda:

A cultura abrange o conjunto de valores, atitudes, comportamentos, aspirações, modos de relação característicos de um determinado estágio de evolução de uma sociedade. A cultura está silenciosamente presente nos gestos, palavras, olhares, ações de nosso cotidiano. Está presente na maneira como nos vemos e vemos o mundo, e nas maneiras de nos relacionarmos conosco mesmos, com a Natureza, com a sociedade, com cada pessoa com quem convivemos diariamente, com os nossos ancestrais e com os seres que nos sucederão em infindáveis gerações futuras. A cultura está presente até na maneira como protestamos, nos indignamos, nos revoltamos contra ela e os modos de ela se expressar em nós e na sociedade (2000, p. 28).

O patrimônio histórico-cultural do município é valioso, compreende o conjunto de elementos e significados dos moradores do campo, fundamentado na preservação de valores, na família, no trabalho, na prosa com amigos, no rodeio e no baile. A identidade é resultante das imigrações europeias e da presença cabocla, os traços do novo rural¹⁵ emergem pela força da internet, pelo turismo, a proximidade com Lages e pela presença atual de estudantes de fora do município.

¹⁵ “Novo rural” ou “rurbano” é uma ressignificação ao meio rural em função das novas formas de produção e trabalho que se desenvolvem no campo e que resultam na própria modificação da configuração espacial desse meio. Isso porque, o meio rural – sempre associado à atividade agrícola – passou a comportar uma série de outras atividades que anteriormente eram desenvolvidas apenas nos centros urbanos, como turismo, moradia, entre outras (Rosa; Pereira. 2013, p. 190)

Marca da história e do ciclo do tropeirismo, os muros de taipa seculares que caracterizam a região serrana estão expostos por toda extensão. Os muros possuíam duas finalidades distintas: estabelecer limites entre as propriedades e servir de caminho para as tropas e os tropeiros que passaram pela região. A cultura tropeira é duradoura em Urupema, tendo o município hospedado o evento itinerante que marca o Encontro Nacional de Tropeirismo em 2015.



Figura 17: Taipas. Fonte: Ricardo Almeida

Elementos da cultura gaúcha poderão ser observados nas manifestações dos diferentes modos de vida. Contudo, como indica Locks “[...] nunca se pode confundir o lageano ou o serrano com a identidade social do gaúcho descrito no Rio Grande do Sul” (2016a, p. 120).

Os alimentos típicos como a rosca de bijajica, rosca de coalhada, doce de gila, charque, feijão tropeiro, os alimentos feitos com pinhão e com truta, a medicina caseira, a religiosidade, a lida com os animais, o fogo de chão, o fogão a lenha, a fumaça de suas chaminés cobrindo o município, o folclore, as lendas e as crendices, que contemplam memórias dos ritos da quaresma e das simpatias para diversos males, podem ser trabalhados como elementos do turismo cultural, valorizando e promovendo os bens imateriais e materiais da cultura e da história local.



Figura 18: Gastronomia da região – queijo serrano, rosca de coalhada e feijão tropeiro. Fonte: Zilma Peixer



Figura 19: Gastronomia da região – café com mistura ou “café de duas mãos”. Fonte: Zilma Peixer



Figura 20: Gastronomia da região – doce de gila. Fonte: Iáscara Varela

Mediante a realização de um inventário pode-se identificar diversos outros recursos naturais com potencialidade turística que podem ser trabalhados em diversas épocas do ano minimizando os impactos negativos da sazonalidade. Somado ao potencial turístico, o município tem como principal atividade econômica a maçã, que também pode ser beneficiada como atividade turística a exemplo de visitas aos pomares do município de Fraiburgo, SC¹⁶. O turismo não deve competir ou, menos ainda, suplantar as atividades tradicionais que vêm garantindo a sobrevivência de dada comunidade, é concebido como um complemento ao progresso econômico para potencializar e dinamizar as atividades tradicionais que as comunidades controlam com imensa maestria.

São perceptíveis que as características naturais e culturais de Urupema podem ser elementos atrativos no contexto turístico e, desta forma, como na maioria dos pequenos municípios com economia agrícola, o turismo no meio rural é uma nova oportunidade de auxiliar no desenvolvimento e revitalização. Na sequência, serão apresentadas reflexões sobre a modalidade do TBC no contexto de territórios.

¹⁶ <http://www.guiaeturismo.com/2015/09/colhendo-macas-em-fraiburgosc.html> - Acesso em 13/05/2017

2. O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O objetivo deste capítulo é apresentar as bases teóricas do paradigma denominado Turismo de Base Comunitária (TBC), indagar as possibilidades de desenvolvê-lo no município de Urupema, tendo-o como alternativa ao modelo de turismo massificado e problematizado neste texto.

Ao analisar comunidades rurais, depara-se com a pluralidade de atividades que podem ser desenvolvidas e com a opção crescente pela área de serviços. Como afirma Veiga, quando ilustra a incorporação do terceiro setor como uma das possibilidades encontradas para comunidades rurais tornarem-se mais desenvolvidas:

Em todas as regiões do Brasil há espaços nos quais as perspectivas de desenvolvimento permanecem inteiramente ligadas à exploração mais produtiva de recursos naturais, isto é, à maior eficiência em atividades agropecuárias, florestais, minerais ou pesqueiras. Mas também é verdade que em todas essas regiões há espaços rurais cujas chances de desenvolvimento pouco têm a ver com atividades primárias. Em alguns, as saídas dependem da possibilidade de atrair investimentos industriais. Em outros, estão mais diretamente vinculadas à capacidade de oferecer serviços a consumidores de alta renda, atraídos pelas riquezas naturais que tendem a ser cada vez mais valorizadas: *ar puro, água limpa, belas paisagens e silêncio*. Por isso, o desenvolvimento de inúmeras áreas rurais tende a depender muito mais da segmentação de mercados locais ou regionais impulsionada por residentes temporários, turistas, esportistas, aposentados, etc, do que de padronizados mercados nacionais ou externos que absorvem *commodities* e manufaturados (2003, p. 91-92).

Dessa forma, pequenos municípios essencialmente de economia agrícola veem no turismo uma nova oportunidade de auxiliar no desenvolvimento e revitalização de suas localidades. Esses municípios, a exemplo de Urupema, são motivados e acreditam no seu potencial pelo fato de possuírem áreas naturais (cachoeiras e trilhas), gastronomia típica, acolhimento de seu povo, enfim, aquilo que eles acreditam possam ser atrativos, procurados principalmente por pessoas que vivem em centros urbanos e deles buscam se distanciar por um determinado período.

Fatores macropolíticos também reforçam a atividade turística como indutora de desenvolvimento regional e municipal. Nos anos 90, o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), descentralizou o setor e delegou a execução da atividade turística para os governos estaduais e municipais, em parceria com a iniciativa privada em consonância com a indicação da atividade turística, por instituições internacionais, como ação promissora para o desenvolvimento do país. Nas palavras de Bursztyn, Bartholo e Delamaro:

Nos anos 1990, há uma profunda crise fiscal do Estado. As políticas de ajuste e reestruturação propostas por organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BIRD) apontam a promoção de atividades turísticas como uma linha de ação promissora para o desenvolvimento do país (2009, p. 82).

A ideia de salvacionismo do turismo como solução de problemas econômicos aplicáveis a qualquer município, se transformou num modismo que precisa ser relativizado, uma vez que o desenvolvimento turístico deve conectar-se com a sustentabilidade e com outras políticas de desenvolvimento. Afinal, conforme evidenciado na introdução desta dissertação, os impactos gerados pela atividade turística nem sempre são benéficos às comunidades receptoras que podem sofrer exclusão na cadeia produtiva do turismo, experimentar uma elevação do custo de vida local, ter seus recursos naturais e culturais prejudicados, entre outros impactos negativos - todos consequências de um inadequado planejamento e gestão turística. Os impactos negativos do crescimento do turismo em pequenas comunidades vêm sendo comentado no meio acadêmico, nas palavras de Bursztym, Bartholo e Delamaro: “quanto às práticas turísticas em pequenas comunidades, o incremento das atividades turísticas apoiado por políticas públicas não trouxe os benefícios potenciais prometidos para as populações locais” (2009, p. 77).

Mesmo nos segmentos de turismo ditos alternativos, cujas principais vertentes são o turismo de natureza, o turismo de aventura, ecoturismo e o turismo em áreas rurais ao serem explorados de forma descontrolada encontrarão paisagens e comunidades frágeis, fazendo com que os possíveis impactos negativos sejam qualitativamente nocivos.

O turismo num sentido amplo pode ser dividido em duas metodologias operacionais: o turismo de massa – que se caracteriza na concentração excessiva de turistas – e o turismo sustentável. Sobre o turismo de massa pode-se dizer que precede o turismo sustentável porque este surgiu em função das consequências daquele. Ruschmann (1997) nos alerta para o risco geminado que localidades receptoras passam quando não se preocupam com a implantação de políticas de capacidade de carga,¹⁷ aliadas à falta de cultura turística por parte da demanda:

O turismo de massa – caracterizado pelo grande volume de pessoas que viajam em grupo ou individualmente para os mesmos lugares, geralmente nas mesmas épocas do ano – vem sendo considerado o maior agressor dos espaços naturais. [...] Além disso, a falta de “cultura turística” dos visitantes faz com que se comportem de forma alienada em relação ao meio que visitam – acreditam que não têm nenhuma responsabilidade na preservação da natureza e na originalidade das destinações. Entendem que seu tempo livre é sagrado, que têm direito ao uso daquilo pelo qual pagaram e que, além disso, permanecem pouco tempo – tempo insuficiente, no seu entender, para agredir o meio natural (RUSCHMANN, 1997, p. 110).

Importante ponderar que o número de turistas que qualifica o turismo de massa é mensurado em relação às definições da localidade visitada e estudos de capacidade de carga que indicam o limite aceitável. Como alternativa ao turismo de massa e predatório surge o

¹⁷ Entende-se por capacidade de carga de um recurso turístico como o número máximo de visitantes (por dia/ mês/ ano) que uma área pode suportar, antes que ocorram alterações nos meios físicos e social (RUSCHMANN, 1997, p. 116).

turismo sustentável, elaborado dentro de uma metodologia de preservação ambiental e cultural, de distribuição igualitária de seus benefícios econômicos e na compreensão das potencialidades humanas.

O conceito de sustentabilidade é amplamente aceito como uma vertente essencial de qualquer tipo de desenvolvimento, incluindo o turismo, que precisa ser ambientalmente sustentável antes de o ser economicamente, além de ser capaz de trazer benefícios substanciais às comunidades receptoras. Desta forma, o turismo de modo geral é centrado no bem-estar e satisfação dos turistas, mas existem outros aspectos que precisam ser levados em conta. Para ser considerado turismo sustentável precisa ser também dedicado à melhoria da qualidade de vida dos residentes e à proteção ambiental e cultural, estando amplamente ligado às práticas de capacidade de suporte. No entendimento de Odum e Barret:

O conceito de sustentabilidade está diretamente relacionado com o conceito de capacidade de suporte. As definições para sustentar no dicionário incluem ‘manter’, ‘permanecer em existência’, ‘suportar’, ‘guardar’, ou ‘fornecer sustento ou alimento’ [...] Em termos ambientais, Goodland [...] definiu sustentabilidade como manutenção do capital e recursos naturais. O termo sustentabilidade é cada vez mais usado como um guia para futuro desenvolvimento, pois muito do que os humanos estão hoje fazendo na área de gestão de consumo e ambiente é obviamente insustentável. (2015, p. 131).

A Organização Mundial do Turismo (OMT) expressa no Código de Ética Mundial para o Turismo artigos que atendem a essas especificidades e traz em seu preâmbulo:

[...] Intimamente convencidos de que, sempre que se repetem determinados princípios e se observam certas normas, o turismo responsável e sustentável não é de modo algum incompatível com uma maior liberalização das condições pelas quais se rege o comércio de serviços sob cuja tutela operam as empresas do setor, e que é possível conciliar neste campo: economia e ecologia, meio ambiente e desenvolvimento, e abertura aos intercâmbios internacionais e proteção das identidades sociais e culturais[...] (BRASIL, 2015, p. 01).

O turismo sustentável busca o desenvolvimento, processo que permite o crescimento econômico sem degradar ou esgotar os recursos que o tornam possível, ligado a uma transformação qualitativa da sociedade. O desenvolvimento transforma e satisfaz as mais diversas necessidades do ser humano, tais como saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, entre outras. Circunscreve o crescimento econômico ao desenvolvimento humano e social no alcance de melhores condições de vida pelos meios disponíveis a uma comunidade.

Nesta perspectiva, apresenta-se o paradigma do TBC que permite a construção de desenvolvimento endógeno, orientado pelo princípio da auto-gestão comunitária, centrado nos atores, no saber local e no processo de transformação de suas realidades.

No TBC uma comunidade decide por iniciativa própria criar um negócio turístico mobilizando seus recursos patrimoniais naturais, culturais e humanos. Esta forma de autogestão

implica na participação de seus membros em todas as fases da operação turística: planejamento, prestação de serviços ao visitante, promoção, e venda dos serviços e bens. Maldonado, o entende por:

[...] toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. [...] A empresa comunitária é parte da economia social, mobiliza recursos próprios e valoriza o patrimônio comum com finalidade de gerar ocupação e meios de vida para seus membros. A finalidade da empresa comunitária não é lucro nem a apropriação individual dos benefícios que são gerados, e sim a sua distribuição equitativa, através do investimento em projetos de caráter social ou de produção (2009, p. 31).

O TBC é uma modalidade de turismo desenvolvida pela própria comunidade em que a população local, de forma associativa e solidária, possui o controle efetivo das atividades econômicas ligadas ao turismo. Apresenta-se como uma alternativa diante de processos de turistificação que promovem a desigualdade econômica e a segregação social, ou seja, uma prática socializante que visa ao interesse e ao bem-estar de todos os participantes.

Tudo orientado por princípios pautados na sustentabilidade, na cultura da cooperação e nos empreendimentos econômicos solidários, portanto situado no campo da economia solidária, também conhecida como economia popular ou, ainda, socioeconomia. Bem expressam Rampi e Locks que:

A economia solidária é um outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica (2014, p. 29).

São várias as possibilidades de organização dos empreendimentos coletivos de acordo com o fim a que se destinam, como na forma de cooperativas, associações, grupos de troca, empreendimentos recuperados, feiras de economia solidária, entre outras. São vários, também, os referenciais e embasamentos jurídicos para constituí-los (SINGER, 2002).

Cooperação, solidariedade, trabalho e democracia são propostas da economia solidária onde o bem-estar comum é mais importante do que o lucro. Ela surge com a força da união que gera trabalho, renda e inclusão social. Benefícios subjetivos também emergem com a economia solidária: autoestima, valorização do trabalho, sentimento de pertencimento, prazer e qualidade de vida.

As manifestações de economia solidária estão movimentando diversas atividades em todos os setores econômicos, tanto na cidade quanto no campo. São soluções contra o desemprego, a baixa renda, o êxodo rural e a dependência econômica, ferramenta para a inclusão social e a cidadania. As relações com o meio ambiente também são respeitadas na economia solidária, garantindo a sustentabilidade da natureza.

Apoiado na premissa da economia solidária, o turismo abre vasta perspectiva para o desenvolvimento local. Torna-se fundamental a consciência por parte da comunidade do potencial de seus bens patrimoniais, ou seja, o conjunto de valores humanos, culturais e naturais, também chamado por Maldonado de patrimônio comunitário:

Um conjunto de valores e crenças, conhecimentos e práticas, técnicas e habilidades, instrumentos e artefatos, lugares e representações, terras e territórios, assim como todos os tipos de manifestações tangíveis e intangíveis existentes em um povo. Através disso, se expressam seu modo de vida e organização social, sua identidade cultural e suas relações com a natureza (2009, p. 29).

Dessa forma, o patrimônio comunitário além de ser um forte atrativo para o turismo é visto como substancial para o sentimento de pertencimento, suscetível de gerar o comportamento de cooperação entre os membros de uma comunidade, essencial para o desenvolvimento do TBC. Ou seja, o sentimento de valorização do patrimônio comunitário e de pertencimento são a base do processo que fortalecem as relações de convivência e confiança, seguidos pela sensibilização e mobilização da comunidade.

Estar sensibilizado é estar compadecido, é ter consciência e estar envolvido por alguma causa. Mas apenas a sensibilização não é suficiente para o processo de desenvolvimento endógeno de uma comunidade, é fundamental a comunidade estar também mobilizada. A mobilização é que forma um grupo com objetivos comuns, possibilita às pessoas se unirem, com disposição para planejar, em conjunto, uma proposta de desenvolvimento turístico para a localidade que inclua as expectativas e necessidades da comunidade, com vistas à melhoria e ao bem comum.

Assim, a participação de dada comunidade, o fortalecimento das relações de convivência e confiança são requisitos para uma metodologia de turistificação endógena que busca a melhoria do nível social das comunidades receptoras do turismo. O que não exclui a contribuição de atores externos, como ONGs, instituições acadêmicas, governo central ou local e cooperação internacional, que orientem seus recursos na formação de profissionais, complementem investimentos na infraestrutura e equipamentos, reforcem a promoção e o desenvolvimento do destino turístico. Tem-se o exemplo da Rede Brasileira de Turismo Solidário Comunitário (TURISOL), surgida em 2003 da articulação de sete iniciativas pioneiras de turismo comunitário.¹⁸ A TURISOL participou do Fórum Internacional de Turismo Solidário (FITS) em Marselha, França, e em 2015 promoveu o II Encontro Nacional TURISOL, evento que teve o objetivo de debater e fomentar o TBC no Brasil.

¹⁸ Os sete projetos pioneiros que deram início a rede TURISOL foram: Projeto Bagagem, Acolhida na Colônia, Rede Tucum, Casa Grande, Saúde e Alegria, Mamirauá e Silves. Fonte: <http://turisol.wixsite.com/redeturisol/sobre> - Acesso: 13/12/2017

Nesse contexto, o turismo é o instrumento de fortalecimento comunitário e associativo, apresentado como importante gerador de oportunidade de trabalho e renda. Estes aspectos, no entanto, não acontecem de forma espontânea, precisam ser articulados para esse fim. Políticas públicas que tratem o tema de forma singular, valorizando as potencialidades locais, compreendendo os verdadeiros problemas e soluções são necessárias para o sucesso do TBC e do desenvolvimento local.

Às instituições públicas cabe o papel fundamental de criar condições para que os anseios da sociedade tomem forma. No âmbito do Ministério do Turismo (MTur), em 2007 foi realizada uma reunião técnica sobre o TBC, no 35º Congresso Brasileiro de Agências de Viagens. O resultado deste debate foi o reconhecimento do MTur da importância do tema e a decisão de fomentar iniciativas de TBC. Em 2008 o MTur, através do Edital 01/2008, passou a reconhecer as atividades de TBC e a aportar recursos para o fomento de tais iniciativas.

Entretanto, são muitas as deficiências e riscos da oferta comunitária: déficit educacional e de formação profissional, falta de serviços básicos e de infraestrutura conduzindo a oferta do TBC a uma fraca competitividade. Um estudo com trinta projetos de turismo comunitário, desenvolvidos na América Latina, identificou as principais deficiências apresentadas nos empreendimentos de TBC. A seguir o quadro apresenta um resumo do estudo:

Tabela3: Deficiências da oferta de turismo comunitário

DEFICIÊNCIAS DA OFERTA DE TURISMO COMUNITÁRIO
1. Oferta dispersa e fragmentada, carente de estruturas e mecanismos regulares de cooperação interna para organizá-la e externa para potencializá-la. Apesar das vantagens das parcerias serem percebidas, os esforços empreendidos ainda são incipientes e pouco sistemáticos.
2. Escassa diversificação dos produtos turísticos cujos componentes são baseados exclusivamente em fatores naturais e herdados. Existe potencial e vontade para empreender inovações que superem o mimetismo predominante.
3. Gestão profissional limitada, tanto operacional como gerencial dos negócios; as tendências e o funcionamento da indústria do turismo são desconhecidos. As aspirações das comunidades de acesso a serviços de informação e capacitação permanecem amplamente insatisfatórias.
4. Qualidade heterogênea dos serviços, com predominância de qualidade média e baixa. A competência aguda com outras empresas tende a resolver-se somente em curto prazo e através da baixa de preços.
5. Posicionamento incerto e imagem pouco divulgada do turismo comunitário em mercados e segmentos dinâmicos; a promoção e comercialização são realizadas geralmente, por meios rudimentares, individuais e diretos.
6. Deficiência dos mecanismos de informação, comunicação e organização comercial: a fraca representação e capacidade para negociação com outros agentes da cadeia turística não permite a tomada de decisões estratégicas, além do horizonte diário.
7. Participação marginal ou subordinada de mulheres e suas associações na concepção e condução de projetos turísticos e, conseqüentemente, na captação de benefícios.
8. Déficit notável de serviços públicos: rodovias, eletricidade, água potável, saneamento ambiental e esgoto, comunicações e sinalização turística. As comunidades não são capazes de cobrir estes custos; isto é responsabilidade dos governos locais ou nacionais.

Fonte: NETCOM: Manual Del facilitador, módulo 3, p.25, OIT-REDTURS, 2006. *apud* MALDONADO. 2009, p.32

Em síntese, as principais deficiências do TBC consistem em situações de improviso, ausência de profissionalismo, desconhecimento do mercado e desconhecimento dos instrumentos de gestão de negócios. Já as demandas consistem em acesso aos mercados, linhas de crédito, assistência técnica, melhoria das qualificações profissionais e a prestação de serviços públicos de infraestrutura rodoviária para o acesso dos visitantes aos destinos finais.

O TBC busca atender aos anseios econômicos, promover o bem-estar e a qualidade de vida da comunidade onde se insere. Emprega métodos democráticos nos processos decisórios, transparência no uso dos recursos e tem entre seus princípios o respeito, a valorização cultural, a afirmação de identidade, a relação de parcerias e troca entre o turista e a comunidade, sendo esta troca a principal motivação do turista que busca essa experiência. Em outras palavras ele deseja apreender e conhecer o modo de vida na área que visita, seu interesse está relacionado com o ambiente natural e o intercâmbio cultural com a comunidade receptora.

O centro dessa proposta de turismo é o estabelecimento de uma relação interativa, entre visitantes e visitados. A falta de interatividade, portanto, entre os saberes impede que se coloque em destaque a diversidade do local visitado, fonte de riquezas para o turista que procurou o TBC. Zaoual (2009) comenta a respeito das variáveis que motivam esta demanda emergente em direção a novos modelos e produtos turísticos, em detrimento do turismo massificado. Nas palavras do autor:

A observação das tendências da demanda turística mundial deixa entrever, com efeito, que esse tipo de modelo de produção de serviços turísticos não está mais totalmente em uso com a evolução das necessidades que o mercado exprime. A demanda turística tornou-se mais exigente, variada e variável. Ela tende a se focar cada vez mais sobre a qualidade e exprime as necessidades da cultura e do meio ambiente. Concretamente, a clientela procura verdadeiros sítios que combinam a autenticidade e a profundidade do intercâmbio intercultural de uma parte e a harmonia com a natureza e a memória dos lugares visitados em outro lugar (2009, p. 57).

O turista do TBC segue também, as tendências globais de responsabilidade social e ambiental tão em evidência nos dias atuais.

[...] novas tendências tem marcado também a “resignificação” do turismo, como, por exemplo, uma mudança sutil no perfil de turistas, conectados progressivamente com os temas da responsabilidade social e ambiental, o que passou a influenciar operadoras e agências internacionais, que, por sua vez, buscaram dar maior visibilidade a destinos turísticos menos convencionais, mas capazes de viabilizar novas experiências e descobertas para um ‘cidadão global’, em busca de oportunidades de vivências e aprendizagens, para além do ‘cardápio’ de opções disponíveis (IRVING, 2009, p.109).

É como se os “novos” turistas buscassem uma imersão, um conhecimento profundo e verdadeiro do lugar visitado, sem ilusões, artificialidades, contatos superficiais ou um produto padrão desprovido de espontaneidade que impede o dialogo das culturas. Sendo assim, as características da demanda do TBC são de pequenos grupos, que buscam experiências originais e enriquecedoras, combinando vivências culturais autênticas com cenários naturais.

Os atrativos do TBC vão desde ambientes naturais, vilas, espaços comunitários, cultura, hábitos de vida, saberes e fazeres apresentados e trabalhados como produtos turísticos, respeitando a cultura e os espaços visitados, podendo o turismo colaborar para proteger, revigorar e até mesmo resgatar esses patrimônios comunitários.

No TBC as conexões de diversas atividades permitem a formação de redes solidárias,¹⁹ pela estruturação de produtos e serviços locais e integrados. Somado ao potencial que o turismo tem de gerar empregos diretos e indiretos, possibilita o desenvolvimento endógeno e sustentável de dada comunidade. O quadro abaixo relaciona a cadeia produtiva do turismo com oportunidades da economia solidária.

¹⁹ As redes são parte de uma estratégia de cooperação entre empresas de um mesmo setor, que compartilham uma base territorial. As empresas fazem parcerias para obter vantagens destinadas a traduzirem-se em níveis mais elevados de eficiência e competitividade (Maldonado, 2009, p.37).

Tabela 4: Relação da cadeia produtiva do turismo com as oportunidades do TBC

ETAPA	CARACTERÍSTICAS	OPORTUNIDADE DE TBC
Planejamento da viagem – Realizado no núcleo emissivo (região de origem)	Aquisição de pacotes turísticos e reservas em equipamentos turísticos. Relação direta com a propaganda e com o posicionamento do destino turístico no mercado.	1. Agências receptoras que comercializem os serviços e bens do TBC; 2. Rotas turísticas integrando segmentos da comunidade. O posicionamento no mercado que o TBC tem o diferencial da responsabilidade social e ambiental, muito difundida nos dias atuais.
Transporte	Realizados entre a região de origem e o destino. Realizados no destino para deslocamentos internos.	1. Organização de serviços associados ao transporte turístico, podendo ser utilizado os mais variados meios como aluguel de bicicletas, city tour em veículos motorizados, passeios a cavalo, etc.
Hospedagem	Varia consideravelmente conforme o destino e o turista.	1. Oferta direta de hospedagem, na modalidade de Cama & Café, do Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass 18), pousadas familiares, albergues, etc; 2. Oferta de serviços e bens a empreendimentos de hospedagem como: insumos alimentares, artesanatos, decorações, serviços de garçons, camareira, entretenimento, lavanderia, serviços ligados ao relaxamento do hóspede, entre outros.
Alimentação	Restaurantes, bares, quiosques, lanchonetes, cafés, eventos, ambulantes, entre outros.	1. Organização de empreendimentos coletivos na área de A&B; 2. Oferta direta de insumos alimentares ou de serviços a empreendimentos de A&B.
Entretenimento	Relativo à programação de atividades realizadas durante a estada do hóspede no destino.	Apresentações artísticas locais, guias turísticos e condutores ambientais, recreadores, contadores de histórias, terapias alternativas, entre outras.
Compras	Associados a compra de souvenirs. Inclui uma variada gama de produtos geralmente típicos ao destino.	Na venda direta ou indireta de artesanato e outros produtos locais de interesse turístico.
Experiência da viagem ¹⁹	Na vivência de experiências e emoções que o turismo propicia.	Nos destinos organizados sob a forma de TBC a autenticidade, a legitimidade da oferta e o protagonismo do turista garantem a experiência.
Avaliação do destino	Após a viagem é importante buscar uma avaliação dos bens e serviços ofertados no destino visitado.	Esta avaliação pode ser feita por equipes comunitárias.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Quanto às formas de participação da comunidade na cadeia produtiva dos destinos turísticos podem ser através de iniciativas comunitárias, familiares ou ainda em parceria com o setor privado, principalmente no que se refere a comercialização do destino.

Pode-se relacionar o TBC com os aportes da Inovação Social, entendida pela capacidade coletiva de encontrar soluções para problemas locais, implementando metodologias comunitárias que se distinguem dos padrões mercantilistas. Em palavras mais simples: uma nova maneira de buscar a resolução dos problemas ou demandas nos empreendimentos sociais

e coletivos. Baseado no conceito de inovação – criar, renovar e inventar – a Inovação Social surge como resultado do empreendedorismo social, ocupando desta forma, o mesmo *lôcus* do TBC em que ambos destacam uma maneira de solucionar problemas sociais.

De acordo com o Instituto de Tecnologia Social (ITS), a Inovação Social compreende “o conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (VARANDA; BOCAUYUA, 2009, p. 25).

Assim, pela concepção do TBC de desenvolver alternativas criativas e inovadoras de um tipo de turismo que internalize o capital social como elemento central de planejamento, operacionalização e gestão, contrapondo-se ao mercado ávido do turismo por estatísticas e receitas, as metodologias aplicadas ao TBC encontram-se no campo da Inovação Social.

‘Novas soluções’ e ‘criação de valor social’ estão no cerne de qualquer definição de inovação social; elas visam desencadear mudanças mais ou menos intensas das relações de poder em que se encontram os envolvidos e reduzir sua vulnerabilidade face aos processos de mercado ou sua dependência de instituições públicas ou do terceiro setor (FERRARINI, 2016, p. 452).

Pode-se melhor compreender essa transposição fazendo uma distinção entre a Inovação Tecnológica e a Inovação Social, percebendo como o quadro da Inovação Social adequa-se às exigências, desafios, singularidades, especificidades e complexidades do TBC, ao contrário do quadro da Inovação Tecnológica que fomenta o turismo de massa.

Tabela 5: Comparativo entre a Inovação Tecnológica e a Inovação social

TIPOS DE INOVAÇÃO CARACTERÍSTICAS	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	INOVAÇÃO SOCIAL
Valor	É apropriado pelo indivíduo ou organização	É criado e compartilhado
Estratégia	Busca de vantagens competitivas	Cooperar para resolver questões sociais de forma duradoura e com impacto
Lôcus	Centrada na empresa com altos investimentos em Pesquisa & Desenvolvimento para a criação de produtos e obtenção de diferenciação no mercado	Volta para ações comunitárias, com recursos escassos e esforços pequenos e locais
Processo	De dentro para fora, por meio de etapas sequenciais definidas e controladas por ferramentas específicas de gestão	Pela participação dos envolvidos durante todo o projeto. É uma construção social de geração de soluções dependente da trajetória. Aprendizagem coletiva
Difusão do conhecimento	Mecanismos de proteção intelectual procuram impedir que uma ideia ou tecnologia venha a ser copiada e utilizada por concorrentes	Mecanismo de difusão (redes, fóruns, centros etc.) favorecem a replicação e a expansão dos resultados a outras comunidades

Fonte: Quadro produzido a partir de Bignetti (2010) *apud* FERRARINI, 2016, p. 451.

As oportunidades do TBC podem ser efetuadas em diversos segmentos turísticos, dentre os quais: turismo cultural, ecoturismo, agroturismo, enoturismo, turismo de observação de aves, turismo religioso, turismo contemplativo, turismo rural, turismo de agricultura familiar, entre muitos outros.

Portanto, nas propostas do TBC nota-se uma infinidade de possibilidades de fomento e várias aplicáveis às potencialidades do município de Urupema como na agricultura familiar, com a juventude, na gastronomia e nos meios de hospedagem.

Em relação à atividade turística e à agricultura familiar em Urupema, além do fato de 68,83% das propriedades serem de agricultura familiar, mais precisamente 265 estabelecimentos de um total de 385, a família rural tem a possibilidade de desenvolver a cultura do empreendedorismo social rural – quando passa a apresentar o estilo de vida, os costumes, o modo de produção artesanal e tradicional como serviços e bens turísticos – consolidando o modo de vida rural como um atrativo aos moradores de outros locais. Há um estímulo à produção que possui alto valor agregado em relação à qualidade nutricional (isentos de agrotóxicos) e ao cuidado na preparação de doces, biscoitos, compotas e outros. Essas qualidades inerentes a produção artesanal, quando comparadas com a produção industrial, criam um diferencial marcante e estabelecem um nicho de mercado altamente promissor. As atividades não-agrícolas podem assumir um papel relevante na composição da renda total das famílias e no consequente resgate da autoestima. Pode-se também implementar projetos como cafés, pousadas, pesque-pague, colha-pague, restaurantes típicos, *day use*, feiras de comercialização, entre outros.

Deseja-se enfatizar nesta reflexão o segmento da juventude no meio rural. Os dados apresentados sobre a região, demonstram uma evasão do meio rural com taxa de 0,17% ao ano. É muito significativo o número de jovens que representam este valor.

A migração seletiva de jovens rurais no Sul do Brasil é uma problemática social importante, um fenômeno estável e contínuo, do qual vários fatores já foram analisados, tais como falta de renda e de oportunidades profissionais, dificuldades no acesso à terra ou à educação. Entretanto, no que se refere a essa problemática, um dos fatores ainda pouco estudados é o acesso precário à cultura e ao lazer (CHAUVEAU; STROPASOLAS, 2016, p. 129).

Para o jovem do campo, os reflexos do TBC são possíveis de diminuir o fluxo migratório rumo a cidade, por meio do aproveitamento de trabalhos diretos e indiretos oriundos do turismo, da diversificação do lazer pela instalação de equipamentos culturais e de entretenimento, além do intercâmbio cultural e das relações entre turistas e residentes, aqui já tratado.

O uso turístico dos elementos gastronômicos é um atrativo muito buscado e valorizado. A gastronomia é entendida como a relação entre a alimentação e a cultura, incluindo os aspectos

relacionados ao cultivo e preparo do alimento. Assim, sentidos simbólicos são agregados ao se experimentar determinadas iguarias através das relações entre os sabores e localidades geográficas, grupos sociais ou fatos históricos. A rica gastronomia da região e a propriedade desses saberes culinários pelas mulheres de Urupema consiste em outra potencialidade presente no município que pode ser trabalhada como produto turístico de base comunitária nas mais variadas formas como restaurantes, cafés, quiosques, ambulantes, feiras, eventos e muitas outras. Além das ligações históricas da oferta de alimentos com a hospitalidade e com a sociabilidade.

Do ponto de vista da oferta de hospedagem, Urupema possui aproximadamente 200 leitos, oferta muito reduzida, principalmente nos dias mais frios do ano. O município recebe um número maior de turistas do que consegue atender. Uma alternativa encontrada pelos residentes foi a hospedagem em casas particulares, classificado pelo MTur como Cama & Café. Este tipo de alojamento, a princípio, surgiu pela generosidade e solidariedade dos moradores que ficavam preocupados com o conforto e com a saúde dos visitantes que se aventuravam sem muito conhecimento das consequências do frio extremo, ficavam a dormir dentro de seus carros na praça do município. Posteriormente é que a atividade começou a ser vista como um empreendimento passando a ser organizado coletivamente no que tange as reservas.

Outra demanda relacionada com o desenvolvimento do turismo em Urupema é a formação e organização de guias locais. Neste sentido, o IFSC já formou duas turmas de Condutor Ambiental capacitando guias locais. Dado que o turismo em Urupema se concentra apenas na sede do município e mais da metade da população reside no interior, a atuação de guias permitirá a interiorização do turismo na medida em que os turistas poderão ser conduzidos para atrativos ambientais, culturais e sociais das localidades do interior do município.

O turismo rural deve ser compreendido como uma atividade complementar a outras atividades já praticadas, evitando desse modo a dependência exclusiva do turismo pela comunidade. Isto condiz com a definição de Turismo Rural: “O conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valores a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio natural e cultural da comunidade” (BRASIL, 2010, p. 18).

Assim o turismo não deve competir nem suplantiar as atividades tradicionais que têm garantido a sobrevivência da comunidade, sendo concebido como um complemento ao progresso econômico e social para potencializar e dinamizar as atividades tradicionais que as comunidades controlam.

Em síntese, o que se propôs na reflexão acima foi a apresentação do paradigma do TBC orientado pelos princípios e valores da economia solidária, compreendido como uma estratégia para o desenvolvimento endógeno uma vez que ele permite a preservação dos aspectos culturais, naturais e melhoria social. A auto-gestão e o protagonismo de todos os moradores tornam-se indispensáveis nessa proposição possibilitando o desenvolvimento local com sustentabilidade.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Esta pesquisa apresenta abordagem qualitativa. A investigação qualitativa não se preocupa com representatividades numéricas ou a busca por provas de fatos, mas, sim, a compreensão interpretativa das experiências dos indivíduos dentro do contexto em que foram vivenciadas, ou seja, busca identificar objetivamente as articulações no interior da sociedade, aprofundando sua compreensão.

Para Flick, os objetivos da pesquisa qualitativa “não são reduzidos a simples variáveis, mas sim representados em sua totalidade, dentro de seus contextos cotidianos. Portanto, os campos de estudo não são situações artificiais criadas em laboratório, mas sim práticas e interações dos sujeitos da vida cotidiana” (2009, p. 24).

O método de investigação orientou-se pelo Grupos de Discussão. Na perspectiva de Flick (2009), o Grupo de discussão promove a exposição de ideias, que proporciona uma interação entre os participantes, o que permite que se desenvolvam novas ideias e pensamentos a partir da fala das demais pessoas do grupo. Desta forma, buscou-se analisar o que pensam e esperam os agentes locais sobre a atividade do turismo no município de Urupema. Nas palavras de Weller “o objetivo maior do grupo de discussão é a obtenção de dados que possibilitem a análise do contexto ou do meio social dos entrevistados, assim como de suas visões de mundo ou representações coletivas” (2013, p.56). Em outras palavras, pelo caráter coletivo do método que reflete as visões e posições de um grupo social, os resultados obtidos nos Grupos de Discussão são produtos das interações coletivas, não a simples soma de opiniões individuais, possibilitando uma representação social em suas interações cotidianas, tornando o processo mais próximo da vida e com consequência aos resultados da investigação.

Um pequeno número de indivíduos, reunidos como um grupo de discussão ou de recursos, vale muito mais do que qualquer amostra representativa. Esse grupo, discutindo coletivamente sua esfera de vida e investigando-a assim que um se depara com divergências em relação ao outro, fará mais para erguer as máscaras que cobrem a esfera da vida do que qualquer outro dispositivo do qual eu tenha conhecimento (FLICK, 2009, p. 125).

Assim, a principal característica dos grupos de discussão é a emergência das visões socialmente compartilhadas, bem como as visões ou opiniões que são negadas pelo grupo. O parecer final será a opinião comum do grupo, um consenso dos participantes negociado na discussão. Sobre os resultados dos grupos de discussões, Flick afirma:

[...] a disponibilidade das correções pelo grupo – no que se refere a visões que não estejam corretas, que não sejam socialmente compartilhadas ou que sejam radicais – como um meio de validar enunciados e pontos de vista. O grupo transforma-se em uma ferramenta que reconstrói opiniões individuais (2009, p. 126).

Para a pesquisa foram formados dois grupos distintos que se reuniu separadamente na busca de se eliminar possível impacto inibidor sobre a discussão. Um grupo representante da sociedade política local e outro com representantes da sociedade civil. Flick (2009, p. 129) salienta que “o moderador deve enfatizar o embasamento comum dos membros a fim de facilitar ou de reforçar a sensação de pertencer ao grupo”. Na composição dos grupos optou-se por formar grupos artificiais, reunidos para fins de pesquisa, porquê dentro da perspectiva proposta pela investigação, o grupo não interessa como grupo em si, mas como uma agrupação artificial, reunida apenas por uma demanda investigativa. Porém, estes grupos deverão ter a possibilidade real de atuar em seus grupos sociais. Os grupos também apresentam características heterogêneas, o que amplia a dinâmica da discussão. Para Flick:

Em grupos heterogêneos, os membros devem apresentar diferenças nas características de relevância à questão de pesquisa. A finalidade disso é aumentar a dinâmica da discussão para que sejam expressas muitas perspectivas diferentes, e também para que a reserva dos participantes individuais seja quebrada com a confrontação entre essas perspectivas (2009, p. 127).

Os sujeitos da pesquisa convidados no campo empírico foram: representantes da sociedade política (agentes do poder público nas esferas municipal, estadual e federal) e da sociedade civil. Esta divisão permitiu, no processo de análise dos dados obtidos, uma comparabilidade entre os grupos. As amostras não foram determinadas de forma arbitrária, mas selecionadas por critério de intencionalidade, onde os participantes das amostras foram selecionados com base em características relevantes à investigação.

Nesta investigação foram selecionados sujeitos da sociedade política, ou seja, aqui compreendidos por prestadores de serviço tais como membros representantes da EPAGRI, Prefeitura Municipal de Urupema, Agência de Desenvolvimento Regional (ADR) de São Joaquim e IFSC Câmpus Urupema. Já na outra amostra foram escolhidos representantes da sociedade civil: Sindicato Rural, Conselho de Turismo, sujeitos envolvidos nas atividades do comércio e representantes das comunidades do meio rural de Urupema. Em suma, sujeitos ativos, envolvidos e, principalmente, formadores de opinião na sociedade local.

A coleta de dados foi dividida em fases, sendo a primeira intitulada “Fase perfil dos sujeitos da pesquisa”. Nesta foi entregue um questionário preenchido de forma individual aos membros dos grupos. O objetivo do questionário foi levantar o perfil dos participantes e identificar o nível de inserção dos mesmos nas diversas coletividades de Urupema.

As demais fases foram em forma de encontros orientados pelo método de Grupo de Discussão (Weller, 2013). Os componentes foram previamente convidados e o convite deixou claro a situação da investigação. O espaço escolhido para os encontros foi uma sala de aula,

localizada no bloco II do IFSC Câmpus Urupema, as carteiras foram dispostas em forma de círculo, onde os componentes puderam se enxergar uns aos outros.

Nos encontros realizados com a sociedade política compareceram e participaram os componentes: prefeito, vice-prefeita, diretor de turismo, secretária de administração, finanças e planejamento, oito vereadores do município de Urupema; estavam juntos simbolizando o âmbito estadual um intencionista rural e engenheiro agrônomo da EPAGRI e configurando o âmbito federal, participaram o docente-diretor do IFSC Câmpus Urupema, e o docente-coordenador do PROEJA, totalizando quinze participantes no grupo.

Na constituição do grupo representante da sociedade civil participaram cinco moradores na sede do município e dois moradores da comunidade de Rio dos Touros. Dentre estes, três possuem relações com a cadeia produtiva do turismo instalada em Urupema; os demais atuam em áreas diversas.

Durante os encontros o principal instrumento utilizado foi o roteiro semiestruturado de perguntas norteadoras que serviu como ‘disparador’ das discussões. Com permissão do grupo os encontros foram filmados e as observações foram anotadas, assim, o resultado do grupo de discussão foi registrado e posteriormente transcrito. Cada grupo se reuniu duas vezes com durações que variaram entre duas a três horas, com intervalo para lanche.

O moderador, primeiramente explicou o objetivo da reunião e como funcionaria a dinâmica. No momento do debate teve papel de mediador, não emitindo opiniões, apenas observando e escutando atentamente, a fim de impedir qualquer influência tendenciosa sobre a discussão. Para Flick, nos Grupos de discussão, o pesquisador:

[...] limita-se ao controle da agenda dos locutores e à determinação do início, do curso e do fim da discussão. A direção do tópico compreende também a introdução de novas perguntas e a direção da discussão rumo a um aprofundamento e uma ampliação de tópicos e componentes específicos. Mais do que isso, a direção das dinâmicas da interação varia da reflexão da discussão à aplicação de questões provocativas; polarizando uma discussão lenta ou acomodando relações de dominância, lidando intencionalmente com os membros que estejam comportando-se de forma mais reservada na discussão (2009 p. 128).

Assim a segunda fase, intitulada “Fase de diagnóstico da pesquisa”, realizou uma série de questionamentos acerca do desenvolvimento do turismo no município. Como está o turismo em Urupema? O que foi feito para seu implemento? Quais as consequências desses atos? O turismo está se desenvolvendo de forma sustentável? A terceira fase, intitulada “Fase de resultados da pesquisa”, buscou descobrir a situação ideal e desejada pelos participantes da investigação em relação ao desenvolvimento do turismo no município.

Os convites e sucessivos encontros foram feitos logo após a aprovação no Conselho de Ética. Para cada participante foi apresentado o Termo de Livre Consentimento e Esclarecimento tratando dos objetivos da pesquisa, conforme orientação do Conselho de Ética em Pesquisa com Seres humanos.

Todos os encontros foram gravados em vídeo como registro das etapas e como forma de rever e analisar as informações. Foi de fundamental importância a observação da pesquisadora em campo, compreendida como as principais “faculdades do entendimento” e da construção do conhecimento em pesquisas qualitativas, em ciências sociais, como reflete Oliveira (2000) em sua percepção e pensamento sobre o caráter constitutivo do olhar, do ouvir e do escrever.

O questionário utilizado na primeira fase do procedimento de pesquisa, os resultados dos grupos de discussão e a observação da pesquisadora proporcionaram uma triangulação de métodos que certificam maior confiança aos resultados alcançados.

A dissertação apresenta características descritivas, não como objetivo primordial da investigação, senão pela necessidade de se trazer o contexto do campo empírico do município de Urupema, uma vez que se torna fundamental articular a temática do turismo com as características do local e dos fatos da realidade investigada.

Para que os grupos de discussão tenham propriedades de método, não apenas de coleta de opiniões, é necessária uma interpretação dos discursos, dos significados por trás dos dados, bem como das interações do coletivo, assim os dados precisam ser metodologicamente reconhecidos e analisados por um modelo teórico. Como método de análise para tal objetivo optou-se em usar a Análise de Conteúdo, que aborda uma perspectiva tanto linguística quanto da psicologia social, como demonstra Severino:

Sua perspectiva de abordagem se situa na interface da Linguística e da Psicologia Social. Mas enquanto a linguística estuda a língua, o sistema de linguagem, a Análise de Conteúdo atua sobre a fala, sobre o sintagma. Ela descreve, analisa e interpreta as mensagens/ enunciados de todas as formas de discurso, procurando ver o que está por detrás das palavras (2016, p. 129).

Ocupando-se basicamente com a análise da mensagem e com a interpretação destas, a análise de conteúdo extrai os significados temáticos do texto, podendo relacionar a frequência, consensos ou desacordos dessas temáticas na comunicação, são características de inferência no nível da mensagem que considera a presença ou ausência de uma dada peculiaridade num determinado fragmento de mensagem.

Assim, segundo as ideias de Bardin (2011); Galiuzzi e Freitas (2007) sobre análise de conteúdo, o que se buscou com a utilização dessa técnica para análise dos dados obtidos foi uma interpretação das opiniões dos grupos, que superem os limites individuais e o discurso dos

sujeitos. E em se tratando de dois grupos também foi possível fazer análises comparativas e identificar consonâncias, contrastes ou complementos de opiniões.

Realizados os encontros com os dois grupos de discussão, foram feitas as transcrições e interpretações dos discursos e das interações do coletivo. Analisou-se o comportamento dos componentes do grupo, durante os encontros; as interpretações sobre resistências, silêncios, contradições e consonâncias observadas pela pesquisadora; o textual, que buscou a significação do discurso produzido nas reuniões e transcrito para esta dissertação; o contextual, onde conectou-se o discurso produzido nos encontros com o contexto social.

Para análise categorizou-se os temas chaves da pesquisa pela análise de conteúdo, este procedimento se iguala ao de análise de texto, envolve identificar, isolar e categorizar enunciados do *corpus*²⁰ do texto para depois descrevê-los e interpretá-los, se encaminhando para um novo texto, capaz de sintetizar os principais elementos do *corpus* e seus significados. Para Galianzi e Freitas quando analisamos um texto temos:

[...] um processo integrado de análise e de síntese, que se propõe a fazer uma leitura rigorosa e aprofundada de conjuntos de materiais textuais, visando descrevê-los e interpretá-los no sentido de atingir uma compreensão mais elaborada dos fenômenos e dos discursos no interior dos quais foram produzidos (2007, p. 89).

Desta forma, a análise de conteúdo torna-se um processo de desconstrução, seguida de reconstrução de materiais discursivos, produzindo-se entendimentos sobre o fenômeno investigado, levando em conta além das falas, seu contexto e subjetividades.

A base das estruturas de compreensão e de explicação dos resultados da pesquisa foram categorias identificadas e construídas pelo pesquisador, como unidades de análise pertinentes ao problema e aos objetivos da investigação.

Mesmo os encontros dos Grupos de discussão, sociedade política e sociedade civil, terem sido feitos separados, nas categorias estão contidas falas dos dois Grupos de discussão juntos e são classificadas como categorias emergentes por utilizarem critérios que emergiram em suas composições. Os critérios emergentes foram derivados de pressupostos teóricos relevantes aos significados dos temas abordados, o que justifica a escolha das categorias.

A partir das categorias, devidas interpretações e teorizações buscou-se organizar a estrutura de um *metatexto*²¹, composto de transcrição e interpretação. Descrevem-se os elementos que emergem dos discursos, através das interlocuções dos participantes – falas,

²⁰ *Corpus* – denominação utilizada por Bardin (2011), para designar o conjunto de materiais submetidos à análise de conteúdo.

²¹ Metatexto: “O produto de uma análise textual qualitativa é um *metatexto* que organiza e apresenta as principais interpretações que podem ser construídas a partir do conjunto de textos submetidos à análise” (Galianzi; Freitas, 2007, p. 88).

citações, fragmentos dos textos analisados, somados as interpretações que estabelecem pontes entre os descritos e as teorias.

No *metatexto*, apresentado no capítulo dos resultados, as falas dos participantes dos dois Grupos de discussão estão identificadas pela sílaba “P” de participante e um número, esses números foram distribuídos de forma aleatória não representando nenhuma sequência que identifique seus membros ou o Grupo de discussão que pertenceu.

Ao final do processo os sujeitos participantes da pesquisa tiveram representados suas ideias e vontades no conjunto de categorias, nas interpretações e no *metatexto* construído. Em seguida descrevem-se as etapas dos grupos de discussão, categorias emergentes e análises percebidas da investigação.

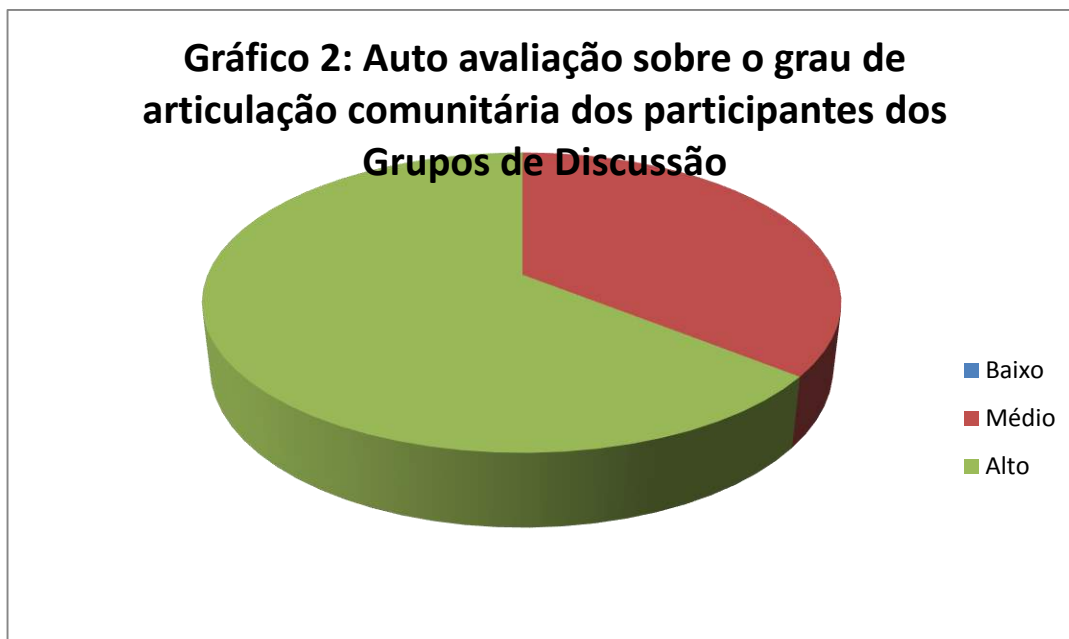
4. RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS DE PESQUISA

Do questionário entregue no início do primeiro encontro com cada Grupo de discussão, com a finalidade de detectar o envolvimento dos participantes com a comunidade e outras informações relevantes para justificativa dos escolhidos na amostra, obtemos as seguintes informações:

A idade dos participantes variava de 27 a 60 anos. Do total de participantes, oito não nasceram em Urupema, mas todos no momento residiam no município. Quinze possuem formação superior, dois tem curso técnico e cinco o ensino primário. O primeiro gráfico mostra a distribuição das residências dos participantes nas localidades do município. O segundo gráfico representa a opinião pessoal sobre o grau de articulação que cada participante tem com a comunidade.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora



Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Após a realização do grupo de discussão, transcritas e analisadas as percepções dos participantes na pesquisa de campo, aglutinam-se as seguintes categorias emergentes:

1. **Patrimônio Comunitário** – Analisa o entendimento e reconhecimento dos participantes sobre o Patrimônio Comunitário do município de Urupema.
2. **Turismo (In) Sustentável** – Busca diagnosticar o conhecimento dos participantes sobre turismo sustentável, bem como, as práticas do turismo em Urupema e verificar suas (In) sustentabilidades.
3. **A Sociedade Política e o Estado Indutor** – Busca refletir sobre a relevância do desenvolvimento do turismo no município de Urupema, o papel do Estado Local e suas relações com a comunidade.

4.1 Patrimônio Comunitário

O capítulo que contextualiza o TBC mostra a importância do patrimônio comunitário para o sucesso dessa modalidade de desenvolvimento em substituição de outros modelos de turismo mesmo os considerados sustentáveis. Desta forma, nos Grupos de Discussão, procurou-se identificar o entendimento e o reconhecimento do patrimônio comunitário do município de Urupema pelos participantes.

O Patrimônio Comunitário (Zaoual, 2016) se refere ao conjunto de recursos naturais, culturais e humanos existentes em um povo. Pode-se fazer uma analogia entre patrimônio

comunitário e os recursos turísticos de uma localidade. No levantamento do diagnóstico turístico, etapa inicial de qualquer planejamento desta atividade, os recursos de dada localidade são inventariados e tratados como a base para a realização de projetos turísticos. No parecer de Dias os recursos turísticos são:

[...] o principal suporte da atividade turística e constituem a base para a elaboração de projetos de desenvolvimento para qualquer localidade, constituem a matéria-prima do turismo. O recurso turístico pode ser simplesmente definido como todo elemento que por si mesmo ou em combinação com outros seja capaz de gerar deslocamentos turísticos. (2011, p. 61)

Durante a discussão foram citados como Recursos Turísticos ou Patrimônio Comunitário do município de Urupema os recursos naturais, culturais e históricos, a atividade econômica da maçã, da pecuária e a tranquilidade da vida de um município com características rurais. Como demonstra na sequencia as falas dos participantes P1, P2, P11:

Urupema é um município da serra catarinense bem diferenciado pela sua tipografia, fauna, flora e clima. Então, hoje o turismo de Urupema vai ser crescente e irreversível. A gente tem comentado sempre: é uma coisa que vai vir agregar valor à agropecuária do município. O pessoal aqui tem um know-how extraordinário de maçã. Sabe produzir maçã melhor que ninguém. A pecuária também está bem difundida. Outro potencial nosso é a questão ecológica até pela conservação que se tem na região serrana, nos ambientes pós a retirada da araucária, que teve uma época que ela foi devastada, mas ela hoje está retornando e está sendo preservada. Nós temos um potencial muito grande turístico não só com a questão do frio, mas com a questão ecológica.

Eu vejo assim, que nosso município tem vários recursos, porém muitas vezes até pelo fato do dia a dia ser muito corrido a gente não observa. Essa questão de ser pequeno e de fazer um atendimento diferenciado, isso se faz tão automático que as vezes a gente não para pensar o quanto isso é importante para o visitante. A gente sente que está aumentando a questão do turismo de temporada do inverno e também do verão, então a questão climática, o pessoal principalmente do litoral que quer sair um pouco daquela correria. Eu acho que isto é também um dos fatores que se poderão ser trabalhados.

O recurso da araucária, a arquitetura da igreja da Bossoroca tinha que ser tombada porque é a única que ainda é original. O patrimônio cultural das taipas, da gastronomia (queijo, mel, salame, charque), as lendas do município e as histórias das tropeadas.

As afirmações dos participantes, de ambos os Grupos de Discussão - sociedade política e civil, demonstram o conhecimento acerca do patrimônio comunitário do município e o consequente potencial turístico, principalmente no que diz respeito aos recursos naturais e culturais, mas os participantes dos grupos de discussão não mencionam os potenciais humanos e comunitários. Na perspectiva do TBC sem o protagonismo da comunidade nos processos de turistificação corre-se o risco de o patrimônio comunitário ser explorado pela atividade do turismo.

Esta reflexão remete para o movimento da desterritorialização de Haesbaert (2006), ou seja, o desenvolvimento do turismo sem a inclusão de sua comunidade, desterritorializa os

sujeitos sem o deslocamento físico dos mesmos. Para o TBC a sustentabilidade está atrelada obrigatoriamente ao envolvimento da comunidade, assim o turismo e todas as alterações que surgem em sua função circunscrevem a comunidade que deve ser a principal beneficiária da nova atividade socioeconômica que se inicia.

Quando os representantes da sociedade política descrevem a inserção da atividade econômica da maçã, pinhão, laticínios, viticultura e enologia como possíveis atrativos turísticos apontam os limites e desafios para esta implantação. Como afirmam P7, P8 e P18:

Aqui na cidade temos o setor primário produtivo de maçã bem estabelecido. Mas não tem o setor agroindustrial para processar a maçã, para fazer um doce, uma chimia, fazer uma cidra. Isto chama atenção. Porque o turista vai querer vir aqui comer a maçã, quer comer a geleia, comer o queijo, comer o frescal. Uma coisa atrelada à outra. Mesma coisa que o enoturismo não consegue vender vinho se você não vender o turismo junto. Então essas coisas estão atreladas. Então você produzir queijo, sem ter o setor de turismo estabelecido vai ter mais dificuldade de vender o queijo.

Urupema produz uma das melhores maçãs do Brasil e o turista chega aqui e não tem uma maçã para comprar. Não encontra o pinhão para comprar. Vai a São Joaquim tem na beira da estrada, vai a Bom Jardim tem o salame. As pessoas tão perdendo oportunidade de ganhar dinheiro e o recurso maior que a gente tem aqui é o Instituto Federal, que já está fazendo, esse trabalho desenvolver a agricultura familiar.

Nós temos um empreendimento de cama & café. Tem um turista que vem e se tornou amigo. Ele vem de três em três meses, ele leva o ovo caipira, leva o leite cru, leva o queijo, vem fazer a feira, leva para os parentes.

Os negócios que fazem parte da economia local, além de ofertarem serviços aos moradores, podem ser organizados como atrativos turísticos, no caso de Urupema, criando novas conexões entre o plantio da maçã, os coletores de pinhão, a agricultura familiar e a comunidade, fortalecendo essas cadeias produtivas. Afinal como observado, por representantes da sociedade política, a população local pode não conhecer, não identificar o potencial turístico existente, como demonstram as percepções de integrantes P2, P7 e P8 do grupo:

Eu vejo assim, que nosso município tem vários recursos, porém muitas vezes até pelo fato do dia a dia ser muito corrido a gente não observa os segmentos.

É uma pessoa de fora (Pousada Rio dos Touro Eco Resort) que veio de Santa Maria, do Rio Grande do Sul, com formação em biologia, que morou em Florianópolis, viu uma oportunidade que as pessoas daqui não enxergam.

Até conhecem, mas muitas pessoas ainda não valorizam, talvez para as pessoas, para os moradores é tão rotineiro, que não dão valor para a paisagem que tem do lado da sua casa. O turista chega e vê isso com outros olhos. E aqui pelo comodismo, não sei, às vezes não dão importância, eles olham a paisagem como mato que tá acima da tua casa e não com a beleza que o turista que vem enxerga.[...] Quando eu falo que a maioria não conhece ou não valoriza esse potencial turístico, eu falo por mim, eu comecei a trabalhar no turismo, eu não lembro que idade eu tinha, mas já devia ter mais de vinte anos, eu comecei como estagiária na secretária de turismo, eu lembro que o turista ligava pra pedir

informações sobre a cachoeira, eu dava informação, mas eu não conhecia, eu nunca tinha visto a cachoeira congelada.

Na transformação do recurso turístico para atrativo turístico, benfeitorias ligadas ao acesso, segurança, preservação e outras mais direcionadas a infraestruturas precisam ser realizadas. O grupo representante da sociedade política demonstrou entendimento sobre a necessidade de trabalhar os recursos turísticos com essas facilidades para que se constituam em atrativos turísticos. Pois:

Um recurso torna-se um atrativo quando é facilmente acessível, apresenta equipamentos e instalações para serem utilizados pelos turistas e contém todas as informações necessárias para que seja aproveitado de forma integral, no pouco tempo disponível para o visitante (DIAS, 2011, p. 62).

O mesmo grupo representante da sociedade política indica saber a diferença entre recursos atuais, que são aqueles já explorados e recursos potenciais, aqueles que poderão ser explorados futuramente pelo turismo. Na fala do P3 os recursos em potenciais “estão escondidos”.

Urupema tem um potencial muito grande para o turismo ecológico, muitas belezas naturais. Mas, muitos desses lugares que podem ser explorados para ajudar a cidade no turismo estão escondidos.

A necessidade de se trabalhar os recursos potenciais para aumentar a permanência dos turistas no município também é evidenciada pelo grupo da sociedade política, como expressa a P3:

Têm tantos pontos bonitos, cachoeiras, pontos maravilhosos, que não são explorados. E daí acaba só se valorizando a Cachoeira que Congela e Morro das Antenas. Daí, muitas vezes, não segura o próprio turista. Isso eu sei, porque os turistas falam no restaurante: - É só o que a gente tem para ver? – A gente sabe que não é. Mas, no momento o que tem para visita são estes. Daí os turistas acabam visitando estes dois lugares e vão embora, rapidinho! Para mim o turista teria que ficar mais. Porque Urupema tem capacidade para isso, tem lugares maravilhosos aí!

Um potencial comunitário, levantado nos grupos de discussão, é a forma de receber o turista, que os moradores do município de Urupema têm, relatada como diferencial de carisma e preocupação com o bem-estar desse viajante. É possível encontrar no *ethos* cultural da população da serra catarinense indicativos de acolhimento, atenção e valorização do outro presente na maneira de ser, particularmente em populações que habitam no espaço rural. Valoriza-se a formação de vínculos pessoais, fundada no princípio da reciprocidade como reflete Gayger (2016). Ainda se valoriza amizades, o compartilhar o fogão a lenha com o visitante – como pode ser percebido na fala do P18:

O pessoal que a gente recebe, pelo atendimento que a gente faz, da forma que a gente faz, agente atende o turista como se fosse um visitante. Então o turista sai, paga a agente... mas cria-se um vínculo. Eu até acho estranho, assim, de amizade tão grande, que o pessoal

dá o endereço da casa deles, quer que a gente vá lá visitar eles por tudo gosto. Até hoje não consegui visitar ninguém (risos). Não tenho na minha “Cama & café” acesso à internet. Mas, não faz falta, os turistas querem entrar em contato com os moradores. Assim, eu acredito que é uma forma bem diferenciada de atendimento que talvez dificilmente outro tipo de turismo ou algum outro tipo de região tenha, que quem mora numa cidade maior não tem. Então essa forma de receber é bastante diferenciada.

No depoimento acima percebe-se um potencial humano importante para o sucesso e diferenciação de um produto turístico de base comunitária, o atendimento e o relacionamento dos moradores com os visitantes, fator fundamental na avaliação do turista sobre a qualidade de sua experiência (Irving, 2009).

Em geral, as relações dos turistas com os residentes são transitórias, superficiais e essencialmente comerciais, o que torna o relato acima: “[...] então o turista sai, paga a gente, mas cria-se um vínculo”. Isto aponta para uma singularidade das relações interpessoais que se estabelece entre a população receptora e o turista em Urupema. Enquanto que em outros destinos turísticos as relações interpessoais:

São relações transitórias, superficiais, que ocorrem em determinado espaço de tempo limitado e, de modo geral, não se repetem com a participação das mesmas pessoas. A percepção da relação é diferente para os dois lados, os turistas consideram o contato no mínimo interessante, pois conhecem pessoas de outras culturas, outros hábitos e costumes, que é o objetivo de sua viagem; os residentes, por sua vez, veem a relação como superficial, que se repete com pessoas diferentes em determinados períodos e que têm a obrigação de acolher de um modo ou de outro (DIAS, 2001, p. 82).

Mesmo com este importante potencial humano reconhecido no grupo de discussão, contraditoriamente foram identificadas diversas percepções direcionadas para o desenvolvimento exógeno do turismo no município. Demonstrado no diálogo entre P8, P18, P14:

Quem está trabalhando o turismo hoje aqui em Urupema é o pessoal de fora, empresário de fora, o pessoal daqui que tem capital, que tem poder aquisitivo não acreditam. Se os moradores não se conscientizarem vai acontecer que os de fora virão porque os maiores investidores que tem é pessoa de fora e a gente não sabe com que consciência as pessoas veem né. Os moradores vão acabar sendo empregados como aconteceu com Urubici a maioria dos investimentos são de fora.

O que acontece hoje, se você for ver, vem o pessoal de fora com uma consciência e uma cultura de muito trabalho, de levantar cedo, de trabalhar até tarde e tal, que a nossa população infelizmente não tem, né. Puxou para trabalhar ahhh! Mas, e final de semana? E tem torneio, tira o corpo fora, né. E é só vocês olharem, não vou citar nomes aqui, mas as pessoas de fora vêm aqui para trabalhar e estão super bem.

Uma grande dificuldade é a questão do poder aquisitivo das pessoas que moram aqui, não tem poder aquisitivo para investir em alguma coisa que não vai ter um retorno rápido. Então, não existe poder aquisitivo para isso, são pessoas de fora que veem para cá e deslancham, a padaria, o mercado.

Observa-se nas percepções acima uma tendência do desenvolvimento turístico de Urupema sustentado no paradigma do turismo exógeno. Isto se ratifica pela vinda crescente de investidores externos nos últimos cinco anos. Daí torna-se relevante pensar estratégias que possibilitem o protagonismo da população local e o Estado em ações e políticas voltadas para o desenvolvimento endógeno, sem negar a participação de agentes externos.

Como resultado desta etapa da investigação fica detectado que os grupos reconhecem parte de seu patrimônio comunitário, carecendo de um olhar mais atento para as potencialidades humanas expressas nos saberes e fazeres cotidianos. Ou seja, não se identifica uma percepção de todas as implicações presentes quando se refere ao conceito de patrimônio comunitário. Além disto, percebe-se a necessidade de esclarecimentos sobre os possíveis impactos negativos do desenvolvimento do turismo sem o envolvimento da comunidade, que pode ter sua visibilidade reduzida frente a exploração do turismo. Como destaca Bartholo:

A mobilização das comunidades possibilita a resistência e o questionamento dos rumos do desenvolvimento turístico nesse território. A luta pela posse da terra, a luta pelo direito ao uso sustentável dos recursos naturais ou mesmo a luta pelo direito à simples existência formam a base de uma coesão que fortalece o sentido de comunidade (2009, p. 51).

Dito de outro modo, o turismo deve servir para ampliar o senso de comunidade e contemplar o desenvolvimento socioeconômico da localidade, fatores privilegiados pelo turismo endógeno alicerçado no TBC.

A comunidade sonha com um futuro melhor para se viver, criar filhos e trabalhar, este sonho pode ser um dos principais vetores ativadores do desenvolvimento comunitário endógeno. Para isso, é importante conhecer a visão de futuro compartilhada pela comunidade, identificar suas potencialidades e recursos, incentivar e apoiar, ter um olhar apreciativo sobre a comunidade envolvida, sugerindo que o modelo de desenvolvimento baseado em necessidades seja trocado pelo baseado no patrimônio comunitário. Este paradigma pode ser identificado no quadro abaixo:

Tabela 6: Mudança de paradigma do desenvolvimento comunitário baseado em deficiências para baseado em potenciais e recursos locais

MUDANÇA DE PARADIGMA	
DE:	PARA:
DEFICIÊNCIA – foco sobre problemas e dificuldades	CAPACIDADES – foco sobre as habilidades e potencialidades
Prevalece a opinião técnica	Prevalece o saber da comunidade
Poder sobre a comunidade	Poder compartilhado com a comunidade
Processo decisório centralizado	Processo decisório compartilhado
Recursos ofertados vêm de fora	Recursos estão na comunidade
Dependência e clientelismo	Corresponsabilidade e cidadania

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Reconhecer e reforçar as potencialidades da comunidade demonstra-se um caminho para o desenvolvimento comunitário. E quando as soluções para os problemas são determinadas pela capacidade comunitária evitam-se uma dependência crônica de investimentos e respostas externas que, com o tempo, prejudicam a capacidade da própria comunidade promover mudanças. Além do fato que pessoas de uma mesma comunidade tendem a tratar com mais comprometimento e responsabilidade seus atos e o destino do lugar onde vivem.

Dando sequência a análise apresenta-se o turismo (In) Sustentável, preponderante nesta necessária inflexão ou tensão entre paradigmas de desenvolvimento endógeno e exógeno.

4.2 Turismo (In) Sustentável

Na concepção da oferta turística²² se faz necessário enfatizar os princípios da sustentabilidade, considerando os aspectos ambientais, sociais e econômicos. O conceito de sustentabilidade pressupõe ações e políticas que buscam respostas para os problemas do desenvolvimento da ecologia, da pobreza, da distribuição das riquezas e da sociedade civil.

No TBC a qualidade de uma oferta turística é avaliada com base na originalidade de suas atrações ambientais, culturais e no bem-estar que elas proporcionam aos visitantes, dessa

²² A oferta turística constitui-se de tudo aquilo que faz parte do consumo turístico. Os principais componentes da oferta turística são: os recursos turísticos, naturais ou culturais; os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura e serviços básicos (DIAS, 2011, p. 59-60).

forma, o cuidado ao transformar um recurso ambiental ou cultural em um atrativo turístico constitui importante responsabilidade dos envolvidos nesse processo.

Em todos os discursos dos participantes dos grupos de discussão percebe-se o desejo de optar pelo desenvolvimento da atividade turística de forma sustentável, no que atinge à preservação do meio ambiente, porém em alguns casos esse desejo se esbarra com a falta de conhecimento sobre - como fazer - e o discurso torna-se contraditório, como é percebível na manifestação do participante P5:

Na Cachoeira que Congela foi feita uma trilha, que não tinha aquela trilha, eu achei que ficou muito bacana, ficou legal, gera um algo a mais para o turista, porque antes as pessoas chegavam e pronto, agora elas têm a opção de ir na outra cachoeira. E quanto ao mirante, que ficou uma estrutura maravilhosa lá em cima (Morro do Campo Novo), que é bem vista por todos, precisa alguns reparos a gente sabe, mas já é algo a mais que foi feito também.

Em nossa perspectiva de análise, as infraestruturas citadas não foram construídas dentro da consciência de preservação ambiental, por exemplo, a trilha de acesso a Cachoeira que Congela não evita a erosão do solo, não preserva a vegetação marginal e a estrutura não envolve o entorno da cachoeira. Quanto ao mirante do Morro do Campo Novo, trata-se da construção de uma estrutura completamente fora dos padrões de baixo impacto ambiental, pois não conserva o ambiente natural, sua biodiversidade e desrespeita a legislação vigente, Lei nº 12.651/2012, que dispõe sobre a delimitação das áreas de preservação permanente topo de morros, montes, montanhas e serras (BRASIL, 2012).

Portanto, pelas estruturas turísticas que foram implantadas em áreas naturais de preservação em Urupema, fica notório que os responsáveis representados no grupo da sociedade política apresentam um discurso contraditório entre princípios de preservação ambiental e a prática nas escolhas e implantação de infraestruturas.

Quando questionados sobre os impactos negativos da atividade turística, o grupo representante da sociedade civil aborda as questões do aumento de “lixo”, da poluição, da destruição ambiental e da segurança pública, como demonstrado no diálogo dos participantes P12 e P13:

Vem muita gente de fora e vem de tudo, vem gente boa e vem gente ruim. O pessoal do interior, eles têm muito medo. Eu escuto isso, tem muita gente que tem receio.

O que eles não tão errados, porque assim esse turismo desorganizado, ele é muito vulnerável para isso. Então se você não tem a coisa formatada, organizada no município. Como controlar? É um risco, a gente passa a ficar exposto. As casas abrigam os turistas e é um risco, e as pessoas, nisso aqui, elas são de muita boa fé, é impressionante a pureza de acolher, de querer aconchegar de não deixar passar frio na praça. Mas vem tudo né, pense bem quantos oportunistas veem junto nessas horas, ainda está muito puro isso.

As percepções acima demonstram que a comunidade receptora não se encontra envolvida na cadeia da atividade turística desde seu planejamento e execução da prestação do serviço. As pessoas estão disponíveis para acolher, “aconchegar” e abrigar os turistas, mas como não são protagonistas do processo de turistificação se sentem inseguras e com medo. Este fenômeno de correr risco, insegurança e medo é próprio do turismo de massa. Como apontou o participante P13: *“Como controlar?”*.

O efeito negativo do aumento dos preços, incluindo o da terra, foi levantado como consequência do turismo no município, como destaca a participante P8, do grupo da sociedade política:

Um outro problema, quando começaram a se falar mais em turismo na cidade, começou a aumentar o valor dos terrenos e ficar inviável para os Urupemenses poderem adquirir um lotezinho para construir suas casas.

O turismo gera uma elevação dos preços tanto nos bens de consumo correntes, como no mercado imobiliário. Entre os motivos para o aumento dos preços está a valorização no valor da terra pelos investidores externos.

No grupo representante da sociedade política as questões ambientais foram mais acentuadas, quando questionados sobre os impactos negativos do turismo, comprova-se a importância ecossistêmica do Morro do Campo Novo e a ciência desta importância por parte deste grupo, conforme percepção dos participantes respectivamente P6 e P1:

Com certeza, primeiro tem a questão dos recursos hídricos. A questão de manter o tratamento de esgoto na cidade aumenta o número de pessoas, mais esgoto. E isso, pode até prejudicar o próprio turismo, porque aumenta a poluição nos rios daqui que é um dos recursos. Eu acho que a questão do Morro do Campo Novo, lá que é a nascente de nossos rios, se tiver todo mundo pisando naquela trufeira, que ali que acumula a água que nasce, pode ter um problema. Não é a única nascente, mas é uma das principais nascentes. A questão do gado, eu acho importante também, o gado come a trufeira toda, então isso me preocupa bastante. A questão dos recursos hídricos, eu acho que tem que tomar bastante cuidado.

Ali (Morro do Campo Novo) é uma área mais preservada que nós temos hoje, é ali é as nascentes de água para Lages para os demais municípios da região serrana, são todos aqui em cima desse morro, a gente tem um potencial de água a ser preservado sustentável por toda a vida.

A participante P8 comenta a explanação de um geólogo sobre o que pode ocorrer com a Cachoeira que Congela, caso continuem não respeitando as turfeiras do Morro do Campo Novo:

Como dizia o seu Geraldo (geólogo que visita o município com frequência), que ele é geólogo, esse fenômeno da cachoeira congelar muito em breve não vai mais acontecer se não tomar alguns cuidados, isso vai acabar.

O participante P7 segue o diálogo do grupo de discussão abordando outro aspecto de relevância científica sobre as turfeiras encontradas no Morro do Campo Novo:

Aqui no Brasil são poucos ou pouquíssimos os lugares que tem condições de acumular matéria orgânica para que tenha uma classificação que possa se chamar de turfa. O que tem é matéria orgânica acumulada na superfície, mas o que tem ali (Morro do Campo Novo), que chega a profundidade de cinquenta, setenta centímetros, não cheguei a perfurar para. Mas, seria importante para estudar fazer um perfil uma descrição daquela turfeira, porque aquilo ali é muito raro de acontecer. Tu vai ter em outros lugares, aqui talvez na serra, em algum outro ponto mais isolado, vai ter uma turfeira. A grande importância é um filtro biológico e aqui é um divisor de água. Então se não tiver um turismo sustentável vai ser um baita problema para a cidade. Então esse turismo de massa que está ocorrendo aqui é um grande problema.

Nessa fala, o participante P7, problematiza o turismo de massa, sendo caracterizado como prejudicial ao município. Em outros momentos do debate, o turismo de massa é novamente enfatizado como o modelo de turístico ecologicamente predatório, socialmente injusto e novamente apontado como o modelo que vem se configurando em Urupema, segundo P7 e P4:

O que está acontecendo aqui é o turismo em massa, não nos mesmos níveis de Florianópolis no verão, lá (Florianópolis) as pessoas só extraem os recursos que tem lá e vão embora não deixam nada. Vai o cara lá, faz um rancho na cidade dele, leva tudo para praia, não gasta um pila na cidade, pagam o aluguel e voltam. É o que está acontecendo aqui. Vai nevar, vai ficar frio, as pessoas veem para cá, gastam muito pouco e vão embora.

Agora aquele dia (inverno 2016) que veio uma avalanche de turistas. Deixaram tudo destruído e foram embora. Até que ponto isso é interessante?

O turismo de massa se caracteriza pelo: “deslocamento de grande número de pessoas, para os mesmos lugares, nas mesmas épocas do ano – e o consequente superdimensionamento dos equipamentos receptivos para atendê-los” (RUSCHMANN, 1997, p. 23).

São ponderadas duas características da demanda que justificam o excessivo de turistas numa localidade, na mesma época do ano, a elasticidade e a concentração espacial da demanda. A elasticidade da demanda diz respeito à sensibilidade da mesma, diante de alterações que ocorrem na localidade receptora; analisando o município de Urupema, seria a resposta da demanda ao sucessivo aparecimento da notícia de baixas temperaturas na mídia. A concentração espacial é uma tendência da demanda de procurar os mesmos destinos turísticos, isto ocorre em partes devido à promoção das localidades turísticas na mídia ou pelo próprio “boca a boca” dos turistas.

Em todas essas situações, o frio da região constitui a motivação atual das viagens turísticas para o município de Urupema e do fluxo em massa de turistas que visita o município apenas nos meses do inverno. O Morro do Campo Novo, sendo o local mais procurado e se

tratando de um local extremamente sensível, deve necessariamente ser avaliado e seus efeitos negativos ponderados e evitados.

Uma das formas de se evitar a degradação ambiental é limitar o acesso de visitantes. A exemplo do vizinho Morro da Igreja, situado no Parque Nacional de São Joaquim/SC que, devido ao excessivo número de veículos e consequentes problemas que estes causavam no morro, desde 18 de novembro de 2013 o acesso ao local foi limitado a 200 carros por dia, sendo permitida a subida ao morro de 30 veículos por vez. Assim, as visitas ao Morro da Igreja que eram, em 2012, de 110.819 mil turistas passaram para 94.412 mil turistas em 2015 (ICMBIO). Esta medida de conservação a princípio gerou revolta nos empresários do turismo da cidade de Urubici/SC que inicialmente associaram o fato de limitar visitantes a afugentar os turistas da cidade. Porém, ocorreu exatamente o contrário, o número de visitantes ao Morro da Igreja reduziu sim, mas em consequência desta medida ocorreu um aumento da permanência dos turistas na cidade, ou seja, quando o turista não conseguia visitar o Morro da Igreja no dia programado, visitavam outros atrativos de Urubici e permaneciam por mais tempo na cidade, diversificando a procura por outros atrativos e aumentando a receita do município.

A experiência de limitar o número de turistas a um determinado local, como ocorreu com o município vizinho de Urubici indica que essa medida pode gerar inúmeros benefícios tais como: segurança para o turista e comunidade, preservação ambiental, expansão do turismo para outros atrativos, aumento da permanência do turista e maior geração de renda. Os benefícios gerados por essa política de preservação sugerem a troca de experiências entre os municípios turísticos da Serra Catarinense.

Sobre estudos de capacidade de carga ambiental, o representante P4 da sociedade política, aponta a seguinte preocupação:

Claro, que a nossa infraestrutura precisa melhorar um pouco e se adequar a demanda, mas não podemos também querer que daqui a pouco chegue duas mil, cinco mil pessoas aqui e tenha lugar para todo mundo. Não! Tem que ser devagarzinho. Enquanto ao turismo de massa, eu tenho o pé atrás, eu acho que a capacidade de suporte, a capacidade de receber, ela tem que ser coerente com o que nós temos. O turismo de qualidade, esse sim é um turismo que tem que ser trabalhado e melhor. O turista que vem se hospedar, que gasta, que leva boa imagem.

É notória a percepção deste integrante com o cuidado ambiental dos recursos e atrativos, porém em Urupema além da necessidade de se implantar uma capacidade de carga no Morro do Campo Novo, outro fator que precisa ser pensado e redirecionado é a motivação do turista em visitar o município apenas pelo frio o que vem causando alta sazonalidade. No grupo representante da sociedade civil esta questão foi debatida pelas participantes P11, P14, P13 e P17 como se pode ver no diálogo:

O planejamento que falta em Urupema, em termos de gestão pública, os gestores eles têm que mudar o perfil. O turismo em Urupema, só vai deslanchar, quando os gestores pararem de acreditar que nós podemos ter turistas só no inverno. Enquanto que no verão nos temos muitas belezas naturais, aí nós vamos nos firmar como um destino turístico. Nosso clima no verão, o cara pode puxar um cobertorzinho, fazer uma fogueirinha, tomar um vinho, curtir o silêncio.

É melhor no verão que no inverso.

Só que nas reuniões com o poder público, diziam assim: 'não primeiro agente precisa trabalhar o inverno, para depois pensar o verão'. E não é assim, não tem empreendimento que pode se sustentar assim.

Para os comerciantes é muito difícil manter o comercio para ficar um mês com movimento, porque no resto dos meses o pessoal (Urupemenses) não sai de casa para comer fora, não tem o habito de comer fora. Manter um restaurante não é fácil, tanto que várias pessoas já tentaram.

A sazonalidade em Urupema demonstra como os outros recursos turísticos não estão sendo aproveitados. Esses recursos fazem parte do Patrimônio Comunitário e foram detalhados no capítulo que contextualiza o município de Urupema. Mas, destacam-se com mais relevância para o turismo: as belezas naturais dos campos, matas, rios, cachoeiras e despraiados, observação de aves, gastronomia, vivência e tranquilidade rural e a cultura Tropeira. São todos recursos que podem ser trabalhados como atrativos turísticos em diversas épocas do ano garantindo a redução da sazonalidade atual.

Uma percepção no grupo da sociedade política chamou a atenção por apresentar características de exclusão da população ou de um turismo que podemos denomina-lo de classe. O grupo relacionou o turismo sustentável como um modelo endereçado para o turismo de elite, neste sentido mostra-se uma visão que se contrapõe ao paradigma do TBC, apresentado no capítulo dois, e as condições socioeconômica dos habitantes do município. Esta perspectiva é afirmada nas percepções de P9, P1, P10 e P7 como segue abaixo:

Tem que divulgar para o turista da elite. Não diretamente, claro né! Mas que dê para entender que o que a gente quer com a nossa consciência ambiental, o que a gente quer é chamar aquele turista que tem esse perfil.

Uma seleção natural.

Da questão econômica, esse é o turista que mais gasta, esse que tem essa consciência ambiental.

Cobrar por serviço. Fazer serviço bem feito e cobrar por isso. Daí você já vai selecionando o tipo de turista que vai vir gastar dinheiro. Então, às vezes, não é esse turista que vem. Mas, focar num turista que vai ter dinheirinho a mais para investir. Ou tu acha, que lá em Urubici, qualquer pessoa de qualquer lugar... ahhh... vou lá pra Urubici passar um dia? Pô! Tu vai num restaurante lá. Tu gasta duzentos pila fácil! Vai tomar um vinho lá. Gasta cem pila! Vai comer uma truta defumada, muito boa, vai gastar cem pila!

Os participantes conectam contraditoriamente o conceito de turismo sustentável com o turista de elite. O que implica dizer erroneamente que só tem consciência ambiental o turista que faz parte de uma elite econômica.

Importante refletir que o município de Urupema apresenta os índices de desenvolvimento mais baixos do Estado, uma vez tendo sua infraestrutura e equipamentos turísticos direcionados a uma demanda elitizada de turistas é provável que estas mesmas instalações só sejam frequentadas pela comunidade local como empregados. E sendo assim, mesmo gerando empregos para a localidade traz a segregação dos espaços antes pertencentes a comunidade o que nos remete novamente a desterritorialização sem o deslocamento físico. É oportuno enfatizar que enquanto o turismo de elite promove empregos ou exclui, o TBC para além do emprego promove o trabalho e geração de renda para um número irrestrito da população, mantendo a população em seu território. Neste sentido é notável em uma e outra proposição a (in) sustentabilidade promovida por ambos o de massa e do de elite.

No grupo representante da sociedade civil percebe-se algumas questões sociais e metodológicas relevantes para o desenvolvimento sustentável, como os comentários do participante P13 em dois momentos distintos do encontro:

Vai depender muito da gente enquanto grupo, eu acho, que o grupo privado bem organizado bate na porta do poder público e cobra.

Foi positivo, mais positivo que negativo, a questão financeira, o pessoal começou a acordar para o turismo, a partir de 2016, e a se organizar de forma melhor (análise do inverno de 2016).

Quando a representante P13 se refere a organização grupal contrapondo-se à organização privada na organização do turismo, está intuitivamente apontando para a estratégia organizativa do TBC. Este paradigma turístico já analisado pressupõe a mobilização e organização coletiva no protagonismo de suas ações e políticas. Estes participantes estão sensíveis para transitar de um modelo turístico exógeno e de massa para uma modelo de base comunitária.

Na segunda percepção aparece o destaque econômico como motivação para a participação da comunidade na cadeia produtiva do turismo. Quando questionados os grupos sobre se a comunidade de Urupema quer o desenvolvimento do turismo, o grupo da sociedade política consensuou que os moradores da sede do município desejam o turismo e estão motivados em participar de sua cadeia produtiva como indicado na fala acima. De outro lado,

este grupo afirmou que os moradores do meio rural não querem. Como indica o diálogo dos participantes P1, P5 e P 2:

Eles têm medo, que o público, não o privado invista, comece a tirar o sustento deles a agricultura, esse é o medo do Urupemense, investir só em turismo e deixar a parte da agricultura que é o que sustenta hoje das famílias.

Eles têm o pé atrás, assim que se invista muito no turismo. Ahhh porque o turista não vai pagar minha conta. E daí tem uma pouca gama de pessoas quem está acreditando no turismo. É falta de informação, eles têm medo de ficar de lado e perder a sua vez pró turismo. Então não é que eles não acreditam, eles ficam com o pé atrás e muitos ainda acham que o turismo é só lá no litoral que tem bastante demanda.

Aqui o centro maior, aqui aonde eles veem mais os turistas, eles até concordam. Mas no interior, eu concordo com o P1, no interior eles estão preocupados com a estrada, com o escoamento da safra. Agente sabe que não tem como voltar atrás, não tem, o turismo só vai né. O que precisa é o esclarecimento melhor.

Eu vejo que tanto a colocação da P5 como do P1 está focada numa destinação dos investimentos públicos. E aí quando tu (P7) fala que é da iniciativa privada. O município, estado está locando tudo no turismo. Eu não concordo, porque gastarem tudo ali e não aqui, mas isso é uma questão de prioridade e de administração do investimento. Mas uma visão empreendedora eu acho que falta muito para nós ainda, essa visão de correr o risco, de tu perder o teu domingo de ir num torneio ou de dormir até mais tarde um pouquinho.

No grupo representante da sociedade civil quando questionados sobre se os moradores de Urupema querem o turismo, o grupo respondeu que sim. E quando enfatizado a questão levantada pelo grupo da sociedade política sobre os moradores do meio rural não querem, os representantes da sociedade civil não concordaram, respondendo que no máximo são indiferentes. Como demonstra o diálogo entre os participantes P16, P 15 e P14:

Querem, todos que conheço querem.

Com certeza. Das comunidades rurais também querem. Agora os pecuaristas e produtores de maçã, para eles é indiferente, não se envolvem.

A maioria é indiferente, a pessoa só se manifesta se tiver uma ligação direta com o turismo, se não for afetar a pessoa é indiferente.

Assim, a coleta de dados e análise da categoria o Turismo (In) Sustentável realizada acima, sugere que uma boa parcela dos moradores de Urupema deseja o turismo e querem fazer parte do mesmo, conhecem os impactos negativos do turismo, tem consciência da necessidade de união e cooperação para um desenvolvimento endógeno da atividade onde a população seja a principal beneficiária. Porém, o grupo representante da sociedade política diz que a população do meio rural rejeita o turismo por temer desvio das políticas agrícolas. Mas, o grupo representante da sociedade civil afirma positivamente o interesse da população rural pelo turismo.

A análise também demonstrou que os participantes da sociedade política estão mais preocupados com sustentabilidade ambiental, mesmo os bens naturais não sendo preservados pelas políticas atuais no que diz respeito à legislação e outros cuidados necessários que gerem sustentabilidade. Enquanto que esta mesma análise novamente não apontou para a sustentabilidade das questões sociais, culturais e econômicas voltadas para os interesses e necessidades da população.

4.3 A Sociedade Política e o Estado Indutor

A terceira categoria analisa a responsabilidade da sociedade política local (poder público) sobre a atividade turística bem como a responsabilidade do Estado no desenvolvimento socioeconômico endógeno ou exógeno do município de Urupema.

É recente o envolvimento da sociedade política local com o turismo. O interesse público municipal por esta cadeia produtiva deu-se pelos benefícios econômicos vislumbrados quando ocorre visitações turísticas na estação do inverno: criação de empregos, receitas tributárias, reurbanização, imagem favorável e a promoção de uma identidade nacional ou internacional. Esta relação com a atividade turística ocorre, outrossim, pelos impactos negativos do turismo, uma vez que, o poder público local deveria se constituir no guardião dos ambientes naturais, da cultura e da história e garantidor da melhoria da qualidade de vida dos residentes.

Durante o diálogo com o grupo da sociedade política, identifica-se em uma das falas de P4, a preocupação com o cuidado do município e os benefícios deste cuidado para os residentes.

Não podemos também preparar a cidade só para o turista temos que preparar a cidade para os habitantes. A consequência disso uma cidade bem arrumada, acolhedora com o diferencial que nós temos ela está automaticamente se preparando para o turismo.

Em outras palavras o P4 remete a reflexão para a necessidade de um planejamento urbano voltado para toda a coletividade, nesta perspectiva o estímulo para o turista seria consequentemente um município bem arrumado e acolhedor.

No desenvolvimento do turismo órgãos públicos nacionais, regionais e locais desempenham um papel significativo no fornecimento de infraestrutura de acesso, serviços de informações, sinalização, promoção e marketing, algumas atrações e instalações, além de fomentarem uma política de turismo favorável ao ingresso da comunidade no setor. Então compete aos órgãos públicos também tomar frente no planejamento, coordenação e regulamentação da atividade, sempre preservando tanto os turistas quanto a comunidade receptora. Neste contexto, não foram percebidos nas falas dos integrantes dos grupos de

discussão relatos de atividades direcionadas para o planejamento e gestão da atividade turística pelo poder público local. O discurso abaixo do participante P7 revela essa ausência de iniciativas de políticas públicas turísticas locais.

Ocorreram basicamente aparelhamento, então foram construídos aparelhos, para que de forma pública pudessem ser utilizados. Mas faltou planejamento estratégico. Como vai ser o turismo no município de Urupema? E isso tem que ser construído. Se construiu aparelhos, ahhh as calçadas do município foram arrumadas, ficou legal, ficou bonitinho, antes era tudo de terra, agora ficou bonitinho. A questão do mirante, eu tenho minha opinião particular, então não vou discutir aqui, mas está construído lá é um aparelho que foi construído e pode ser utilizado. O que eu vejo é que falta planejamento. E aí falta para organização do setor privado, que eu acho a coisa mais importante. O setor público tem limitações, o prefeito tem limitações, está regido por leis, então ele não consegue fazer tudo. Precisa organizar primeiro o setor privado do município para demandar as coisas. Então, hoje tem planejamento? Ações de planejamento e gestão turística? Muito pouco, muito pouco, teve aparelhamento, foram construídas coisas.

Observa-se no depoimento do P7 que o poder público local tem assumido algumas ações estimuladoras da atividade turística, mas não tem planejamento, não fomenta os sujeitos interessados em desenvolver o turismo. Em outras palavras, um Estado local pífio em relação às políticas públicas do turismo. O participante reivindica uma postura do poder municipal mais proativa, chamando para si a responsabilidade desta política que aqui denomina-se Estado Indutor, ou seja, um Estado entendido como principal agente propulsor do desenvolvimento socioeconômico.

É oportuno considerar que o processo de criação e organização do Estado em sua origem é parte constitutiva do modo de produção econômica e relações de produção capitalistas. As contradições de classe sociais coexistem no interior do Estado desde seu nascimento na gênese da idade moderna. Neste sentido, o Estado deve ser entendido como uma relação que segundo Poulantzas (1980, p. 147) “mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classe e relações de classes, tal como ele expressa, de maneira sempre específica no seio do Estado”.

Entender o Estado como relação é importante para se identificar, na sua configuração, ações e políticas, as funções diferenciadas que ele desempenha, podendo estar voltado exclusivamente para os interesses das classes dominantes ou eleger prioritariamente as necessidades e interesses das classes subalternas. Levando em consideração o campo empírico desta pesquisa o Estado visto como “relação” e condensação de forças contraditórias em seu interior, permite vislumbrar quando as ações do Estado local estão voltadas para o campo do agronegócio (agropecuária) e investidores externos ou quando estão voltadas para a agricultura familiar e moradores. No comportamento dos agentes políticos que ocupam o interior do Estado

também é perceptível em períodos eleitorais uma aparente neutralidade ou conformismo com os interesses das forças econômicas e políticas dominantes.

Para se contrapor às ações e políticas de Estado voltadas exclusivamente para as classes dominantes, a concepção de Estado Indutor implica em atuar em duas frentes, no interior do Estado e fora dele tendo em perspectiva o desenvolvimento de políticas públicas particularmente da política pública do turismo voltadas para as necessidades e interesses reais da população.

Outra situação que demonstra o nível de envolvimento do poder público local na atividade do turismo reside na crítica, da representante P8, do grupo de discussão da sociedade política, quando acentua a falta de sinalização turística no interior do município:

A Sonia, vocês conhecem né? A casa dela, o espaço dela é fantástico! Tem sete cachoeiras no terreno. Eu não sei como o turista chega lá, eu tenho essa curiosidade, porque não tem sinalização.

Segue outras falas dos representantes P13 e P14 da sociedade civil acerca de suas opiniões sobre o envolvimento do Estado local no planejamento e ações e políticas turísticas:

Um monte de coisa já tem acontecido, o calendário anual, inclui alguns eventos já fixos que são bastante interessantes. Eu acho que já existe alguma coisa, claro que pode acrescentar muito mais. Mas nesta gestão, eu não senti ainda, o caminhar para o turismo.

A passos lentos.

Percebe-se no grupo de discussão representante da sociedade política, a crítica perseverante em várias falas, sobre a ausência de organização do setor privado no município, como demonstram os participantes P7, P8 e P10:

Não tem uma organização do setor privado. Não tem uma profissionalização. Uma organização mesmo, do setor privado. Eu acho que existe sim – claro - um incentivo público. Mas o incentivo público tem um certo limite. Agente como setor público - é obvio que a gente não consegue fazer tudo. Consegue montar o meio para se trabalhar. Mas tem que ter um setor privado forte para demandar do setor público. E é esse o problema que a gente tem aqui. Agente não estruturou um setor privado forte, com pessoas empreendedoras para montar suas pousadas. Tem pessoas empreendedoras - não digo - não tem pessoas empreendedoras! Mas, que elas ainda não se reconhecem como empreendedoras, não se reconhecem como trabalhadoras do turismo. Então é uma coisa que antes tem que trabalhar com um grupo de pessoas, para trabalhar com o turismo, para se organizar. Exemplo precisa ter associações, precisa ter cooperativas, precisa ter empresas formadas, precisa ter um trabalho em conjunto. Todo mundo pequenininho, não adianta um ficar brigado com outro, competindo com o outro, não! Vamos trabalhar junto! Essas coisas têm que começar a ser discutidas, mas não no âmbito público, mas no âmbito privado e aí sim - a partir do momento que tiver isso - saber o que demandar do setor público. Porque não pode haver uma inversão de valores - precisa ter uma demanda privada. O poder público tem que organizar o meio, as formas para que o poder privado possa se desenvolver.

Se o privado não estiver fortalecido não tem como o poder público fazer as coisas, né. Porque o poder público muda.

Tem que partir do privado é a coisa mais correta.

O importante é que estes dois setores, o público e o privado, se organizem e trabalhem juntos, estimulando o desenvolvimento, atuando como facilitador e motivador de iniciativas locais. Porém o grau de envolvimento tanto do público quanto do privado dependerá da importância atribuída à atividade econômica do turismo. Mas, o baixo envolvimento da iniciativa privada, não retira a responsabilidade do setor público pelo planejamento do turismo, uma vez que a finalidade do planejamento turístico consiste em ordenar as ações do ser humano sobre o território e em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada, evitando os efeitos negativos do crescimento predatório e garantindo a melhoria da qualidade de vida da população receptora.

Importante ressaltar que, em se tratando de localidades com elevado índice de famílias em situação socioeconômica de baixa renda, o setor público tem a atribuição de coordenar e regulamentar as atividades econômicas, visando à inclusão dessas famílias, realizando um papel indutor e estimulador do desenvolvimento socioeconômico.

Como já mencionado no capítulo que contextualizou o município de Urupema, o IDH na região serrana é inferior à média do estado (0,7490 no território, contra 0.822 no Estado), sendo a serra o local com maior concentração de pobreza em Santa Catarina, principalmente no meio rural.

Em síntese, diante da análise das percepções dos participantes acerca do engajamento da sociedade civil e a responsabilidade do Estado local, sugere-se a necessidade da “organização e articulação entre os diversos segmentos dos setores público, privado e da sociedade com vistas ao agenciamento de recursos e à utilização de ferramentas ágeis que viabilizem o desenvolvimento” (VARANDA; BOCAYUVA, 2009, p. 124).

Assim, torna-se relevante pensar estratégias que conduzam um processo de desenvolvimento sustentável e a educação tem papel preponderante para esta realização. Por este motivo na sequência reflete-se sobre o papel da educação e sua relevância, tendo em vista, o desenvolvimento turístico sustentável em Urupema.

5. Educação e Turismo de Base Comunitária

A educação neste contexto é compreendida em seu sentido amplo que inclui as modalidades da educação formal e não formal. Gohn caracteriza: “a educação formal como aquela desenvolvida nas escolas com conteúdo previamente demarcados; a educação não formal é aquela que se aprende no ‘mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianos” (2010, p.16).

Assim, os processos formativos não se restringem aos espaços escolares, indo além dos muros das escolas, acontece nos ambientes de convívio, como os espaços do trabalho, casa, bairro, lazer, associativismo, entre muitos outros possíveis.

Quando Gohn, reflete sobre quem educa nestas duas modalidades de educação diz que: “na educação formal sabemos que os educadores são fundamentalmente os professores, embora as ações de todos (as) os (as) profissionais que atuam na escola tem caráter educativo por seu sentido e significado. Na educação não formal, há figura do educador social, mas o grande educador é o ‘outro’, aquele com quem nós interagimos ou integramos” (2010, p17). Ao se referir onde se educa a autora afirma que:

[...] na educação formal esses espaços são os do território das escolas, são instituições regulamentadas por leis, certificadoras, organizadas segundo diretrizes institucionais. Na educação não formal os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, for adas escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais (a questão da intencionalidade é um elemento importante de diferenciação) (2010, p. 17).

Ao pensar aspectos metodológicos, ou seja, como se educa nestas duas modalidades, para a autora: “a educação formal pressupões ambientes normatizados, com regras, legislações e padrões comportamentais definidos previamente. Perfil do corpo docente e metodologias de trabalho são previamente normatizadas” (GOHN, 2010, p. 17-18). Enquanto que a educação não formal:

[...] ocorre em ambientes e situações interativas construídos coletivamente, segundo diretrizes de dados grupos, usualmente a participação dos indivíduos é optativa, mas ela também pode ocorrer por forças de certas circunstâncias da vivencia histórica de cada um, em seu processo de experiência e socialização, pertencimentos adquiridos pelo ato da escolha em dados processos ou ações coletivas. Há na educação não formal uma *intencionalidade* na ação, no ato de participar, de apreender e de transmitir ou trocar saberes (GOHN, 2010, p 18).

A distinção acima de duas modalidades de educação (formal e não formal), quem é o educador, onde se educa, como se educa, é relevante para se pensar o papel da educação, os espaços educativos, quem são os responsáveis pelos processos socioeducativos e quais metodologias mais adequadas para problematizar o paradigma atual e fomentar o TBC no município de Urupema.

É com a educação (formal e não formal) que se busca o aprendizado desde a infância até a velhice, o desenvolvimento contínuo tanto do indivíduo como da sociedade enquanto prioridade que conduz ao aperfeiçoamento humano mais harmonioso, de modo a fazer recuar a pobreza e a exclusão social, sendo um processo permanente de construção da própria pessoa e de suas relações.

Fato que demonstra as mudanças comportamentais via educação não formal, com os moradores de Urupema, é relatado pelo participante P10, quando destaca o aprendizado da comunidade sobre a importância ambiental e econômica do papagaio-charão:

Quantas críticas se ouviu a respeito do papagaio-charão e a questão das eólicas. Como algo que não permitisse alavancar o poder econômico dos moradores que iriam se beneficiar com as eólicas aqui do município. Mas, hoje depois de muita conversa entre os moradores, a população entende que o papagaio-charão é positivo para a cidade. Então eu penso assim, se a pessoa não tiver propriedade daquilo não vai entender.

Através do convívio com os estudiosos da Reserva Papagaios de Altitude e da inclusão do tema nas interações entre moradores, mediado pela educação não formal os habitantes de Urupema aprenderam a preservar, admirar, sentir orgulho e de se beneficiar com o turismo de observação do papagaio-charão. Desta forma, com a educação não-formal pessoas, grupos e organizações sociais podem incorporar ações e práticas educativas de como se organizar, participar, mobilizar-se podendo ser fonte de inovação e mudança social com clara intenção de desenvolver o turismo endógeno. As redes sociais são fatores imprescindíveis para a sustentabilidade local, adotando-se práticas endógenas que restaurem a construção da identidade coletiva, o sentimento de pertencimento, que envolvam as comunidades, troquem conhecimentos e experiências, e que possam ocorrer em encontros cotidianos e em oficinas de qualificação para a atividade turística.

Num município essencialmente de economia agropecuária como Urupema é importante saber que a inserção da atividade não-agrícola na atividade agropecuária não é automática e exige grande esforço de aprendizado pelas pessoas. Outros atores coletivos entram em cena quando se pensa processos de educação não formal, tais como movimentos sociais, sindicatos, conselhos municipais, ONGs, assembleias, fóruns, igrejas, clubes de serviço e instituições de ensino. Dito de outra maneira, trata-se de mudar percepções, comportamentos, valores, modos ver. Em resumo, é uma questão de mudança cultural e de educação da cultura.

Neste contexto, torna-se relevante pensar nas contribuições de Antônio Gramsci (1891-1937), particularmente, no que tange ao papel da cultura. Simionatto (1995, p. 27), ao estudar as contribuições deste pensador italiano afirma que “a cultura se apresenta como condição

necessária ao processo revolucionário, à instalação de uma nova ordem capaz de vivificar a liberdade e a democracia”. Citando Gramsci, adverte que:

Toda revolução foi precedida por um intenso trabalho de crítica, de penetração cultural, de permeação de ideias através de agregados de homens antes refratários e unicamente preocupados em resolver dia a dia, hora a hora, o próprio problema econômico e político para si mesmos sem ligações de solidariedade com os outros que se encontravam em mesmas condições (ANTÔNIO GRAMSCI, 1958, p. 24).

A solidariedade está presente na vida social Urupemense, mas faz-se necessário trabalhar pedagogicamente a cultura compreendida como amálgama, no dizer de Simionatto (1995, p. 28), ou seja, “o elo de ligação entre os que se encontram nas mesmas condições”. Reitera ainda que, “a cultura é, pois, um instrumento de emancipação política da classe operária, uma vez que, a partir dela, criam-se possibilidades de tomada de consciência em relação a problemas e situações comuns vividas pelos diferentes sujeitos sociais (Idem, p. 27). Observando a vida social, as relações que se estabelecem entre moradores, ações ou iniciativas de ordem social, política e econômica em Urupema é perceptível o que Gramsci considerou e citou-se acima, ou seja, estes “homens (...) refratários e unicamente preocupados em resolver dia a dia, hora a hora, o próprio problema econômico e político para si mesmos sem ligações de solidariedade” com outros que vivencia problemas e desafios semelhantes em seu cotidiano.

Esta pesquisa permitiu compreender que o turismo tem poder de unificar necessidades e interesses da população de Urupema. E que o trabalho *da* e *com* a cultura poderá se constituir em mais uma estratégia para a tomada de consciência dos problemas e soluções no processo de implementação do TBC. Não adentramos nas demais contribuições relevantes de Gramsci, tais como “senso comum”, “intelectual orgânico”, “Estado ampliado” entre outras, mas compreende-se que suas proposições teóricas e metodológicas são importantes para pensar as transformações necessárias. Neste ponto, pode-se sugerir iniciativas de capacitação de pessoas e grupos por meio de *cursos de educação popular* tematizando o turismo e suas implicações para os âmbitos da sociedade civil e política em âmbito municipal.

Convém demonstrar a relevância de agregar novos parceiros externos que auxiliem na “incubação” do Turismo de Base Comunitária”. Entre eles está a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Planalto Catarinense (ITCP UNIPLAC) que atua na região desde 2014. Incuba empreendimentos econômicos solidários (EES) em diversos campos da atividade econômica, particularmente, com cooperativas de trabalho de catadores de materiais recicláveis; tem fortalecido a feira regional de economia solidária na cidade de Lages e contribuído no desenvolvimento desta política pública nesse município. No município vizinho de Rio Rufino há um ano incuba o EES “Morenas do Divino” na atividade da panificação,

considerado um empreendimento bem-sucedido por meio do qual suas integrantes vêm conquistando emancipação social e humana.

Varanda e Bocayuva (2009) apontam para a importância da presença e ação das incubadoras nas instituições de ensino superior:

As incubadoras (Universidades públicas ou comunitárias e centros federais de educação e tecnologia) apresentam uma possibilidade concreta de articulação de demandas dos EES por conhecimentos e tecnologias apropriadas e a potencial “oferta” (desenvolvimento ou de disseminação) dessas soluções por parte das instituições de ensino e pesquisa. Além disso, ao fomentar o diálogo duradouro entre as instituições de ensino superior e nas comunidades nas quais estão inseridas as incubadoras, o PRONINC, pode ensinar o desenvolvimento de novas tecnologias apropriadas e metodologias de enfrentamento a pobreza. Por isso, o “processo metodológico de incubação” foi reconhecido como uma tecnologia social e sua replicação tem sido incentivada pelo Proninc e pela Rede de Tecnologia Social (RTS) (VARANDA e BOCAYUVA, 2009, p. 82).

Contar com a presença da Universidade por meio de uma incubadora cuja finalidade é disseminar a economia solidária pode fortalecer o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária em Urupema dar maior visibilidade e fortalecer as ações e políticas. A ITCP UNIPLAC encontra-se institucionalmente vinculada ao Projeto de Pesquisa “Educação e desenvolvimento territorial: políticas e práticas”, na Linha de Pesquisa 2 – Educação, Processos Socioculturais e Sustentabilidade, do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação da UNIPLAC. O Projeto de Pesquisa atual Economia Solidária, Educação e Emancipação Social (2017-2020), *locus* da incubadora, constitui-se num espaço de ensino, pesquisa e extensão útil para alavancar processos de desenvolvimento no campo empírico desta pesquisa. Professores, estudantes e técnicos de diferentes áreas do conhecimento compõe a equipe de trabalho multidisciplinar nas ações desenvolvidas nas comunidades e região do Planalto Catarinense.

No domínio da educação formal, o município possui uma escola da rede pública estadual, três escolas da rede pública municipais e um Instituto Federal de Educação, ou seja, o município detém oferta de educação em todos os níveis. Somado a condição do IFSC ofertar cursos na modalidade de educação de jovens e adultos (PROEJA) proporciona ao município acesso à educação para pessoas em todas as idades. Inclui-se na oferta do IFSC Câmpus Urupema um curso de Formação Inicial e Continuada Integrada ao Ensino Fundamental na Modalidade de EJA – Turismo e Hotelaria, procura-se com o curso abordar considerações básicas sobre turismo, seus conceitos, segmentos, estruturas, agentes envolvidos, operacional de hotelaria e assim proporcionar um conjunto de conhecimentos direcionados para o turismo. Já a temática do turismo inserida nas Escolas de Urupema é recente e pontual, isto é, não se encontra curricularizada, o que seria desejável.

Não obstante, atender as demandas atuais da educação, a questão a ser problematizada é a tematização do turismo sustentável na educação como propulsora de um TBC proposto neste trabalho. Esta perspectiva epistemológica e metodológica não está inserida nos projetos político-pedagógicos das instituições de ensino enumeradas acima. Então, trata-se de uma lacuna de conhecimentos e práticas a ser preenchidas e trabalhadas. Entretanto, constatou-se nos dados obtidos no campo valores e princípios de TBC, tendo por referência a economia solidária, estão presentes na cultura da população local. Os conhecimentos e as competências desenvolvidas pela educação que visa a um desenvolvimento endógeno do turismo não pode manter seu foco apenas na inserção da comunidade no mercado de trabalho, com ênfase no operacional. Mas, sim, exigir uma formação ao mesmo tempo generalista, no sentido tanto do conhecimento geral, das ciências humanas, sociais, políticas e econômicas, como também de uma formação especializada, constituída de conhecimentos específicos, sobretudo nas áreas culturais, históricas, ambientais, do agenciamento, planejamento, organização e gerenciamento de roteiros e de fluxos turísticos.

A pura inserção da temática no currículo não é suficiente para uma formação que estimule o engajamento no campo prático e no de conhecimento do turismo. Neste sentido, o turismo multidisciplinar deve compor os fundamentos para a formação integral do cidadão, na perspectiva de conhecimento, pesquisa e maior participação social no desenvolvimento do turismo. Para alcançar tais propósitos, uma ação pedagógica possível de desenvolvimento é a pedagogia de projetos que interage com o ambiente escolar e o não escolar. Na pedagogia de projetos há maior preocupação de integração entre teoria e prática, entre sala de aula e realidade local, bem como uma evidente tentativa de superação do conceito de multidisciplinaridade para o de interdisciplinaridade, como sendo capaz de abordar o complexo fenômeno e saber turístico.

Segundo Biotto Filho (2009), os projetos não podem ser transformados em receitas a serem seguidas. Mas entende que trabalhar com projeto, em regra geral, implica escolher um tema, planejar as ações, pesquisas informações, identificar os problemas e procurar soluções. Seguindo esta prática pedagógica os alunos trabalham com a realidade e o professor cria possibilidades para desenvolver saberes específicos e enfrentar situações reais.

Trabalhar o turismo em forma de projeto educativo no ambiente escolar pode proporcionar o conhecimento acerca dos segmentos e modalidades de turismo como por exemplo distinguir os fundamentos e as práticas de turismo de massa e do TBC, levando a reflexão do estudante sobre pontos positivos e negativos de ambos os modelos de organização. Igualmente faz com que os estudantes sejam pesquisadores e sujeitos críticos no contexto de uma sociedade e de um estado em processo de democratização. Nos educadores e educandos

essa perspectiva de trabalho poderá despertar e desenvolver atitude e engajamento frente às mudanças e inovações que se fazem necessárias na sociedade.

Para Hernández e Ventura (1998), trabalhar com projetos possibilita uma aproximação da escola com a vida real do estudante e o vincula à pesquisa sobre algo emergente. Por isso, tende a ser mais eficaz no sentido do ensino e da aprendizagem, na medida em que envolve os estudantes em um contexto no qual eles não são apenas receptores de informações.

Caminha (2017), ao refletir sobre o projeto de Educação fiscal para cidadania desenvolvido na rede de educação do município de Lages, demonstra as vantagens de se trabalhar com a pedagogia de projetos. Elas são inúmeras: os professores têm a possibilidade de romper com o saber dicotomizado, ao criar possibilidades de desenvolvimento de saberes específicos para enfrentar situações reais; incentiva a imaginação criativa promovendo o questionamento por parte dos sujeitos e uma vivência de cooperação, diálogo e solidariedade; trabalhar com projeto pressupõe a escola engajar-se num complexo movimento de conflitos, ambiguidades e inquietações, gerando assim a formação de sujeitos ativos num processo de aprendizagem significativa; direciona a escola, professores e estudantes a pesquisarem, irem a campo, a constituírem-se em disseminadores desse aprendizado em suas famílias e comunidade.

Indo além da pedagogia de projetos o importante é a reflexão do estudante sobre as possibilidades de construções de roteiros priorizando os aspectos locais e as vivências nas comunidades, a fim de praticar ensinamentos e fundamentos do TBC.

Assim, pelo conhecimento da comunidade por ela mesma, e pelas instituições educacionais que atuam no município de Urupema, podem-se gerar soluções, atender necessidades e criar oportunidades. Nessa perspectiva, a inserção do estudo sobre TBC na educação permite que o estudante conheça uma forma de contribuir para o desenvolvimento social e econômico; com isso, o estudante terá uma visão do contexto em que vive, podendo se mobilizar e propor a organização da atividade do TBC para os demais moradores para que estes promovam as transformações necessárias. A educação formal e não-formal se constituem numa estratégia fundamental para que uma comunidade amplie sua compreensão do mundo do turismo e das demandas do seu território de pertencimento. Estratégia que possibilitará ainda uma intervenção social não apenas com habilidades técnicas adquiridas em curso de formação para o turismo e para a hospitalidade, mas de forma crítica e participativa, detectando potencialidades de desenvolvimento socioeconômico, a partir dos saberes e fazeres. E a realização de investigações que averiguem viabilidades no mundo do trabalho para organizações e intervenções profissionais de forma autônoma, cooperativada, ou por associações profissionais.

Diante dos dados obtidos no campo e das análises realizadas no decorrer desta pesquisa cabe refletir sobre o papel do IFSC Câmpus Urupema no cenário e horizonte da educação e das políticas no que tange ao desenvolvimento do TBC no contexto maior do desenvolvimento socioeconômico do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi compreender a percepção dos atores locais - representantes da sociedade civil e política - acerca das potencialidades, modalidades e metodologias do turismo no meio rural que vêm se fundando e as possíveis de serem desenvolvidas no município de Urupema relacionadas ao TBC e ao papel da educação. Ele se desdobrou nos seguintes objetivos específicos: a) contextualizar o modelo de desenvolvimento socioeconômico historicamente existente no município; b) analisar a proposta do TBC como uma estratégia integrada à outras atividades econômicas existentes no município; c) identificar as percepções de atores locais representantes da sociedade política e civil acerca do processo de turistificação no município; d) refletir sobre o papel da educação tendo por base os processos coletivos e sustentáveis.

Para alcançar tais objetivos realizou-se pesquisa bibliográfica e de campo utilizando o método do Grupo de Discussão com dois grupos, um com representantes da sociedade civil e outro com representantes da sociedade política. As análises realizadas permitem enfatizar alguns aspectos que se considera relevantes para demonstrar os resultados desta investigação e apontar para novos estudos.

O trabalho foi composto pela Introdução que apresentou os objetivos e justificativas da pesquisa; o capítulo História, Território e Turismo que contextualizou o município de Urupema que buscou ambientar o leitor sobre o *locus* do trabalho; o capítulo destinado ao TBC suas possibilidades e dificuldades; o capítulo que abordaram as metodologias utilizadas na pesquisa; e finalmente o capítulo que trouxe a análise dos dados, momento que o trabalho de campo aparece no trabalho e as perguntas de partida de fato começam a ser respondidas com as visões dos participantes dos grupos de discussão. Encerra-se o trabalho com reflexões sobre a função da educação nas modalidades formal e não formal como estratégia de desenvolvimento endógeno.

A literatura demonstra que o turismo é uma atividade econômica associada à diversidade cultural e ambiental de uma comunidade podendo contribuir ou não para o seu desenvolvimento. Essa atividade se configura a partir do potencial de cada lugar e da forma como é planejada, organizada e administrada pelos atores responsáveis por sua difusão, constituídos pelo tripé: comunidade, setor público e setor privado. A literatura também, demonstra, através de estudos de casos, que no planejamento do turismo convencional a participação de comunidades é incipiente.

De maneira geral os participantes dos dois grupos percebem o turismo como uma atividade irreversível para o município e ambos demonstram consciência de que o que foi feito até o momento não é suficiente para garantir a sustentabilidade da atividade, tendo em vista o desenvolvimento territorial do município. Sobre a concepção de paradigma turístico a ser desenvolvido, o convencional de massa ou o sustentável, ambos demonstram desejo em optar pelo sustentável, porém é nítida a desorientação acerca de como fazer. Identificou-se também uma ambiguidade na percepção de quem deve tomar iniciativas referentes às práticas turísticas, se o setor privado, o público ou o comunitário. Fato que permite agentes externos, turistas ou não, ocuparem espaços e ditarem as práticas que envolvem a comunidade, que permanece assistindo ou se coloca na condição de receptora passiva. A seguir apresenta-se algumas conclusões sobre o percebido em cada grupo de discussão.

Ao analisar a participação da comunidade no desenvolvimento turístico de Urupema por meio dos grupos de discussão, constatou-se que há disposição da mesma em oferecer seus recursos materiais, imateriais e seu próprio território para o turista. Evidenciaram-se os valores da solidariedade, cooperação, cuidado ambiental, acolhimento e hospitalidade. Contudo na percepção dos representantes dos dois grupos de discussão a comunidade mostrou-se fragilizada quando se problematizou o protagonismo das ações, apresentando-se passiva frente as mudanças ocorridas no município. Em relação ao futuro do turismo a comunidade nutre expectativas diante do que observa, mas mostra-se insegura, conformada com sua posição de receptora passiva explicáveis por vários motivos: o não acesso ao recurso financeiro; a não valorização de iniciativas de capacitação nos níveis de planejamento, gestão e operacionalização da atividade turística; o não empreendedorismo que se identifica, outrossim, por bloqueios derivados de uma cultura que se satisfaz com uma visão de mundo e um ritmo de trabalho conservador no que tange ao empreendedorismo individual e social.

Ao analisar a participação da política local no desenvolvimento turístico de Urupema por meio da percepção dos representantes dos grupos de discussão, constatou-se a ausência de políticas públicas voltadas para um desenvolvimento específico do turismo bem como de um desenvolvimento estratégico municipal. Entretanto, os agentes públicos reconhecem a importância do turismo ao desenvolverem ações de infraestrutura destinada ao turismo como o Mirante, a Casa da Imprensa, embelezamento urbano e a trilha da Cachoeira que Congela. Porém, persiste uma visão sazonalizada do turismo frente as mobilizações do poder público local apenas na aproximação do período de inverno. Identificou-se, diante do paradigma de turismo a ser desenvolvido no município, que o poder público local não discute e não problematiza o modelo atual caracterizado pelo turismo de massa, mostrando-se também

passivo frente ao cenário que vem se fundando. E não conhece nem propõe alternativas para incrementar outras alternativas como, por exemplo, o TBC. Repetidamente representantes do poder público transferem as responsabilidades do planejamento turístico para o setor privado ou para a população afirmando “*que a população não se organiza, não tem iniciativa, são acomodados*”. Assim, demonstram a ausência da concepção de um Estado indutor, principal responsável, propulsor do desenvolvimento local, seja exógeno ou endógeno. Dito de outra maneira, o Estado local não tomou para si a iniciativa de alavancar o turismo como uma política pública estratégica tendo em vista a geração de trabalho e renda, melhoria da qualidade de vida da população e o desenvolvimento sustentável.

Diante do cenário configurado pelos representantes dos grupos de discussão de expectativa e incerteza frente aos desafios e potencialidades do turismo no município, a teoria apontou o modelo do Turismo de Base Comunitária que se fundamenta nas seguintes premissas: base endógena da iniciativa e desenvolvimento local; participação e protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos; escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados; geração de benefícios diretos à população local, afirmação cultural e interculturalidade tendo o encontro como condição essencial.

Convém salientar que este modelo não deve ser entendido como receita, mas como uma proposição que se contrapõe ao turismo de massa e se direciona na perspectiva de um desenvolvimento justo, inclusivo, cuidador do meio ambiente, portanto sustentável. Nesse sentido o TBC está estruturalmente imbricado com os valores e princípios que orientam a economia solidária. Esta se fundamenta na auto-gestão, cooperação, solidariedade, geração de trabalho e renda, distribuição equitativa dos resultados do trabalho, a propriedade dos meios de produção, responsabilidade com o entorno social e o cuidado ambiental. Sendo fundamental o empreendedorismo social no qual as pessoas se juntam por interesses e necessidades constituindo empreendimentos econômicos solidários.

A proposição da escrita acima pressupõe um planejamento estratégico do desenvolvimento municipal e de políticas públicas adequadas, fomento de recursos e sobretudo o acesso da população à educação formal e não-formal. Tendo em vista que apesar de uma tendência natural para o desenvolvimento do turismo no município, sua sociedade ainda não conhece as particularidades da atividade, como se organizar para o turismo e ofertar seus atrativos. Necessita-se, pois, de esclarecimentos e conhecimentos – papel fundamental a ser desenvolvido pelas instituições de educação presentes no município. Observa-se que na prática o TBC e a educação ainda estão em fase incipiente sendo necessária uma mudança de postura diante das transformações sociais por meio da educação e da inovação social.

De modo geral, a pesquisa deteve-se em analisar as práticas do turismo no município e no que pensam seus residentes sobre a atividade. Porém, para além da elaboração desta dissertação, pretende-se no futuro dar continuidade ao processo, contribuindo na formulação de estratégias educacionais e iniciativas de extensão voltadas para o TBC em Urupema.

REFERÊNCIAS

A CIDADE mais fria do Brasil. **Prefeitura Municipal de Urupema**. Disponível em: <<http://www.cidademaisfriadoBrasil.com.br/urupema.php>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

ARRUDA, Marcos. **A cultura da socioeconomia solidária**. Rio de Janeiro: Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul - PACS, 2000.

ATLAS dos remanescentes florestais da Mata Atlântica 2014/2015. **SOS Mata Atlântica**. Disponível em: <<https://www.sosma.org.br/projeto/atlas-da-mata-atlantica/dados-mais-recentes/atlas-dos-municipios/>>. Acesso em: 20 dez. 2017

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARTHOLO, Roberto. Sobre o sentido da proximidade implicações para um turismo situado de base comunitária. In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009.

BIOTTO FILHO, Denival. **O desenvolvimento da matemática no trabalho com projetos**. 100f. Dissertação (Mestrado em Matemática) - Instituto de Geociência e Ciências Exatas, Rio Claro, 2008.

BOLDRINI, Ilsi Iob. **Biodiversidade dos campos do planalto das araucárias**. Brasília: MMA, 2009

BORGES, Marta Poggi. Sustentabilidade e competitividade: Águas de São Pedro. In: PHILIPPI JR, Arlindo; RUSCHMANN, Doris van de Meene (Org.). **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. Barueri, SP: Manole, 2010.

BRASIL. **IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent§ion=31&category=344&Itemid=359> Acesso em 24/01/2018.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.326**, de 21 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 12.651**, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **ICMBIO - Instituto Chico Mendes de conservação da biodiversidade**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/>> Acesso em: 17 dez. 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Cartilha de orientações básicas: Cama & Café**. Brasília, 2010. Disponível em: <

http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/programas_acoes/Arquivos/1_CARTILHA_PROCESSO_CLASSIFICAxO.pdf> Acesso em: 24/01/2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Código de Ética Mundial do Turismo**. Brasília, 2015. Disponível em: <

http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/PREVIEW_MTUR_Codigo_de_Etica_Turismo_120_210mm_Portugues.pdf> Acesso em: 24/01/2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7 Roteirização Turística**. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo rural: orientações básicas**. 2.ed. Brasília, 2010. Disponível em:

<http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Rural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf> Acesso em: 24/01/2018.

BURSZTYN, Ivan; BARTHOLO, Roberto; DELAMARO, MAURÍCIO. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009.

CAMINHA, Siomara Catarina Ribeiro. **Educação fiscal para a cidadania nas escolas de Lages- SC: Conhecendo percepções de professores protagonistas deste projeto**. 102f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Planalto Catarinense, 2017.

CHAUVEAU, Hélène; STROPASOLAS, Valmir Luiz. Práticas culturais e lazer da juventude rural nas recomposições territoriais das ruralidades de três territórios do Sul do Brasil. In: PEIXER, Zilma Isabel; CARRARO, José Luís (Org.). **Povos do campo, educação e natureza**. Lages, SC: Gráfine, 2016.

COLHENDO maçãs em Fraiburgo. **Guia e turismo**. 2015. Disponível em: <<http://www.guiaturismo.com/2015/09/colhendo-macas-em-fraiburgosc.html>> Acesso em: 13 maio 2017.

COM temperatura de -7° C, turistas lotam a serra de SC neste sábado. **G1 Santa Catarina**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/06/sabado-tem-temperatura-de-7c-e-sensacao-termica-de-30c-em-sc.html>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

DIAS, Reinaldo. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Atlas, 2011.

FERRARINI, Adriane Vieira. O *Ethos* da inovação social: implicações eticopolíticas para o estudo de práticas produzidas em diferentes ambientes. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 6, n. 2, p. 447-466, jul.- dez. 2016.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GAETA, Cecília. Turismo de experiência e novas demandas de formação profissional. In: NETTO, Alexandre Panosso; GAETA, Cecília (Org.) **Turismo de experiência**. São Paulo: Editora Senac, 2010.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. **A descoberta dos vínculos sociais**: Os fundamentos da solidariedade. São Leopoldo: Unissinos, 2016.

GALIAZZI, Maria do Carmo; FREITAS, José Vicente de. **Metodologias emergentes de pesquisa em educação ambiental**. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social**: Atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

GOMES, Mônica Araújo De Miranda. **Caracterização da vegetação de campos de altitude em unidades de paisagem na região do Campo dos Padres, Bom retiro / Urubici, SC**. 115f. Dissertação (Mestrado em Biologia Vegetal) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

GRAMSCI. Scritti Giovanilli. 1914-1918. Turim: Einaudi, 1958.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Ambiente e território**. 2012. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/urupema/panorama> > Acesso em: 28/03/2018.

_____. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. 2010. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/urupema/panorama> > Acesso em: 24/01/2018.

_____. **Pesquisa de emprego**. 2015. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/urupema/panorama> > Acesso em: 24/01/2018.

_____. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico**. 2008. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/urupema/panorama> > Acesso em: 24/01/2018.

_____. **População estimada**. 2016. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/urupema/panorama> > Acesso em: 24/01/2018.

_____. **Censo educacional**. 2015/1. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/urupema/panorama> > Acesso em: 24/01/2018.

INEP. **Boletim de desempenho**. 2015. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/boletim-de-desempenho> > Acesso em: 24/01/2018.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Missão, visão e valores**. Disponível em: < <http://www.ifsc.edu.br/menu-institucional/missao> > acesso em: 26 set 2017

IRVING, Marta de Azevedo. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LEITE, P.F.; KLEIN, R.M. 1990. **Vegetação**. In: IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Geografia do Brasil: Região Sul. Rio de Janeiro, v.2, p. 113-150.

LIMA, Lucia Ceccato. **Processo de planejamento e implantação do Parque Natural Municipal de Lages, com ênfase na conservação de bacias hidrográficas e percepção da comunidade do entorno**. 191 f. Tese (Engenharia Ambiental) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

LISBOA, Antônio Rodrigues. **Memórias de um século**. Lages, SC: M. L. da Costa. 1991.

LOCKS, Geraldo Augusto. Algumas categorias úteis para pensar a territorialidade da Serra Catarinense. In: VARELA, Iáscara Almeida (Org.). **Educação do campo: novas práticas**. Lages, SC: Gráfine, 2010.

LOCKS, Geraldo Augusto. Cultura de fazenda e persistência do passado em práticas sociais contemporâneas na Serra Catarinense. In: PEIXER, Zilma Isabel; CARRARO, José Luís (Org.). **Povos do campo, educação e natureza**. Lages, SC: Gráfine, 2016a.

LOCKS, Geraldo Augusto. **Identidade dos agricultores familiares Brasileiros de São José do Cerrito, SC**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

LOCKS, Geraldo Augusto. Uma análise antropológica da formação social e do desenvolvimento socioeconômico de Lages e da Serra Catarinense. In: YAMAGUCHI, Cristina Keiko; TURRA, Neide Catarina; STRASSER, Andréia Teresinha Borges (Org.). **Visão contemporânea e sustentável da Serra Catarinense**. Lages, SC: Uniplac, 2016b.

LOCKS, Geraldo Augusto; VARELA, Iáscara Almeida; MOREIRA, Sandro César; SARTORI, Sérgio. **Caminho das tropas: caminhos, pousos e passos em Santa Catarina**. Lages, SC: UNIPLAC, 2006.

MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: Gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009.

NEUMANN, Lycia Tramujas Vasconcellos. NEUMANN, Rogerio Arns. **Desenvolvimento comunitário baseado em talentos e recursos locais – ABCD**. São Paulo: Global; IDIS, 2004.

ODUM, Eugene P. BARRET, Gary W. **Fundamentos de ecologia**. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Paralelo, 2000.

POULANTZAS, Nicos. **O estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

RAMPI, Ana Paula; LOCKS, Geraldo Augusto. **Economia solidaria e educação do campo para o desenvolvimento rural sustentável da Serra Catarinense**. Curitiba, PR: CRV, 2014.

ROSA, Lucelina Rosseti; FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um *continuum*. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Outras expressões, 2013.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

RUSCHMANN, Doris van Meene; BORDINI, Caroline Valença. O uso dos planos de desenvolvimento turísticos na microrregião dos Campos de Lages (SC). In: RUSCHMANN, Doris van Meene; SOLHA, Karina Toledo (Org.). **Planejamento turístico**. Barueri, SP: Manole, 2006.

SANTA CATARINA (Estado). **Perfil socioeconômico ADR São Joaquim**. Florianópolis, 2016.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng**. Florianópolis, SC: Edeine, 1973.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2016.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social**. São Paulo: Ed. da UFSC; Cortez, 1995.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TURISOL. Disponível em: <<http://turisol.wixsite.com/redeturisol/sobre>> Acesso em: 20 dez. 2017.

URUPEMA (SC). **Lei Ordinária nº 612**, de 13 de dezembro de 2007. Estabelece o Hino Oficial do município de Urupema.

VARANDA Ana Paula de Moura; BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha. **Tecnologia social, economia solidária e políticas públicas**. Rio de Janeiro: FASE; IPPUR; LASTRO; UFRJ, 2009.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

WELLER, Wivian. Grupos de discussão: aportes teóricos e metodológicos. In: WELLER, Wivian.; PFAFF, Nicolle (Org.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ZAOUAL, Hassan. Do turismo de massa ao turismo situado: Quais as transições? In: In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de base comunitária**: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009.

APÊNDICE:

1. Termo de consentimento livre e esclarecimento - TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você está sendo convidado a participar em uma pesquisa. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que está sendo realizada. Sua colaboração neste estudo é muito importante, mas a decisão em participar deve ser sua. Para tanto, leia atentamente as informações abaixo e não se apresse em decidir. Se você não concordar em participar ou quiser desistir em qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você. Se você concordar em participar basta preencher os seus dados e assinar a declaração concordando com a pesquisa. Se você tiver alguma dúvida pode esclarecê-la com o responsável pela pesquisa. Obrigada pela atenção, compreensão e apoio.

Eu, _____,
residente _____ e domiciliado _____,
_____, portador da
Carteira de Identidade nº _____, nascido(a) em ____/____/_____,
concordo de livre e espontânea vontade em participar como voluntário da pesquisa **“Educação e Turismo de Base Comunitária para o Desenvolvimento Territorial Sustentável em Urupema, SC”**. Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas. Estou ciente que:

1. O estudo se refere a uma pesquisa que busca analisar a percepção dos atores locais sobre o desenvolvimento do turismo no município de Urupema.
2. Entendo que a pesquisa será importante de ser realizada por buscar maior esclarecimento sobre o pensamento e vontade de parte representativa da comunidade em relação ao turismo receptivo que vem se desenvolvendo no município. E desta forma, espera-se contribuir na resolução de problemas comuns de uma localidade em fase de implantação do turismo quer estes sejam a curto, médio ou longo prazo. Bem como servirá como direcionamento do trabalho desenvolvido pela pesquisadora nas áreas de educação, extensão e futuros projetos de pesquisas junto à comunidade de Urupema.
3. Participarão da pesquisa dois grupos com oito participantes cada, os grupos serão reunidos para fins de pesquisa e seus componentes foram escolhidos pela representatividade social que apresentam. Os sujeitos da pesquisa a serem encontrados no campo empírico, serão prestadores de serviços do poder público (municipal, estadual e federal) e representantes da sociedade civil.

No que se referem a classificações de faixa etária todos devem ser maior de idade independentemente de cor, sexo, etnia, orientação sexual e de gênero. Como já mencionado as escolhas das amostras não serão determinadas de formas arbitrárias, mas serão selecionadas por critério de intencionalidade, onde os participantes das amostras serão escolhidos com base em aspectos relevantes a investigação. A amostra caracteriza-se por ser heterogêneas o que ampliará a dinâmica da discussão.

4. Para conseguir os resultados, a pesquisa será dividida em três fases. A primeira intitulada “Fase perfil dos sujeitos da pesquisa”, consiste no preenchimento individual de um questionário, o objetivo do questionário é levantar o perfil dos participantes e identificar o nível de inserção dos mesmos nas diversas coletividades do município de Urupema. As demais fases serão em forma de encontros orientados pelo método de Grupo de Discussão. Sendo a segunda intitulada “Fase de diagnóstico”, realizará um diagnóstico acerca do desenvolvimento do turismo no município, este diagnóstico apontará uma análise da situação real e atual. Como está o turismo em Urupema? O que foi feito para seu implemento? E quais as consequências destes atos? O turismo está se desenvolvendo de forma sustentável? São questionamentos levantados nessa fase da pesquisa. A terceira fase intitulada “Fase de Resultados” buscará descobrir a situação ideal e desejada pelos participantes da pesquisa em relação ao desenvolvimento do turismo no município.

5. Para isso poderão ocorrer situações durante os Grupos de Discussão como: inibição, conflitos interpessoais, desconforto, constrangimento pela exposição de ideias favoráveis ou contrárias. Como atendimento a estes riscos previstos, a pesquisadora estará pronta na mediação de conflitos ou desconfortos e esclarece que a equipe de psicologia da UNIPLAC também, estará à disposição caso algo mais grave venha acontecer. A pesquisadora esclarece também, que os custos com deslocamento até a UNIPLAC para possíveis consultas junto ao setor psicológico serão de responsabilidade dela.

6. De acordo com a resolução 466/2012 “Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, maiores devem ser os cuidados para minimizá-los e a proteção oferecida pelo Sistema CEP/CONEP aos posteriores, no plano individual ou coletivo”.

7. Se, no transcorrer da pesquisa, eu tiver alguma dúvida ou por qualquer motivo necessitar posso procurar a pesquisadora Adriana Murara Silva, responsável pela pesquisa no telefone (49)32511022 ou no endereço Av. Castelo Branco, 170, Bairro Universitário – Lages.

8. Tenho a liberdade de não participar ou interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação.

9. As informações obtidas neste estudo serão mantidas em sigilo e; em caso de divulgação em publicações científicas, os meus dados pessoais não serão mencionados.

10. Caso eu desejar, poderei pessoalmente tomar conhecimento dos resultados ao final desta pesquisa com a pesquisadora.

11. Autorizo a filmagem dos encontros com consciência que apenas serão usadas para análise de dados pela pesquisadora.

Declaro, outrossim, que após convenientemente esclarecido pela pesquisadora e ter entendido o que me foi explicado, consinto voluntariamente em participar desta pesquisa e assino o presente documento em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em minha posse.

Urupema, _____ de _____ de _____

(assinatura)

(nome por extenso)

Responsável pelo projeto: Adriana Murara Silva

Endereço para contato: Av. Castelo Branco, 170, Bairro Universitário – Lages

Telefone para contato: (49) 3251 1022

e-mail: adriana.murara@ifsc.edu.br

CEP UNIPLAC

Endereço: Av. Castelo Branco, 170 – Bloco I - Sala 1226.

Bairro Universitário, Lages-SC - Cep: 88.509-900

Telefone: (49) 3251-1086

Email: cep@uniplaclages.edu.br e cepuniplac@gmail.com

2. Convite utilizado para os Grupos de discussão

CONVITE

Grupo de Discussão

Tema: O turismo em Urupema, SC: Uma análise a partir da percepção de atores locais.

DATA E HORARIO	FASE	PROGRAMAÇÃO	OBJETIVOS
19/06/2017 ÀS 19:00	Fase Diagnóstica	• Apresentação do moderador e papel desempenhado no grupo • Apresentação do grupo • Apresentação das perguntas norteadoras das discussões	Realizar um diagnóstico acerca do desenvolvimento do turismo no município, apontando uma análise da situação real e atual.
26/06/2017 ÀS 19:00	Fase de Resultados	• Apresentação das perguntas norteadoras das discussões.	Buscar descobrir a situação ideal e desejada pelos participantes em relação ao desenvolvimento do turismo no município.

Local: IFSC Câmpus Urupema - Bloco 02 - Sala 01

Moderadora: Adriana Murara

Mestrado no Programa de Pós-Gradual em Educação da Universidade do Planalto Catarinense.



3. Questionário usado na Fase: Perfil dos sujeitos da pesquisa

QUESTIONÁRIO USADO NA FASE: Perfil dos sujeitos da pesquisa

- Nome:
- Codínome:
- Idade:
- Data de nascimento:
- Cidade de nascimento:
- Se não nasceu em Urupema, em que ano veio para o município? Por quê?
- Que função exerce no município?
- Qual sua escolaridade?
- Onde reside (localidade)?
- Qual seu grau de articulação com a sociedade civil do município?
Comente sua escolha. () baixo () médio () alto
- E no que tange o planejamento e a gestão do turismo do município, qual seu grau de articulação político ou civil? () baixo () médio () alto

4. Roteiro semiestruturado utilizado da Fase diagnóstica da pesquisa:

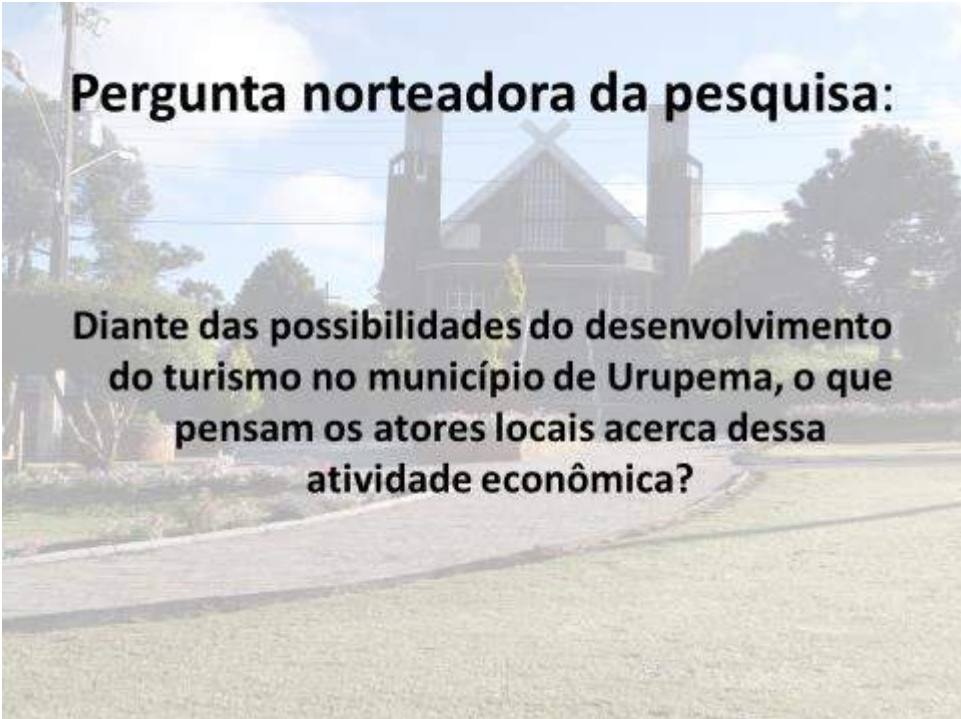
**O TURISMO EM URUPEMA, SC:
UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE
ATORES LOCAIS**

**LP2 – Educação, Processos Socioculturais e
Sustentabilidade.**

- Mestranda: Adriana Murara Silva
- Orientador: Dr. Geraldo Augusto Locks

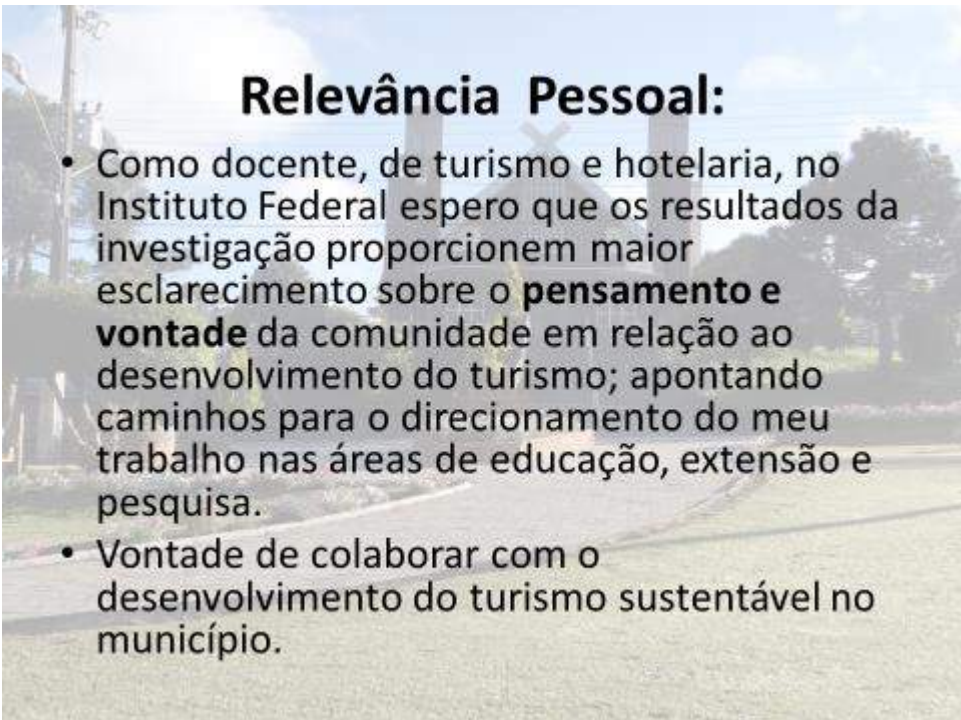
Urupema - SC

**Com economia essencialmente agropecuária o
turismo vem se destacando como uma nova
fonte de renda, que pode diversificar e
incrementar a economia atual.**



Pergunta norteadora da pesquisa:

Diante das possibilidades do desenvolvimento do turismo no município de Urupema, o que pensam os atores locais acerca dessa atividade econômica?



Relevância Pessoal:

- Como docente, de turismo e hotelaria, no Instituto Federal espero que os resultados da investigação proporcionem maior esclarecimento sobre o **pensamento e vontade** da comunidade em relação ao desenvolvimento do turismo; apontando caminhos para o direcionamento do meu trabalho nas áreas de educação, extensão e pesquisa.
- Vontade de colaborar com o desenvolvimento do turismo sustentável no município.

Relevância Social:

- Indicar alternativas mais igualitárias do desenvolvimento do turismo no município.
- Colaborar na resolução norteadora dos problemas comuns de uma localidade em fase de implantação do turismo receptivo, quer estes sejam a curto, médio ou longo prazo.
- Direcionamento sustentável da atividade turística.

O grupo

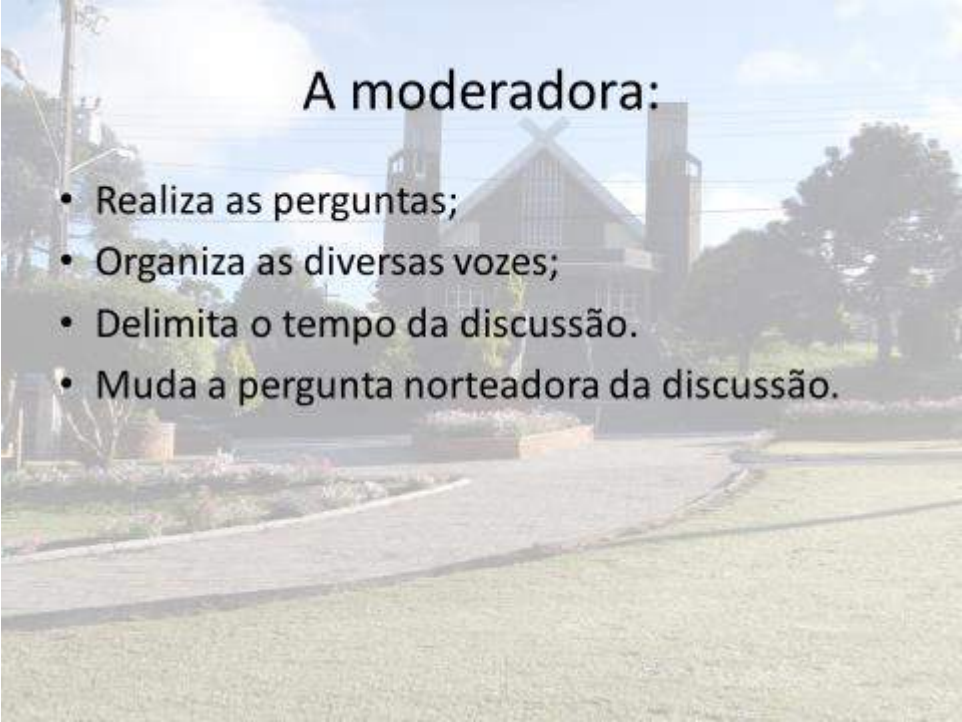
- Apresenta características heterogêneas (fator positivo para a discussão), relevantes a investigação e natural.
- Por grupos naturais Bauer e Gaskell definem que: “as pessoas interagem conjuntamente; elas podem partilhar de um passado comum, ou ter um projeto futuro comum. Elas podem também ler os mesmos veículos de comunicação e ter interesses e valores mais ou menos semelhantes. Neste sentido, grupos naturais formam um meio social.” (2003, p. 69)

Funcionamento do grupo:

- Após exposta a pergunta norteadora da discussão, quem desejar responder, deve sinalizar e aguardar a vez, que será informada e cedida pela moderadora.

Os participantes do grupo podem:

- Responder a pergunta;
- Concordar e complementar respostas;
- Questionar respostas ou seja, obter mais informações ou esclarecimentos sobre a respostas;
- Discordar.



A moderadora:

- Realiza as perguntas;
- Organiza as diversas vozes;
- Delimita o tempo da discussão.
- Muda a pergunta norteadora da discussão.



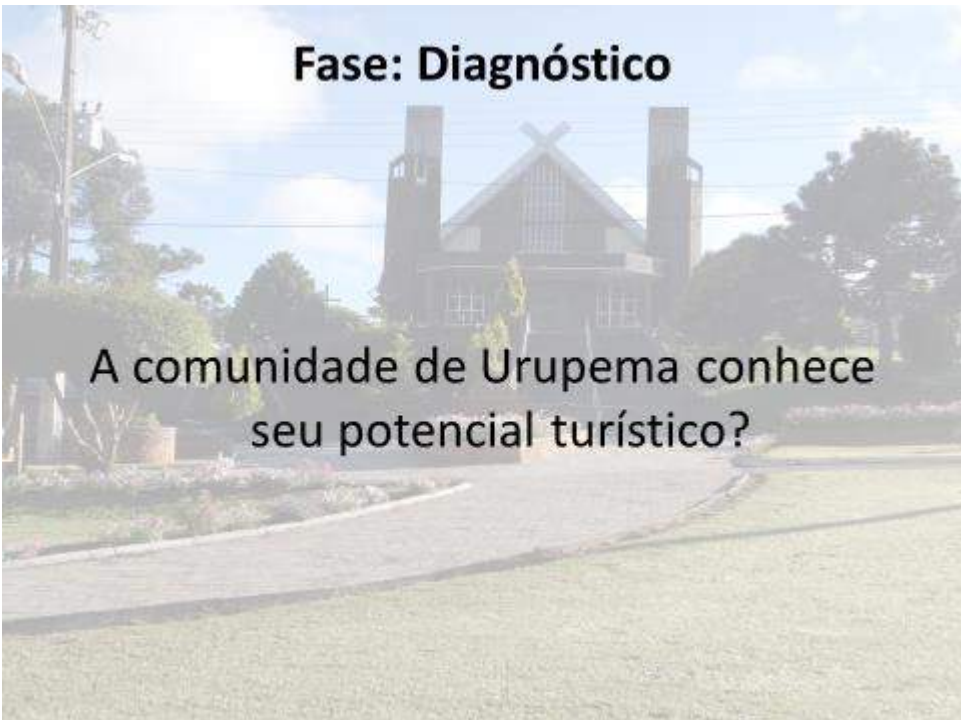
Fase: Diagnóstico

Quais modalidades de turismo que
você conhecem?



Fase: Diagnóstico

Que recursos turísticos existem em Urupema?



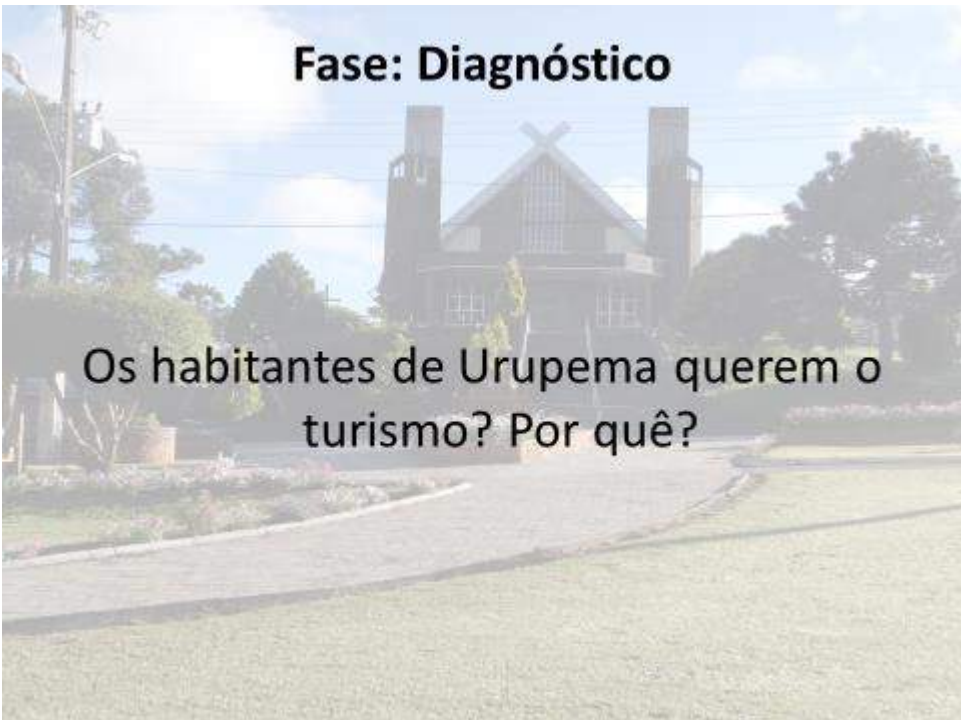
Fase: Diagnóstico

A comunidade de Urupema conhece seu potencial turístico?



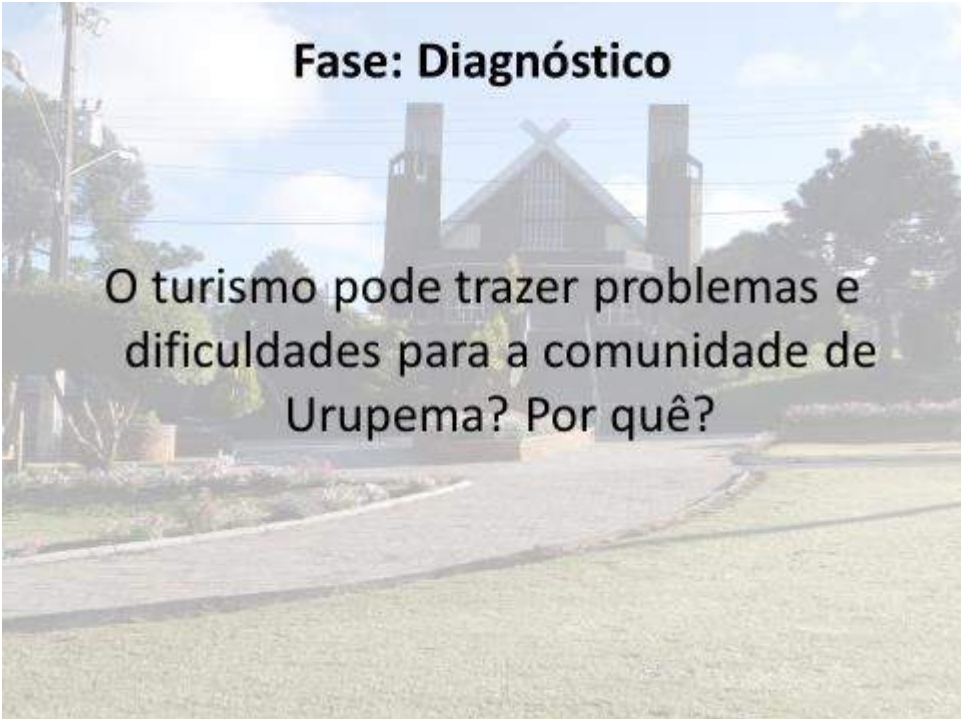
Fase: Diagnóstico

A comunidade de Urupema conhece
seus aspectos identitários e
culturais?



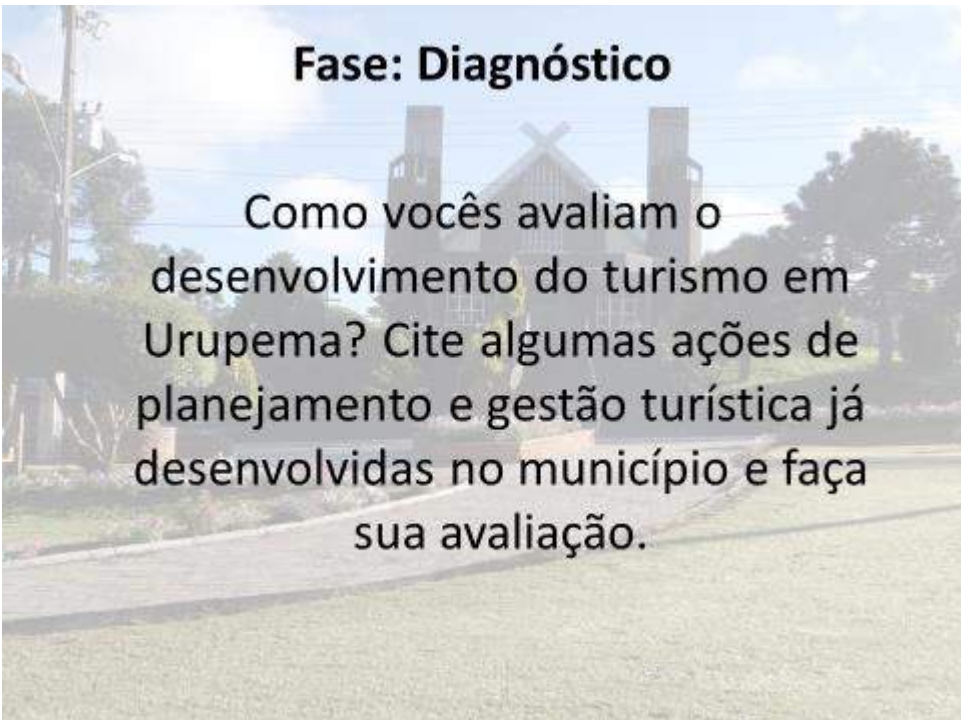
Fase: Diagnóstico

Os habitantes de Urupema querem o
turismo? Por quê?



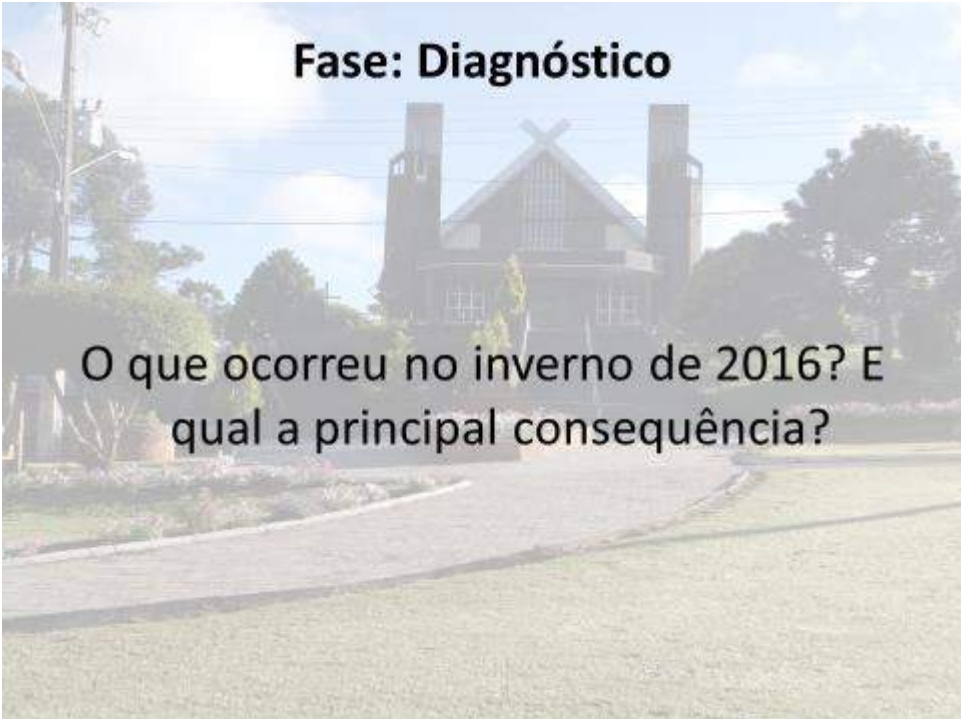
Fase: Diagnóstico

O turismo pode trazer problemas e dificuldades para a comunidade de Urupema? Por quê?



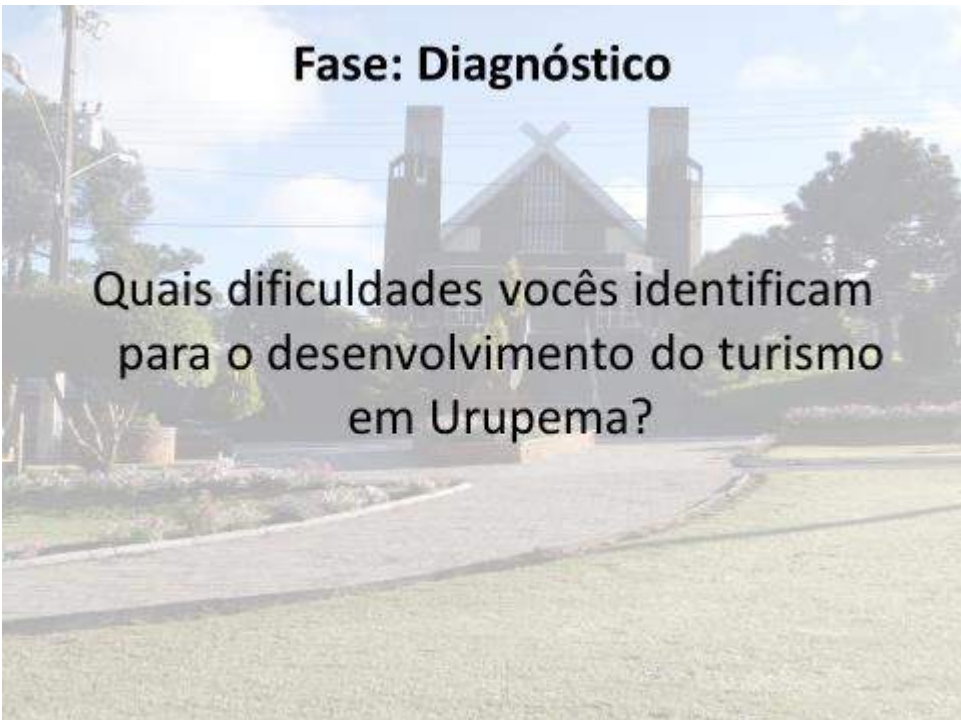
Fase: Diagnóstico

Como vocês avaliam o desenvolvimento do turismo em Urupema? Cite algumas ações de planejamento e gestão turística já desenvolvidas no município e faça sua avaliação.



Fase: Diagnóstico

O que ocorreu no inverno de 2016? E qual a principal consequência?



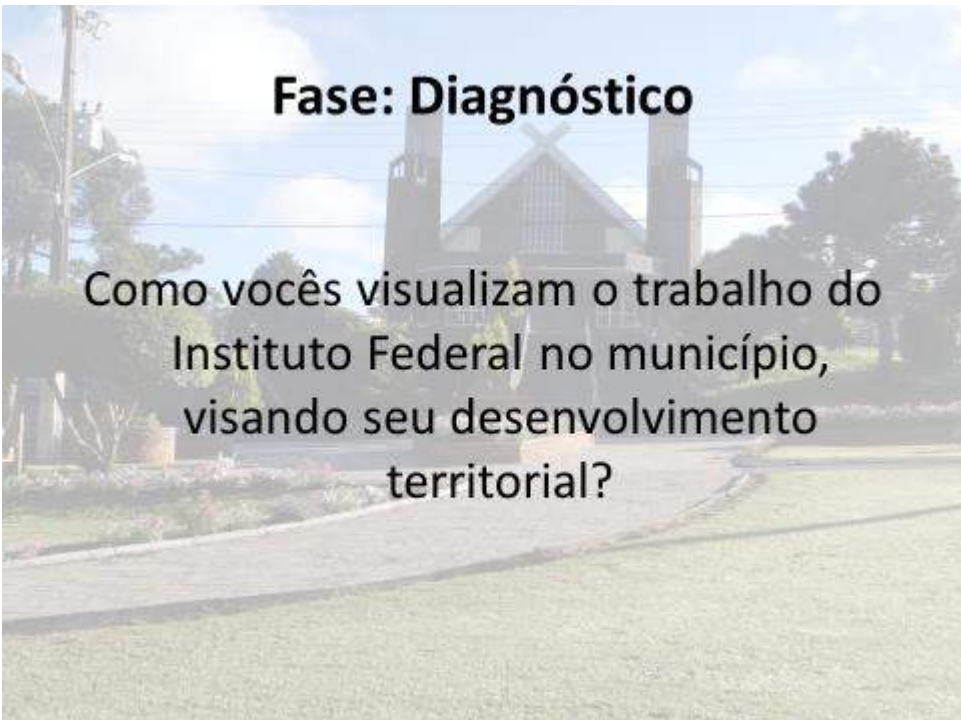
Fase: Diagnóstico

Quais dificuldades vocês identificam para o desenvolvimento do turismo em Urupema?



Fase: Diagnóstico

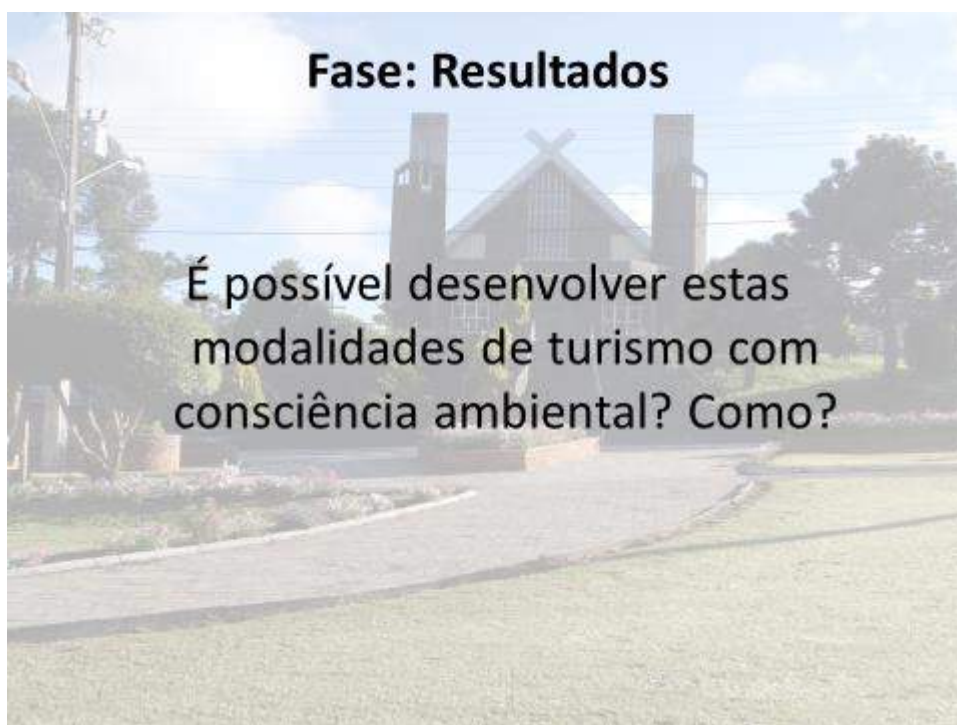
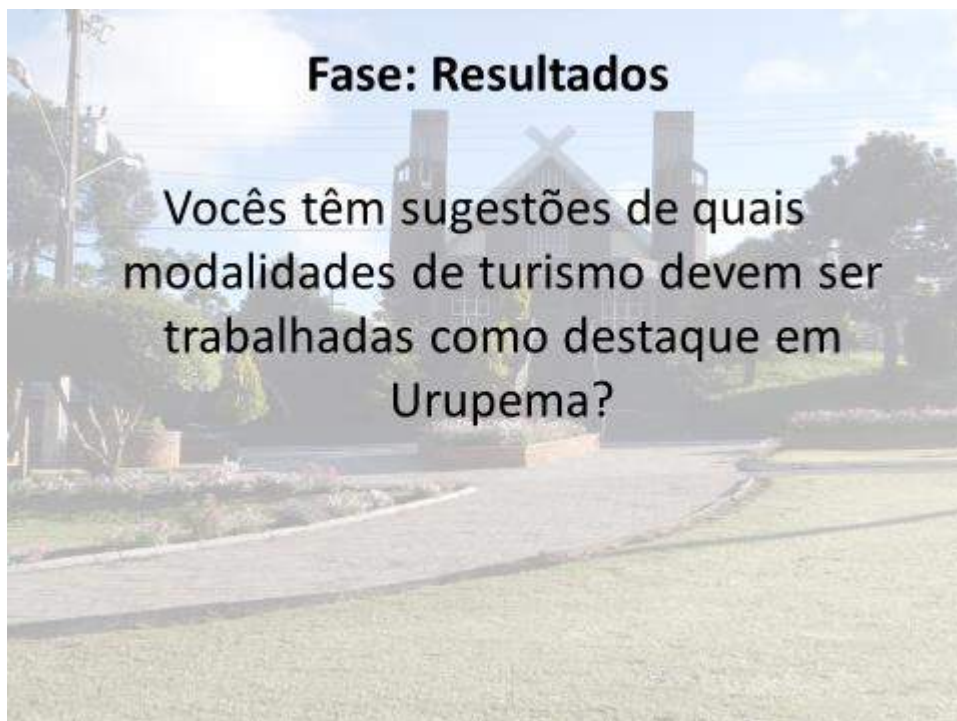
Como é a participação da comunidade nas atividades turísticas?

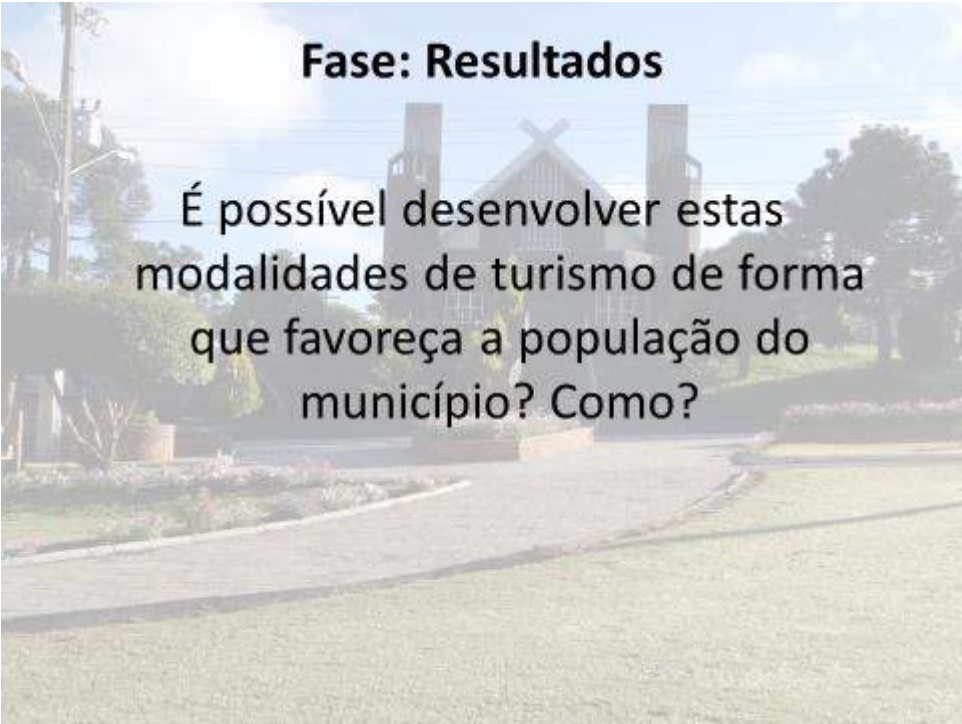


Fase: Diagnóstico

Como vocês visualizam o trabalho do Instituto Federal no município, visando seu desenvolvimento territorial?

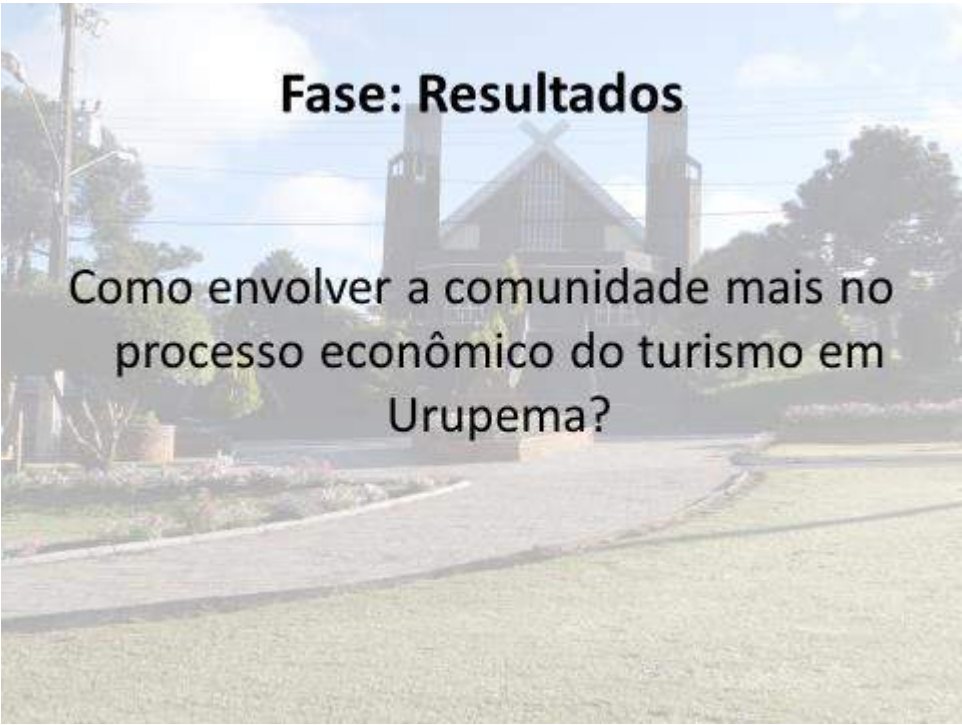
5. Roteiro semiestruturado utilizado na Fase resultados da pesquisa:





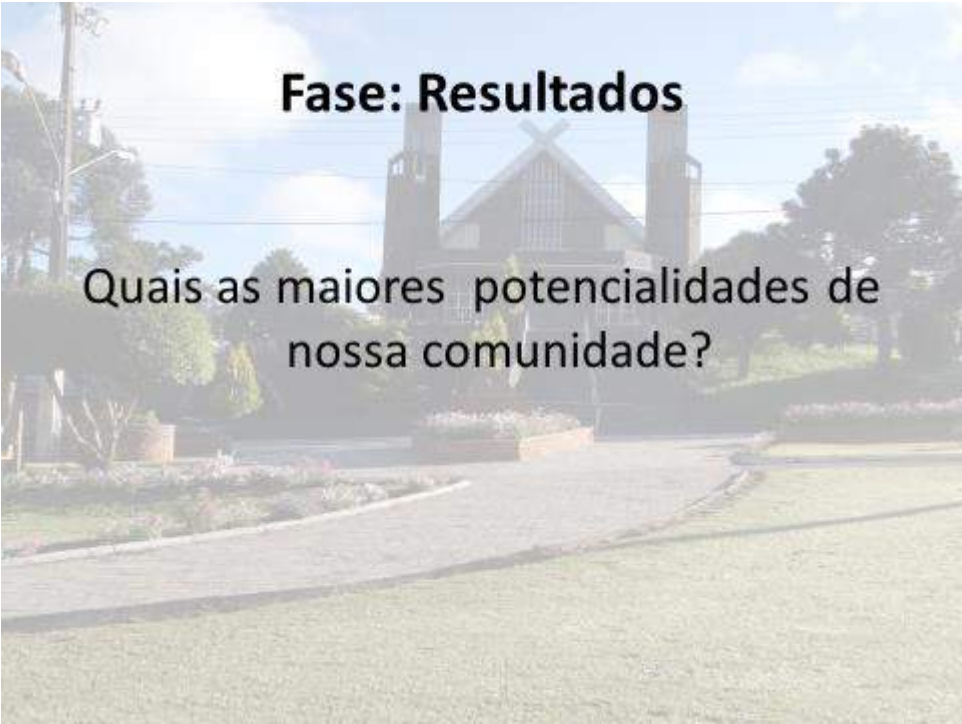
Fase: Resultados

É possível desenvolver estas modalidades de turismo de forma que favoreça a população do município? Como?



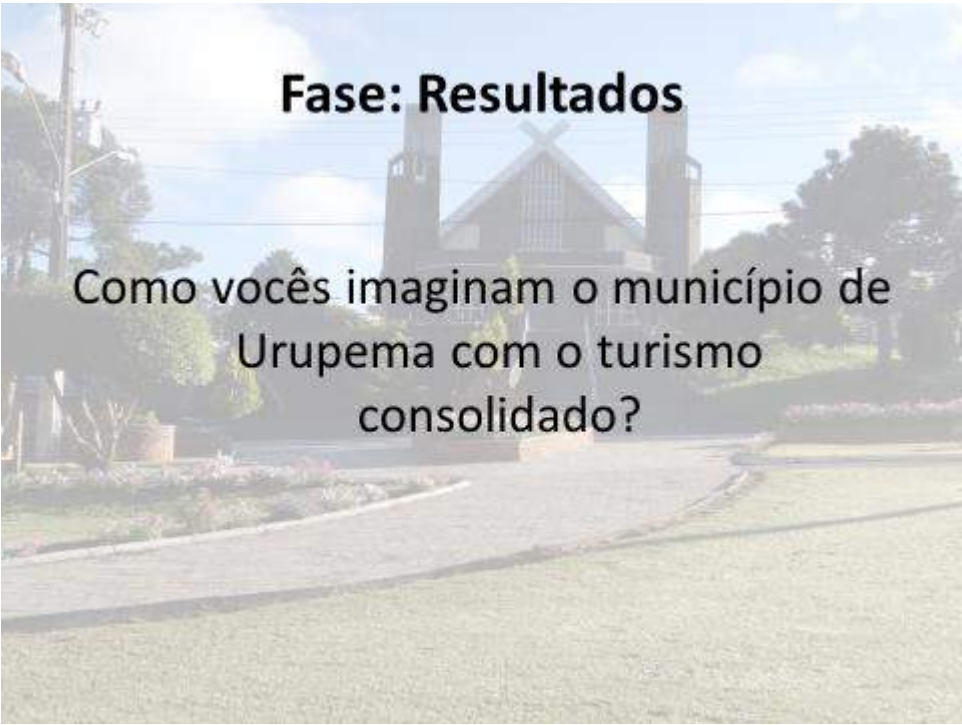
Fase: Resultados

Como envolver a comunidade mais no processo econômico do turismo em Urupema?



Fase: Resultados

Quais as maiores potencialidades de nossa comunidade?



Fase: Resultados

Como vocês imaginam o município de Urupema com o turismo consolidado?

Fase: Resultados

Vocês conhecem o Turismo de Base Comunitária?

